

RODRIGO MORAES FRITZ

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR E AS
TRANSFORMAÇÕES URBANAS DA ÁREA CENTRAL DE VIÇOSA (MG) A
PARTIR DOS ANOS 2000**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Geografia, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

Orientador: Lucas Magno

**VIÇOSA - MINAS GERAIS
2023**

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade
Federal de Viçosa - Campus Viçosa**

T

F919p
2023
Fritz, Rodrigo Moraes, 1994-
Políticas públicas de expansão do ensino superior e as transformações urbanas da área central de Viçosa (MG) a partir dos anos 2000 / Rodrigo Moraes Fritz. – Viçosa, MG, 2023.
1 dissertação eletrônica (106 f.): il. (algumas color.).

Orientador: Lucas Magno.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa, Departamento de Geografia, 2023.

Referências bibliográficas: f. 100-106.

DOI: <https://doi.org/10.47328/ufvbbt.2023.468>

Modo de acesso: World Wide Web.

1. Geografia urbana - Centro (Viçosa, MG). 2. Ensino superior - Política governamental. 3. Universidades e faculdades públicas. I. Magno, Lucas. II. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de Geografia. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

CDD 22. ed. 307.76098151


RODRIGO MORAES FRITZ

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR E AS
TRANSFORMAÇÕES URBANAS DA ÁREA CENTRAL DE VIÇOSA (MG) A
PARTIR DOS ANOS 2000**


Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Geografia, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 10 de maio de 2023.

Assentimento:

Documento assinado digitalmente
 RODRIGO MORAES FRITZ
Data: 02/08/2023 14:29:19-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Rodrigo Moraes Fritz
Autor

Documento assinado digitalmente
 LUCAS MAGNO
Data: 02/08/2023 14:11:01-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Lucas Magno
Orientador

Aos meus pais, avós e amigos.

AGRADECIMENTOS

A Deus.

Aos meus pais, avós e amigos.

Ao meu orientador pelo apoio e paciência durante essa jornada.

À Universidade Federal de Viçosa, pela oportunidade de realizar a pós-graduação, além de ter sido também minha janela para o mundo durante a graduação.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), pela concessão da bolsa de estudos.

“O geógrafo é, antes de tudo, um filósofo, e os filósofos são otimistas, porque diante deles está a infinidade.”

(Milton Santos)

RESUMO

FRITZ, Rodrigo Moraes. M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, maio de 2023. **Políticas públicas de expansão do ensino superior e as transformações urbanas da área central de Viçosa (MG) a partir dos anos 2000.** Orientador: Lucas Magno.

A cidade de Viçosa, localizada na Zona da Mata de Minas Gerais, tem atrelado à sua história de formação territorial a instalação e o desenvolvimento de uma universidade que hoje recebe o seu nome, Universidade Federal de Viçosa (UFV). Ao longo do tempo as transformações ocorridas na instituição de ensino foram sendo absorvidas pela cidade, desde a sua criação ainda da década de 1920, passando pela federalização no final da década de 1960 até chegar nos mais recentes incrementos acontecidos pela aplicação de políticas públicas de expansão do ensino superior nas primeiras décadas do século XXI. A pesquisa vai destacar alguns elementos e fenômenos urbanos como a verticalização, a prestação de serviços e as franquias. Esse destaque vai acontecer no recorte espacial da área central, que foi definida ao longo da pesquisa, pois se trata do local de contato imediato com o campus da universidade e onde estão concentradas as principais dinâmicas pertinentes aos fluxos gerados na cidade. Observa-se, então que importantes transformações ocorreram a partir dos anos 2000 coincidindo com a implementação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). Nesse sentido, as análises giram em torno da relação entre a ampliação do número de vagas e aberturas de novos cursos pelo Reuni na UFV com o reforço da centralidade exercida pela área central com base nos fenômenos e elementos urbanos destacados, além de consideração sobre o setor privado do ensino superior na cidade.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas Públicas. Universidade. Área Central. Viçosa.

ABSTRACT

FRITZ, Rodrigo Moraes, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, May, 2023. **Public policies for the expansion of higher education and urban transformations in the central area of Viçosa (MG) from the 2000s onwards.** Adviser: Lucas Magno.

The city of Viçosa, located in the Zona da Mata of Minas Gerais, has linked to its history of territorial formation the installation and development of a university that today bears its name, Universidade Federal de Viçosa (UFV). Over time, the transformations that took place in the educational institution were absorbed by the city, from its creation in the 1920s, passing through federalization in the late 1960s until arriving at the most recent increments that took place by the application of public policies of expansion of higher education in the first decades of the 21st century. The research will highlight some urban elements and phenomena such as verticalization, service provision and franchising. This highlight will happen in the spatial area of the central area, which was defined throughout the research, as it is the place of immediate contact with the university campus and where the main dynamics pertinent to the flows generated in the city are concentrated. It is then observed that important transformations occurred from the 2000s onwards, coinciding with the implementation of the Support Program for Restructuring and Expansion Plans of Federal Universities (Reuni). In this sense, the analyzes revolve around the relationship between the expansion of the number of vacancies and the opening of new courses by Reuni at the UFV with the reinforcement of the centrality exercised by the central area based on the highlighted urban phenomena and elements, in addition to considering the private sector of higher education in city.

KEYWORDS: Public policy. University. Central Area. Viçosa.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Mapa de localização de Viçosa (MG).....	13
Figura 2- Vista do campus da UFV com o início da Avenida Ph Rolfs e Ladeira dos Operários.....	14
Figura 3- Mapa dos logradouros pertencentes a Zona Central definida pela Lei nº1.420/2000.	48
Figura 4- Vista aérea da área central de Viçosa em 1949.	54
Figura 5- Vista parcial do Centro de Viçosa em 2023.	55
Figura 6- Mapa de Logradouros com presença de franquias em Viçosa(MG), 2023	65
Figura 7- Mapa de logradouros com comércios, prestação de serviços e equipamentos urbanos em Viçosa(MG), 2023.	71
Figura 8- Mapa de logradouros compreendidos como pertencentes à Área Central de Viçosa (MG).	76
Figura 9- Mapa de localização das Instituições de Ensino Superior presentes em Viçosa(MG), 2023	83
Gráfico 1- Número de unidades franqueadas no Brasil (2003-2022).	59
Gráfico 2- Evolução da população da cidade de Viçosa-MG (1970-2020).....	61
Gráfico 3 – Número de matrículas por ano na UFV – Campus Viçosa (2000-2023). 78	
Gráfico 4- Número de matrículas por ano na UFV – Campus Florestal* (2000-2023).	79
Gráfico 5- Contratação de pessoal (UFV), 2008-2012.	80
Gráfico 6- Admissões por setor em Viçosa(MG), 2007-2019.	87
Gráfico 7- Número de matrículas por ano na Univiçosa (2005-2017)	95
Gráfico 8- Total de alunos matriculados nos cursos de graduação da Esuv (2011-2017).	95
Quadro 1- Logradouros pertencentes a Área Central, segundo a lei N° 1420/2000 (continua)	46
Quadro 2- Franquias em Viçosa(MG), 2023.....	62

Quadro 3- Quantitativo da atividade terciária na área central de Viçosa(MG), 2023 (Continua).....	68
Quadro 4- Categorias de uso permitido na Zona Central (Continua)	72
Quadro 5- Categorias de uso não permitido na Zona Central	74
Quadro 6- Logradouros incluídos à Área Central	75
Quadro 7- Cursos oferecidos pela Univiçosa (2023) (Continua).	93
Quadro 8- Quantidade de bolsas concedidas pelo ProUni no município de Viçosa(MG), 2020.	96

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Maiores franquias no Brasil (2022).....	63
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS

ABF- Associação Brasileira de Franchising
Andifes- Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
ANPG- Associação Nacional de Pós Graduação
EAD- Ensino à Distância
Enem- Exame Nacional de Ensino Médio
ESAV- Escola Superior de agricultura e Veterinária
ESUV- Escola de Estudos Superiores de Viçosa
FDV- Faculdade de Viçosa
FMI- Fundo Monetário Internacional
GeoCaps- Sistema de Informação da Coordenação de Aperfeiçoamento do pessoal de Nível superior
IES- Instituições de Ensino Superior
Ifes- Instituições Federais de Ensino Superior
Inep- Instituto Nacional de Estudos e pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPLAM/GEOPLAN- Instituto de Planejamento Municipal de Viçosa
LDB- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC- Ministério da Educação
PDE- Plano de Desenvolvimento da Educação
PND- Plano Nacional de Desenvolvimento
PNE- Plano Nacional de Educação
Pronatec- Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
ProUni- Programa Universidade para Todos
Reuni- Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SEBRAE- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
Sesu- Secretária de educação Superior
UFV- Universidade Federal de Viçosa
UNE- União dos Estudantes
Univçosa- Centro Universitário de Viçosa
UREMG- Universidade Rural do Estado de Minas Gerais
ZC- Zona Central

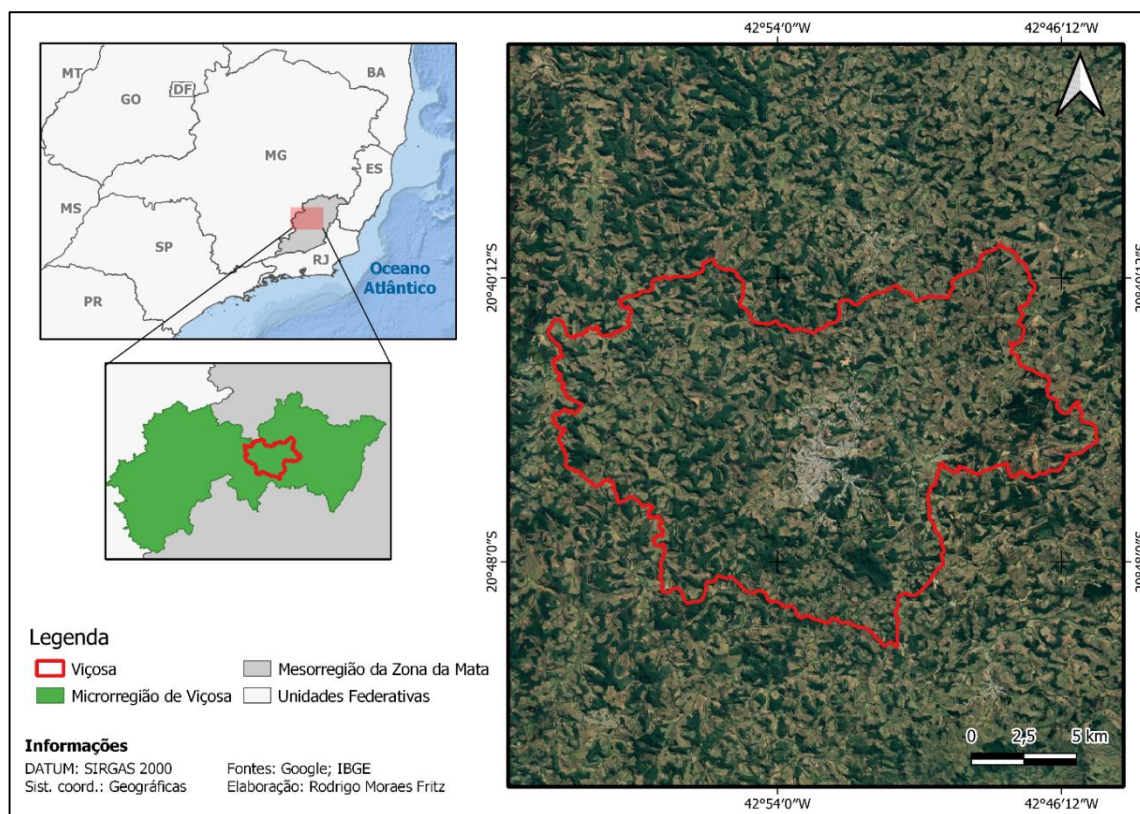
SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EXANSÃO DO ENSINO SUPERIOR	19
2.1. A concepção de políticas públicas e a ascensão das políticas educacionais no Brasil.	19
2.2. As políticas públicas de expansão do ensino superior no Brasil: o Reuni e o ProUni.	25
2.3. A relação entre espaço urbano e universidades.	34
3. A DELIMITAÇÃO DA ÁREA CENTRAL EM VIÇOSA(MG): ANÁLISE SOBRE OS ELEMENTOS DE CENTRALIDADE.....	42
3.1. A verticalização.	49
3.2. As franquias.	57
3.3. Prestação de Serviços, equipamentos urbanos e órgãos públicos.	66
3.4. Atualização da Zona Central em Viçosa(MG).	72
4. AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR E AS TRANSFORMAÇÕES URBANAS EM VIÇOSA (MG)	77
4.1. A Cidade e a universidade: uma relação indissociável	84
4.2. Breve Visão sobre o setor imobiliário de Viçosa em relação a UFV	88
4.3. Considerações sobre o ProUni e a tendência ao crescimento do ensino superior privado de Viçosa (MG).....	92
5. CONCLUSÕES	98
REFERÊNCIAS.....	100

1. INTRODUÇÃO

A cidade de Viçosa cujo município com o mesmo nome fica localizado na mesorregião da Zona da Mata de Minas Gerais (Figura 1). Com um território de 300,1 km² e uma população estimada em 2021 de 79.910 habitantes (IBGE, 2021), o município possui uma particularidade que o coloca em destaque no grupo de cidades com o mesmo porte demográfico. A população flutuante da cidade, que não é contabilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é de aproximadamente 20.000 pessoas, formada principalmente por estudantes universitários (MARIA, 2016).

Figura 1- Mapa de localização de Viçosa (MG).



Elaboração: Rodrigo Fritz. Fonte: Google; IBGE(2022).

A informação do quantitativo médio de estudantes no total da população do município precisa ser considerado pois historicamente o processo de construção e reestruturação de Viçosa(MG) teve atrelado às dinâmicas de transformação da Universidade Federal de Viçosa (UFV), desde a sua criação ainda enquanto Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV) no início da década de 1920, passando

pela integração com a Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (UREMG) 1948, a federalização em 1969.

A partir desse último momento, a cidade passa por um processo acelerado de urbanização e começa a observar com muita intensidade fenômenos como a verticalização (Figura 2) e o surgimento de comércios e serviços típicos de cidades maiores.

Figura 2- Vista do campus da UFV com o início da Avenida Ph Rolfs e Ladeira dos Operários.



Fonte: Folha da Mata, 2014¹.

Ilustrado pela figura anterior, destaca-se a zona central da cidade que é contínua ao campus universitário e que sofreu os principais e maiores impactos do processo histórico mencionado. Recentemente, a transformação mais importante sofrida pela UFV diz respeito à abertura de novos cursos e ampliação de vagas em cursos já existentes, ações que compreendem a implementação do Programa de

¹ Imagem retirada de uma reportagem do site Folha da Mata. Disponível em: <https://www.folhadamata.com.br/educacao/noticias/ufv-obtem-conceito-maximo-no-indice-geral-de-cursos-do-mec-285>.

Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão do Ensino Superior (Reuni), de 2007 a 2012.

Na segunda década do século XXI, Viçosa encontra-se em um considerável processo de reestruturação e fragmentação da malha urbana, resultado de ações tomadas pelo mercado imobiliário, principal agente produtor do espaço urbano viçosense. O aquecimento desse mercado deve-se principalmente aos saltos de crescimento da UFV, reflexo da criação de novos cursos e da expansão do número de vagas na universidade, provenientes do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, o REUNI (MARIA, 2016, p.4).

Nesse sentido, dado o recorte espacial da Área Central de Viçosa(MG) e temporal a partir dos anos 2000 devido à implementação de políticas públicas de expansão do ensino superior, esta dissertação, de caráter descritivo-explicativo, tem como objetivo relacionar tais políticas públicas, a destacar o Reuni, com as transformações urbanas na área central de Viçosa(MG).

Para atingir esse objetivo precisa-se, em um primeiro momento, entender questões que envolvem as políticas públicas, sobretudo no setor educacional em nível superior e os fundamentos da política que serão destacados. Posteriormente a isso, é fundamental a definição da delimitação da área central a partir de elementos que ressaltam essa centralidade, quais sejam a verticalização, as franquias e o setor de prestação de serviços. E por fim, trazer elementos que relacionam as políticas, os fenômenos e características da área central e as dinâmicas oriundas das transformações ocorridas na UFV.

Ao falar sobre a implementação de políticas públicas para o ensino superior, tratamos sobre um projeto maior de ampliação do acesso a essa modalidade de ensino no Brasil, qual seja, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Esse plano, ao estabelecer entre seus objetivos aumentar o acesso da população ao ensino superior em áreas até então sem universidades públicas, visou atingir um público maior de estudantes brasileiros, sobretudo no interior e nas áreas de fronteira, articulando o ensino com as realidades locais e tentando quebrar com uma tendência que vinha sendo comum no país onde o acesso à educação de nível superior era obtido por uma pequena parcela da população e, geralmente, nos grandes centros urbanos do país.

O acesso à educação superior passou a ser visto como um processo de exclusão social, dependente da ampliação de vagas. Nesse contexto, surgiu

o Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), instituído pelo Decreto nº 6.096 de 24 de abril de 2007 (PAULA, MARTIN E ABRANTES, 2020, p. 107).

O Reuni, como mencionado pelos autores, foi um programa do governo federal que visou ampliar o acesso ao ensino superior em áreas que antes não eram contempladas de forma mais ampla com essa etapa da educação. Os anos anteriores ao programa já demonstravam mudanças significativas com a ampliação das vagas e cursos oferecidos nas universidades federais (1998-2002), e o Programa Expansão Fase I, por exemplo, criou universidades federais em regiões de fronteira e no interior (2003-2006); e em 2007 o Reuni é criado com a intenção de ampliar, otimizar e aproveitar as estruturas físicas e recursos humanos existentes nas instituições federais de ensino superior (PAULA, MARTIN E ABRANTES, 2020).

Além dos números de vagas, matrículas e unidades de ensino, esse processo de reestruturação marcou a primeira década dos anos 2000 e, atrelado ao fato de que as universidades brasileiras preferencialmente se localizam nas áreas urbanas, a ampliação do acesso à educação superior impacta substancialmente as cidades nas quais as unidades foram instaladas.

Fugindo da lógica metropolitana, tais programas colocaram em evidência cidades que antes não faziam parte de uma articulação em maior escala, as inserindo no contexto das cidades que atraem fixos e fluxos (SANTOS, 1979) por conta do fator educacional. No caso de Viçosa(MG), a cidade já estava inserida nessa lógica, porém todo esse processo fez com que a UFV inaugurasse, a partir de 2006, um novo compus (Rio Paranaíba, localizado na cidade com o mesmo nome) e proporcionou a abertura de novos cursos e ampliação de vagas em cursos já existentes no campus Viçosa e em Florestal(MG).

Processos semelhantes foram observados em outras localidades como na ampliação de vagas e abertura de novos cursos em Jataí(GO) (Santana, 2018). Então sabendo dessas condições e partindo de ideias já levantadas por outros autores em outras cidades, a pesquisa tem como problemática a seguinte questão: em Viçosa(MG), a implementação de políticas públicas de ampliação do ensino superior, especialmente do ensino público, a ressaltar o Reuni, influenciou as transformações espaciais e estruturais do seu centro urbano?

Para atingir os objetivos expostos e responder a problemática principal, a pesquisa seguiu, segundo Gil (2008), o tipo descritiva, ou seja, foi feita uma relação

entre variáveis, quais sejam, a aplicação das políticas públicas de ampliação ao acesso ao ensino superior e as transformações no espaço urbano da área central de Viçosa(MG). Ainda seguindo essa perspectiva, essa pesquisa seguiu um modelo clássico, de distanciamento do pesquisador ao objeto, garantindo assim uma análise mais precisa e sistemática do problema.

A pesquisa se desenvolveu a partir de diferentes métodos, integrando análises quantitativas e qualitativas. A análise quantitativa ajudou no levantamento de dados referente aos equipamentos e serviços presentes na área central da cidade, bem como dados das edificações construídas durante o período analisado. Esse levantamento quantitativo foi realizado por meio de contagem simples e através de trabalho de campo.

Já a análise qualitativa se deu através da percepção das mudanças espaciais ocorridas a partir dos anos 2000 por meio de formulários que foram aplicados à agentes imobiliários e a representantes do setor de matrículas da graduação da UFV. A partir daí, objetivou-se delimitar o que se entende como área central de Viçosa. Para auxiliar com essa etapa, utilizou-se como referência, além do trabalho de campo, a Lei de Ocupação, Uso do Solo e Zoneamento do Município de Viçosa, aprovado pela Lei nº1420/2000 (PREFEITURA MUNICIPAL DE VIÇOSA, 2000). Para confrontar as informações oficiais com os levantamentos realizados anteriormente, foram percorridas as ruas estipuladas na lei citada, bem como ruas adjacentes, e contabilizadas as categorias de uso permitidas por zona. Assim confirmadas as ruas pertencentes à Zona Central a partir dos dados que serão levantados, foi gerado um mapa com utilização do software ArcGis.

Definida a Zona Central, foi iniciada uma outra etapa na qual foram detectados os agentes e processos urbanos atuantes. Esta etapa de análise em campo colheu 3 dados. O primeiro pretendeu atualizar a verificação da verticalização na Zona Central de Viçosa feita por Paula (2019).

Já o segundo dado levantado, ainda nessa etapa, foi uma recontagem das franquias presentes na mesma área, atualizando o levantamento feito pelo pesquisador no ano de 2017. E o terceiro foi o levantamento do conjunto de serviços oferecidos e disponíveis na Zona Central, ou seja, serviços comerciais e suas variáveis, além de serviços públicos como transporte, lazer e educação.

A quarta e última etapa dos procedimentos metodológicos consiste na consolidação dos dados anteriormente levantados e na apreciação dos dados

qualitativos construídos a partir da etapa inicial, quando foram interrogados por meio de questionários e os agentes imobiliários da cidade os representantes da UFV.

Contudo, diante das considerações anteriores sobre as características da cidade de Viçosa(MG), sobre os objetivos, problema e procedimentos metodológicos, essa dissertação foi estruturada em 3 partes, no qual a primeira abrange o assunto das políticas públicas educacionais, sobretudo o Reuni e sua implementação na cidade em questão; Já a segunda parte objetiva-se em demonstrar os elementos que reforçam e delimitam a área central de Viçosa(MG); E por fim, a terceira parte cumpre o objetivo de relacionar as transformações ocorridas a partir do Reuni com os elementos levantados anteriormente e a percepção dos agente imobiliários. Tal estrutura foi necessária para atingir o objetivo principal de compreender a relação entre as transformações urbanas no centro de Viçosa(MG) e a implementação de políticas públicas de expansão do ensino superior a partir dos anos 2000.

2. AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR

2.1. A concepção de políticas públicas e a ascensão das políticas educacionais no Brasil.

O debate sobre políticas públicas se tornou mais acentuado nas últimas décadas, bem como as regras e modelos de tomadas de decisões dos diferentes governos para enfrentar situações adversas como fome, violência, infraestrutura precária, entre outros, sobretudo nos países em desenvolvimento. Isso, com efeito, passou pelo fato de que tais governos substituíram as políticas de cunho keynesiano, fundamentadas principalmente no pós-guerra, por ações restritivas de gastos de vertente mais liberal.

Nessa perspectiva, é importante destacar o papel de países como o Brasil. Neles, não bastava apenas fazer parte de uma lógica já consolidada do neoliberalismo e tampouco apenas se inserir no processo global, ao contrário, o mais importante era se instrumentalizar e ter mecanismos que pudessem viabilizar resultados econômicos e estruturais, tanto para o governo quanto para a sociedade. Tais países, ao aceitarem o fenômeno global, aceitaram também uma nova fase do desenvolvimento capitalista, onde os mercados, a mão de obra e o trabalho foram desregulamentados e onde a privatização das economias já era realidade e fundada principalmente nas mudanças tecnológicas.

A forma como a globalização encontrou caminho para se expandir foi pelo neoliberalismo. No Brasil, isso vai acontecer de forma mais evidente nos anos 1990, durante o governo Fernando Collor de Mello (1990-1992) com uma intensificação das privatizações com base em um discurso de intervenção mínima do Estado na saúde, na educação e na economia. Posteriormente, esse processo é ampliado e vira marca também dos dois governos de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002). O governo seguinte (Lula – 2003/2010), que foi o responsável pela implementação das políticas aqui mencionadas, também circulou dentro do viés do neoliberalismo, tendo tais políticas afetadas pelo contexto.

Entretanto, o objetivo aqui não é debater pontos negativos e positivos do sistema neoliberal e sim apontá-lo como um dos principais vetores para a colocação de países subdesenvolvidos na lógica global. Esse argumento é corroborado no Brasil pela constatação de que, a partir desse período, houve uma grande liberalização

comercial, respaldada na diminuição de tarifas e que, conseqüentemente, resultou em um aumento das exportações, sobretudo de produtos básicos; mas também de importações, fazendo assim com que o país se destacasse no cenário internacional (SOUZA, 2011).

É importante citar também que, boa parte dos países em desenvolvimento, incluindo o Brasil, têm democracias recentes e ainda não formaram uma coalisão política capaz de criar políticas públicas que de fato atendam tanto ao desenvolvimento econômico quanto o social.

Mas antes de debater a realidade do Brasil acerca das políticas públicas, é necessário ampliar a definição desse conceito para chegar no que será entendido aqui como política pública. Muitas são as definições dentro de várias vertentes científicas diferentes, entretanto, o cientista político Phillippe C. Schmitter traz uma caracterização do conceito, primeiro explicando o que é política. O autor indica que a política precisa ser entendida a partir de quatro dimensões: as instituições; os recursos; os processos; e a função. Nesse sentido, segundo o autor, a política investigaria:

I Instituição: Estado e Governo; II Recurso: Poder, Influência e Autoridade; III Processo: “*Decision-making*” ou *Policy-Formation*” (formulação de decisões sob linhas de conduta coletivas); IV Função: Resolução não violenta dos conflitos (SCHMITTER, 1965, p.47-48).

Dentro dessa proposta de análise da política, a que mais aproxima da pesquisa aqui apresentada seria a relativa ao papel do Estado, tanto nos recursos destinados às diversas áreas, quanto ao poder de intervenção no território. Tal papel exercido pelo Estado vai trazer à tona as políticas pertinentes ao modo como o mesmo age, ou seja, de forma ampla em um Estado mais interventor, e mais restritivo em um Estado menos interventor.

Seguindo as definições citadas, chega-se ao impasse de que o Estado, muitas vezes, tomaria o papel de autoritário, ou seja, tomaria as decisões (políticas) a partir da sua posição hierárquica. Porém, no processo analítico apontado por Schmitter (1965) o “*decision making*” indica que, ao contrário disso, a eficiência das políticas e, conseqüentemente, do Estado estaria na flexibilidade, ou seja, a possibilidade de aplicar tais políticas nos vários níveis da sociedade.

Em linhas gerais, entende-se como política a luta por algum objetivo onde o status que ocupa pode assegurar a dominância de uns sobre os outros. Mas por outro lado, entende-se também que a política nada mais é do que o esforço de governar em prol da justiça, onde é justamente o poder que garante a permanência dos interesses gerais em detrimento dos individuais. Sendo o Estado o reflexo dessa dualidade, visto que o poder mantém certas classes na dominância, mas também assegura uma certa ordem social.

Entende-se, então, que a política envolve a resolução de conflitos passando pelos grupos que detém o poder em detrimento do bem comum. Entretanto, essa definição ainda é ampla para o contexto na qual essa pesquisa se insere. Rua (1998) menciona que:

É possível delimitar um pouco mais e estabelecer que a política consiste no conjunto de procedimentos formais e informais que expressam relações de poder e que se destinam à resolução pacífica dos conflitos quanto a bens públicos (RUA, 1998, p.1).

Nesse sentido, as políticas públicas seriam, então, os resultados das atividades políticas. Mas, ainda segundo o autor citado, é necessário distinguir política pública de decisão política. Uma política pública geralmente é mais do que apenas uma decisão e envolve uma série de estratégias e planejamentos para poder implementar as decisões tomadas. Já uma decisão política seria uma escolha entre algumas opções de acordo com os atores envolvidos e adequando o que se pretende com a ação com o meio pelo qual esse fim será atingido (RUA, 1998).

Com isso, entende-se que políticas públicas envolvem atividades políticas. Para entender melhor esse debate, leva-se em consideração os apontamentos de Easton (1970), que usa os termos *inputs* e *withinputs* como resultados do processamento pelo sistema político, onde os *inputs* seriam advindos do meio ambiente e os *withinputs* seriam as demandas do interior do próprio sistema político. Assim, segundo esse autor, os *inputs* e *withinputs* podem representar demandas e suportes. Com foco nas demandas, elas estão vinculadas a reivindicações de bens e serviços como educação, saúde, saneamento, transporte, higiene, controle e produção de alimentos, entre outros. Além disso, as demandas podem estar relacionadas a participação no próprio sistema político, como o reconhecimento do

voto por parte de algum grupo como já foi o das mulheres, de pessoas analfabetas, entre outros.

Ponto importante e que colabora com o contexto inserido no início deste capítulo, Rua (1998) entende que os *inputs*, tanto de demanda quanto de suporte, nem sempre advém do meio ambiente nacional, mas, com frequência, podem vir também das relações internacionais.

Já os *withinputs*, que diferem-se dos *inputs* por serem demandas e apoios advindos do interior do sistema político, ou seja, dos ministros, parlamentares, governadores, prefeitos, entre outros, fazem-nos concluir, de forma simplificada, que toda a atividade política acontece na tentativa de satisfazer as demandas que vêm dos setores sociais e dos agente internos do sistema, encadeando os apoios necessários.

Partindo da concepção de política pública esboçada até aqui, qual seja: política pública é resultado das atividades políticas, que vão além de decisões tomadas, envolvendo várias estratégias e planejamento para implementar tais decisões, a pesquisa está direcionada para as demandas do setor educacional no Brasil, e entende-se que no conjunto de países do qual o mesmo se encaixa, a educação deveria ser um grande expoente de tentativas de melhoria e ampliação.

A afirmação acima se encaixa no contexto histórico da reestruturação produtiva no pós Segunda Guerra, sobretudo a partir da década de 1970, momento que há um reconhecimento das mudanças na ordem social, política, econômica e cultural mundial. Segundo Santos (2014) esse momento é marcado pela crise estrutural capitalista, que atingiu seu ponto máximo quando se esgotaram as políticas macroeconômicas keynesianas e de expansão econômica, resultando em inflações elevadas, baixa lucratividade, estagnação dos investimentos e elevação do desemprego.

A mudança no processo produtivo seria a estratégia para reestruturar o sistema capitalista e tentar driblar a crise consolidada. Nessa perspectiva, a acumulação flexível, como foi chamada, teria a capacidade de se adaptar aos rumos que o sistema fosse tomando, abrindo caminhos ainda mais consolidados para a solidificação do neoliberalismo. Percebeu-se o enfraquecimento do poder estatal nacional e a afirmação da ordem mundial balizada em fundamentos neoliberais, o que descentralizou e fragmentou ainda mais a vida social, política e cultural (POSTONE, 2008).

Sobre a reestruturação do modelo capitalista, a contribuição de Hirsch (2010) é importante para relacionar esse momento com a Teoria da Regulação. Segundo o autor:

Cabe à teoria da regulação o mérito de ter chamado a atenção para o significado das diferentes fases do desenvolvimento capitalista com suas estratégias de valorização das características, suas formas político-institucionais e suas relações sociais de forças [...]. Isso é significativo não só por ser uma teoria bem elaborada, mas também, pela possibilidade de obter-se uma mais precisa identificação das constelações históricas de forças, das formas de dominação e dos eixos de conflitos, assim como, das importantes implicações políticas (HIRSCH, 2010, p. 101).

Ainda nessa perspectiva, Hirsch (2010) reconhece que a relação entre a Teoria da Regulação e a reestruturação capitalista passa por 3 aspectos iniciais fundamentais, que seriam: 1) a inclusão da teoria materialista do Estado; 2) a consideração de que o capitalismo é mundial e, por isso, a análise do Estado deve ser global e não como espaços isolados; 3) a definição de que o regime de acumulação é aquele que envolve as relações sociais com a natureza, além das formas de produção do saber, relações de gênero e espaço-tempo.

Mesclando as ideias de Hirsch (2010) apresentadas acima e as contribuições de Harvey (1992), onde o autor analisa a reestruturação do capitalismo, a Teoria da Regulação e a acumulação flexível, compreende-se que o papel das instituições e das normas sociais é importante para garantir uma mínima estabilidade ao sistema e que mesmo com as variações ao longo da história do capitalismo, a regulação e a acumulação estão sempre vinculadas às crises. Com isso, a relação entre elas estaria diretamente ligada aos resultados advindos das lutas sociais ao longo do tempo.

O cenário montado até esse momento é justamente o pano de fundo que explica os rumos das instituições de ensino (públicas) a partir sobretudo dos anos 1970 no Brasil. Além disso, o desenvolver de uma política pública que visa ampliar o acesso ao ensino superior envolve variáveis múltiplas como estudos demográficos, econômicos e estruturais, que acabam por constituir um modelo social importantíssimo de assistência e a expansão da oferta do serviço.

Com novas nuances, mas reproduzindo um projeto de sociedade antigo no Brasil, é possível colocar e analisar nesse contexto as políticas públicas relacionadas ao ensino superior aplicadas durante o cenário político e econômico dos governos Lula (2003-2010).

Antes de chegar em tais políticas, é importante destacar que a partir da reestruturação capitalista dos anos setenta, o conhecimento passou a ter uma importância central nas mudanças ocorridas na acumulação do capital. Acontece que a centralidade do processo passou dos tradicionais trabalhos, matéria-prima e capital e passou a incorporar também o conhecimento, sobretudo no valor agregado da informação, que atrelado ao desenvolvimento das tecnologias, teve uma força potencializadora da acumulação e da reprodução do capital (SANTOS, 2004).

A sociedade da informação e do conhecimento se tornou central no processo de desenvolvimento do capitalismo, tanto no centro como na periferia do sistema. A reforma da educação brasileira iniciada a partir da década de 1990 não aconteceu de forma isolada, mas foi reflexo do contexto dos anos 1970 já mencionado anteriormente, onde ocorreu um reordenamento do papel do Estado.

Santos (2004) destacou que as reformas educacionais feitas são estratégias para assegurar os interesses de grupos e classes sociais para garantir a reprodução do capital, mesmo em contextos de crises. Santos (2014), por sua vez, destacou que:

(...) no histórico contexto das assimetrias entre o centro e a periferia do sistema capitalista, enquanto nos países centrais, no período pós-guerra, experimentaram a possibilidade de universalização da educação através da construção do Estado do Bem-Estar social, na periferia capitalista foram implementados modelos e ações políticas através de projetos de “modernização”, com o objetivo de fazer valer os interesses das classes dominantes nacionais, sem que a ampliação do acesso à educação tenha atingido efetivamente o conjunto da população (SANTOS, 2014, p. 6).

Massificar a educação para a população de baixa renda, oferecer educação básica e incentivar a educação profissionalizante são estratégias do modelo de educação para os países periféricos, alinhados com a expansão do capitalismo e à disseminação da lógica neoliberal, sobretudo de organismo internacionais com o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI) (LIMA, 2011).

Entretanto, a reestruturação da educação, com ênfase no ensino superior, que foi orquestrado pelo contexto explicado até aqui, não necessariamente garantiu a total democratização ao acesso às universidades, nem o fortalecimento das instituições como pilares para a sociedade, garantindo educação, pesquisa e extensão de qualidade. Muitas vezes, a ampliação do acesso à Universidade Pública reproduz as disparidades da sociedade e amplifica problemas já existente. Essa, inclusive, foi uma das perspectivas que balizou a publicação do Plano de Desenvolvimento da Educação

(PDE), documento que subsidiou as ações julgadas como prioritárias para a educação do país durante os governos Lula (2003-2010).

Esse plano reafirmou a necessidade de investimento no campo social para combater a pobreza e promover a inclusão social, sendo a educação a grande vitrine para essas mudanças. Esse discurso tem relação direta com o que pretendia os organismos internacionais para a educação dos países periféricos quando relacionaram a escassez de recursos, falta de políticas sociais e ampliação das desigualdades com a necessidade de reformular a educação para combater essas questões.

O governo que ocupou boa parte da primeira década do século XXI no Brasil, tinha claramente o objetivo de expandir e interiorizar a educação e no PDE de tal governo os principais caminhos para isso seria a aplicação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) e a criação dos Institutos Federais de Tecnologia. Como a pesquisa engloba a cidade de Viçosa (MG), onde não há um Instituto Federal, o foco será no Reuni direcionado a Universidade Pública e ao Programa Universidade para todos (ProUni) que concede bolsas de estudos para ingresso nas instituições privadas, setor importante na cidade em estudo.

2.2. As políticas públicas de expansão do ensino superior no Brasil: o Reuni e o ProUni.

O ensino superior no Brasil é considerado tardio, mesmo em comparação com outros países latino-americanos. Enquanto na Europa as universidades começaram a se desenvolver no século XI, no Brasil elas só despontam no século XX (CUNHA, 1980).

A elitização desse nível de ensino é reflexo dessa realidade, visto que aqueles que queriam participar desse tipo de formação acadêmica deveriam enfrentar a viagem para Portugal, principalmente, ou seja, apenas aqueles pertencentes a classes sociais mais altas tinham possibilidade de acessar o ensino superior.

Segundo Nogueira (2008) o sistema de ensino superior no Brasil passou ao longo do tempo por vários processos de ampliação e retração de matrículas, mas a autora considera que na década de 1960 aconteceu uma das mais importantes reforças do seguimento.

A promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961) é um marco fundamental da década mencionada visto que é considerada a principal abertura para o setor privado da educação. Cunha (2007) destacou que:

A estruturação dos sistemas de ensino previstos pela primeira LDB favoreceu os interesses privados, por atribuir aos conselhos de educação (o federal e os estaduais) importantes competências antes concentradas nos detentores dos cargos executivos. Os membros desses conselhos, nomeados livremente pelo Presidente da República e pelos governadores dos estados, recaíram em pessoas escolhidas mediante pressão e articulação privadas. Complementarmente, esses conselheiros ficaram expostos a pressões e atrativos de diversas espécies. Além disso, divididos os centros de tomada de decisão, tornou-se mais difícil a resistência às pressões e aos atrativos das instituições privadas de ensino (CUNHA, 2007, p. 812).

Outro papel importante da primeira LDB foi a de ser considerada como uma lei de equivalência, pois trazia mais proximidade dos cursos secundários, ou seja, do ensino médio, com o ingresso no ensino superior, relação que se manteve distante até então, o que dificultava o acesso à essa etapa do ensino. Entretanto, mesmo permitindo o ingresso de qualquer concluinte da etapa secundária, as chances de aprovação estavam nitidamente mais distribuídas nas escolas cujo currículo eram voltadas para a continuidade do estudo (CUNHA, 1988).

Com isso, “os exames vestibulares passaram a ser a grande e visível muralha a obstruir a caminhada das camadas médias em busca dos diplomas superiores”, e por isso os esforços que vieram para facilitar o acesso ao ensino superior serviram para diminuir o impacto dessa diferença (CUNHA, 1988, p. 84).

Nogueira (2008) reforça que os fatores demográficos e econômicos em forte transformação durante esse período mencionado como a mudança do papel da mulher na sociedade, a urbanização, a industrialização e o aumento dos requisitos educacionais para ingresso no mercado de trabalho fizeram aumentar a cada ano a procura pelo ensino superior no país, o que por muito tempo não foi acompanhado pelo aumento no número de vagas ofertadas.

Importante salientar que, segundo Cunha (1988), o governo militar também não foi indiferente a essa crescente demanda, fato que está relacionado ao apoio ao golpe por parte das camadas sociais médias e às reivindicações da época. Nesse sentido, observa-se também um direcionamento das verbas públicas para o setor privado da educação, na tentativa de suprir a procura pelo ensino superior.

Entretanto, a lei que vai de fato mudar a face do ensino superior no Brasil, sendo considerada inclusive a lei que faria surgir de verdade a universidade no país, é a Lei nº. 5.540, de 28 de novembro de 1968, chamada de reforma universitária que, na verdade, foi precedida pela publicação de dois Decretos-Lei (nº. 53, de 18 de novembro de 1966, e nº. 252, de 28 de fevereiro de 1967) que anteciparam boa parte das mudanças que se concretizaram em 1968.

O decreto de 1966 vai fixar as normas para organização das universidades, trazendo as mudanças mais relevantes como:

Proibição da duplicação de meios para fins idênticos; a indissociabilidade entre ensino e pesquisa; a separação do ensino profissional e da pesquisa em unidades distintas; a extinção das faculdades de filosofia, ciências e letras; e a suspensão das garantias de vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade dos funcionários públicos das universidades federais (TRINDADE, 2004, p. 829).

Já o decreto seguinte, de 1967, complementa o anterior estabelecendo o departamento como a menor parcela da estrutura universitária (TRINDADE, 2004). Porém, apesar dessas mudanças, concretizadas em 1968, os anos seguintes mostraram uma proliferação de instituições não universitárias, como ressalta Vieira (2005):

A estrutura organizacional definida pela reforma universitária de 1968 foi delineada segundo padrões contemporâneos de universidade, orientada pelo princípio da indissociabilidade entre ensino e pesquisa. A legislação, todavia, não foi capaz de deter um processo que veio a traduzir-se em um sistema fortemente marcado pela heterogeneidade. De um lado, se colocaram as instituições de primeira linha orientadas em sintonia com este padrão: universidades federais, algumas estaduais (de modo especial as paulistas) e particulares. De outro lado, se inseriram a instituições de segunda linha, a grande maioria das quais particulares, somente responsáveis pela oferta de ensino, muitas vezes de baixa qualidade. Embora regido por uma legislação comum, o sistema abrigou diferenciações internas profundas (VIEIRA, 2005, p. 18).

Começa-se então a observar o crescimento significativo do setor privado do ensino superior no Brasil. Segundo dados apresentados por Nogueira (2008), até 1960 o Brasil possui um pouco mais de 93 mil estudantes em nível superior, desses 55,7% nas instituições públicas e 44,3% nas privadas. Nos 4 anos seguintes o setor público amplia sua esfera, atingindo 61,4% dos estudantes. Porém, nos anos que seguem, mesmo com o aumento no número de matrículas em ambos setores, o

privado vai ganhando mais espaço até ultrapassar, chegando a 64,7% dos mais de 1.300.000 estudantes em 1979 (NOGUEIRA, 2008).

Seguindo essa perspectiva, surge o que Martins (1998) vai chamar de o “novo” ensino superior brasileiro, onde as instituições privadas, proliferadas na década de 1970, passaram a administrar suas atividades acadêmicas objetivando sempre o lucro, a acumulação e reprodução do capital. Apesar disso, é importante destacar que a década de 1980 é marcada pela estagnação econômica desencadeada pela forte crise instaurada no Brasil e em toda América Latina, conhecida como “década perdida”. Esse período trouxe reflexos no ensino superior com uma diminuição no número de matrículas e recessão no crescimento do ensino superior no país. Com isso, ainda sob os efeitos da década anterior, os governos dos anos 1990 começam a colocar a educação superior como foco em suas linhas políticas.

Os governos da década de 1990 ampliaram a esfera privada no controle do crescimento do ensino superior no Brasil, começando com Collor de Mello (1990-1992), sendo substituído por Itamar Franco após o impeachment (1992-1995) período em que o Conselho Federal de Educação (CFE) é substituído pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), sendo essa mudança considerada por alguns como principal responsável pela ampla deliberação ao setor privado do ensino superior feita durante o governo seguinte de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) (CORBUCCI, 2004).

Paralelo a todo esse movimento, observou-se que também ocorria, mesmo que em menores percentuais, uma expansão do ensino médio, ou seja, o número de concluintes desse nível vinha crescendo e grande parte deles não estava sendo absorvido pelo nível superior, mesmo com o crescimento das últimas décadas. Nogueira (2008) enfatiza:

A melhoria nos índices de conclusão do ensino fundamental, nas últimas décadas, e a progressiva expansão do ensino médio, associadas às demandas da sociedade do conhecimento, não poderiam resultar em nada diferente de uma maior pressão por acesso ao ensino superior (NOGUEIRA, 2008, p.32).

Seguindo essa linha de raciocínio, o ensino superior privado vai ganhar ainda mais destaque com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacionais (LDB) (Lei 339.394, de 20 de dezembro de 1996) que consolidou o que já vinha sendo destacado desde a Constituição de 1988 quando ficou “autorizado” o uso de instituição de ensino para fins lucrativos. Com isso, o empresariamento da educação, fato que já vinha

ocorrendo, foi acelerado, tendo seus impactos materializados nos anos seguintes (OLIVEIRA e CATANI, 2006).

Outro ponto a ser destacado é o fato de que “simultaneamente à crescente procura por ensino superior, o que se observou durante a década de 1990 foi uma redução progressiva dos recursos destinados à manutenção das instituições federais de ensino superior” (NOGUEIRA, 2008, p.37). Isso, segundo Martins (2006), trouxe muitas dificuldades às instituições o que foi refletido na precarização do trabalho dos professores e também nas condições físicas e estruturais para o trabalho e ensino.

Explicando de forma mais sintética, Corbucci (2004) fala que:

Os dispêndios do MEC com a educação superior, em especial aqueles destinados à manutenção da rede federal, foram sistematicamente contingenciados ao longo da década de 1990. Além disso, sua composição foi bastante alterada, à medida que se ampliaram os gastos com inativos e pensionistas, e, conseqüentemente, reduziu-se a parcela destinada ao pagamento de pessoal ativo e aos investimentos em infraestrutura. Ao se estrangular a capacidade de expansão das IFES, também se abriu caminho para o crescimento do setor privado (CORBUCCI, 2004, p. 681).

Ainda concluindo:

Em um contexto de aumento da demanda por acesso ao ensino superior; de criação de novas alternativas de tipos de instituições e cursos; e de redução dos investimentos públicos nesse nível de ensino, a iniciativa privada encontrou espaço privilegiado para se expandir (NOGUEIRA, 2008, p.37).

No início do século XXI, é publicado o Plano Nacional da Educação (PNE) (Lei no. 10.172, de 09/01/2001), estabelecendo diretrizes, metas e objetivos para serem observadas em todos os níveis e modalidades de ensino, pelos dez anos seguintes à publicação da lei. De uma forma geral, ficou evidenciado o aumento do número de egressos do ensino médio, tornando previsível a demanda pelo crescimento do ensino superior, mas também ficou claro um baixo acesso da população brasileiro para esse nível, o que urgia pela necessidade de ampliação do ensino superior. E pelo plano, destaca-se as metas de expandir a oferta de educação superior para até 30% entre jovens de 18 a 24 anos e diminuir as desigualdades regionais do país com relação ao acesso à essa etapa de ensino.

A primeira década no século XXI é marcada pela retomada dos investimentos nas instituições a partir de recursos federais, sobretudo a partir de políticas públicas do governo Lula (2002-2010). Além do aumento progressivo nos recursos, tal governo

também foi responsável pela ampliação da rede, com a construção de novos *campi* e novas universidades e consolidação de unidades já existentes.

Ficou evidenciado como a educação é um setor importante para a reprodução do sistema capitalista, que foi reestruturado a partir da década de setenta. No Brasil, a reformulação da educação começa ainda nos anos de 1990, mas tem seu ápice no início dos anos 2000 com as políticas implementadas pelo governo Lula (2003-2010), fundamentalmente o Programa de Apoio à Projetos de Reestruturação e Expansão do Ensino Superior (Reuni) e o Programa Universidade para Todos (Prouni).

O Reuni, programa instituído pelo Decreto nº 6.096 de 2007, teve como principal objetivo “criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais” (Brasil, 2007, art. 1º).

No próprio objetivo do programa percebe-se a intenção do governo em tentar promover, a partir da expansão e da reestruturação das universidades federais, a inclusão e a diminuição das desigualdades regionais. Entretanto, a fragilidade do programa se deu na sua origem, visto que foi criado a partir de um decreto e não uma lei. Isso, com efeito, não garantiu sua continuidade em uma possível troca de mandato em 2010. Apesar disso, o Reuni manteve sua previsão de duração e terminou oficialmente em dezembro de 2012, 5 anos após sua criação, mesmo que algumas obras e procedimentos ainda continuassem em andamento nos anos seguintes visto que não conseguiram ser concluídos dentro do prazo.

Entendido como uma política pública de democratização do acesso ao ensino superior, o Reuni estabeleceu medidas para ampliar o número de estudantes matriculados em Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), melhorando os indicadores de permanência e conclusão dos ingressos e aprimorando a relação aluno-professor. Além disso, é importante ressaltar que o propósito do Reuni foi estruturado no Plano Nacional de Educação (PNE) 2001-2010, que estabeleceu a oferta de educação superior para, pelo menos, 30% dos jovens entre 18 e 24 anos, até o final da década (Brasil, 2001).

Apesar de estabelecido e aplicado durante o governo Lula (2003-2010), o programa teve sua meta global e seus fundamentos providos a partir PNE e pelo artigo

art. 57 da Lei nº 9.394, de 1996², ambos do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2003). Assim, com base no artigo 57 da Lei nº 9.394 que se estabeleceu uma carga horária mínima de 8 horas semanais de aulas para os professores do ensino superior.

Então, os planos de reestruturação criados e apresentados pelas universidades federais passariam pela aprovação do Ministério da Educação (MEC) e, a partir disso, teriam garantidos os direitos financeiros pelo MEC, por meio de termo de pactuação firmado entre o Ministério e as universidades (MEC, 2007). Toda essa tramitação deveria garantir os objetivos do governo, que era de interiorizar o ensino superior, criando cursos profissionalizantes, novas universidades e expansão das já existentes, diversificar as modalidades, abrir e ampliar cursos noturnos e assegurar a permanência dos estudantes nas universidades por meio de ações afirmativas; não deixando de mencionar que todos esses objetivos só seriam possíveis passando pela recuperação e construção de estruturas físicas e contratação de pessoal.

Do ponto de vista do MEC, houve, de fato, um aumento significativo no número de instituições, vagas e matrículas ao longo dos anos de aplicação do programa. Dados de um levantamento feito pelo próprio ministério em parceria com Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), Secretaria de Educação Superior (Sesu/MEC), União dos Estudantes (UNE) e pela Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG), apontaram que foram criadas 10 novas universidades (totalizando 63), implementação e concretização de 115 campi universitários, expansão de 53% dos cursos, 70% das vagas e 66% das matrículas (MEC, 2012).

Para a pesquisa, o mais importante são os dados quantitativos, sobretudo no volume de estudantes circulando na universidade e conseqüentemente na cidade sede dos campi. Porém, menciona-se aqui o fato de que o Reuni, mesmo surgindo como uma solução para o problema de financiamento dos Ifes e “tornando-se uma agenda pública que resultou em um programa do MEC e na alocação de recursos financeiros propiciando a expansão das universidades públicas federais” (CAMPOS; CARVALHO, 2014, p.9), teve seus pontos de contradição.

² Art. 57. Nas instituições públicas de educação superior, o professor ficará obrigado ao mínimo de oito horas semanais de aulas (BRASIL, 1996).

Primeiro, e já mencionado anteriormente, surge como um programa do Poder Executivo e com base em documentos elaborados pelo governo anterior. Quando passa a fazer parte da agenda governamental, torna-se política pública e com isso passa a ter relação direta com o mercado de trabalho e as demandas que dele surgem. Nesse sentido, passa a ter os limitadores da influência do mercado, das mudanças na forma de produção e acumulação e das relações de poder.

Além disso, ao passo que por meio das metas estabelecidas foram mantidas o padrão da educação pública solicitada pelo Andes, as metas quantitativas, que foram as balizadoras da liberação dos recursos, acabaram limitando a autonomia das IFES. Como destaca Campos e Carvalho (2014),

A autonomia da universidade foi questionada quando o financiamento ficou condicionado ao cumprimento de metas padronizadas exigidas pelo MEC. Outro ponto foi a exigência do aumento da produtividade, o que implicou em certa precarização da produção científica e do trabalho acadêmico. Dessa forma, não levou em conta as reais condições e necessidades e, sobretudo, a diversidade existente no conjunto das universidades públicas brasileiras (CAMPOS; CARVALHO, 2014, p.10).

As percepções acerca do programa são consideráveis, pois direcionam para o entendimento dos motivos para a não continuidade do mesmo e para aprimoramento de políticas futuras. Não obstante, o ensino superior público não é o único que cresceu substancialmente nas últimas décadas no Brasil. O setor privado da educação superior vem se destacando tanto no modelo presencial quanto no ensino a distância, muito por conta dos facilitadores do acesso a esse tipo de ensino³.

O setor privado apresentou um salto de expansão mais significativo entre 1980 e 2005, onde das 2.166 Instituições de Ensino Superior (IES), 1.934 eram privadas, ou seja, quase 90% (NUNES, 2007, p.12). Nunes enfatizou esse processo quando argumentou que:

Comparando as respectivas taxas de crescimento do número de instituições de educação superior e dos estudantes nelas matriculados, constata-se que a destes últimos foi maior, especialmente no que se refere às IES privadas

³ Mas antes de chegar a esse ponto é fundamental entender que o ensino superior no Brasil é considerado tardio, fragmentado e privatizado. Essas características são evidenciadas porque a primeira universidade brasileira é datada de 1920; as faculdades são isoladas e fragmentadas no território; e há o predomínio do setor privado, com grande número de instituições com fins lucrativos (CAMPOS; CARVALHO, 2014).

(189% vs. 268%). Controlando-se ambas as taxas pelas fases intermediárias, constata-se que mesmo havendo uma diminuição de 7% no número de instituições privadas entre 1980 e 1994, o total de matriculados aumentou em 10%. Tal fato explica-se por uma mudança de tendência quanto ao porte das IES privadas. Ao final da década de 1980, especialmente 13 após a Constituição de 1988, cresceu o interesse de mantenedores privados em constituir universidades, instituições de maior porte, que se organizam a partir da agregação de escolas e faculdades, ou seja, instituições antes contabilizadas isoladamente passam a integrar um novo tipo institucional (NUNES, 2007, p.12-13).

O autor destaca que, mesmo com um aumento expressivo no número de instituições privadas no período de 1980 a 2005, no recorte temporal de 1980 a 1994 houve uma diminuição de 7% no total, porém isso não representou queda no número de matriculados, que aumentou 10% nesse período. Reforça-se esses dados pois isso colabora para o entendimento de que o processo de ampliação do ensino superior privado não passou apenas pela quantidade de instituições, mas sobretudo por mudanças na forma de ingresso, na facilidade de abertura de vagas, criação de cursos, entre outros que são prerrogativas no centros universitários, novas formas de IES criadas por decreto e regulamentadas junto à LDB de 1996 (Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996).

Entra-se, então, no aspecto de que, mais recentemente, sobretudo no governo Lula (2003-2010), houveram mais tentativas de facilitar o ingresso dos estudantes no setor privado da educação superior. Um desses facilitadores foi o ProUni⁴, implementado em 2005, cujo objetivo principal era conceder bolsas de estudos parciais e integrais a estudantes de baixa renda nas instituições particulares com cursos de graduação e, com isso, elas receberiam isenções fiscais como contrapartida. Segundo Almeida (2010), a “seleção é feita por meio da nota obtida no ENEM (...), exige-se que o aluno tenha estudado o ensino médio em escola pública (ou com bolsa integral na particular) e esteja situado em determinada faixa de renda – renda familiar *per capita* de até três salários mínimos (ALMEIDA, 2010, p.2).

O ProUni surge como uma tentativa de corrigir um grande problema do ensino privado que é o número de vagas ociosas. Entretanto, vale ressaltar que mesmo ofertando bolsas parciais e integrais, o público alvo que são estudantes de baixa

⁴ O PROUNI foi criado pela Lei n. 11.096/2005 (BRASIL, 2005), regulamentada pelo Decreto n. 5.493, de 18 de julho de 2005.

renda, ainda assim, com frequência, não têm os recursos financeiros suficientes para se manterem na faculdade (SOARES, 2009).

2.3. A relação entre espaço urbano e universidades.

Pensar o urbano é observar um conjunto de elementos individuais e articulados que estruturam e reestruturam o espaço. Nesse sentido, a cidade toma uma proporção e uma complexidade que gera necessidades, anseios, complementaridades e, sobretudo, planejamento. Seguindo essa perspectiva, a cidade e o espaço urbano requerem um planejamento adequado e viável a fim de melhor ordenar vários aspectos, seja do ponto de vista territorial, seja no que diz respeito ao crescimento da mancha urbana e da população, ou, ainda, com um olhar voltado para questões como moradia, serviços e espaços públicos, saneamento, economia e cultura. No entanto, o planejamento urbano e regional no Brasil não atingiu todas as cidades ao mesmo tempo e na mesma intensidade, priorizando sempre um grupo específico delas.

Amorim Filho e Serra (2001) destacaram que, a partir dos anos 1960, no amadurecimento dos estudos sobre planejamento urbano e regional, tiveram destaque as metrópoles regionais e, na década de 1970, as cidades médias ganharam a visibilidade dos pesquisadores, sem deixar de lado as linhas de trabalho já iniciadas anteriormente. Nas palavras dos autores

Na realidade, na década de 70 os temas das médias e pequenas cidades, bem como os dos espaços “reurbanizados” e rurais propriamente ditos, inserem-se na tendência (e na necessidade) maior de se promoverem uma descentralização e uma desconcentração das grandes massas humanas, de suas atividades e, evidentemente, uma diminuição de seus problemas (AMORIM FILHO e SERRA, 2001, p.5).

Essa desconcentração das grandes massas urbanas, destacada por Amorim Filho e Serra (2001), também é uma análise importante feita pela Geografia e outras áreas, que observaram no Brasil um movimento significativo de saída, tanto de pessoas quanto de atividades econômicas, das regiões metropolitanas, sobretudo a de São Paulo. Tal movimento, no entanto, é melhor evidenciado pelas realocações das indústrias, que no final do século XX já demonstravam um fluxo em direção a outras áreas para além da citada anteriormente.

Entretanto, Diniz (1993) destacou que esse movimento de desconcentração, na verdade, teve vetores pré-estabelecidos por fatores como infraestrutura, organização política, investimentos privados, áreas de pesquisa e outros que fizeram algumas cidades serem polos de atração industrial. Nesse mesmo trabalho, Diniz vai chamar esse fenômeno de desenvolvimento poligonal que, entre outras coisas, é evidenciado por uma reconcentração das atividades industriais e econômicas, e, conseqüentemente, populacional. Segundo o autor:

Fato incontestável é que até o final da década dos 60 um histórico processo de concentração econômica e demográfica ocorreu na Área Metropolitana de São Paulo, que, em 1970, chegou a participar com 44% da produção industrial do País. A partir de então, iniciou-se um processo de reversão desta polarização, em função do qual esta participação reduziu-se para 26%, em 1990. Entretanto, tal não implicou em uma sustentada desconcentração para a Nação como um todo. Na primeira fase, o processo de reversão da polarização se fez com um relativo espraiamento industrial para o próprio Interior do Estado de São Paulo e para quase todos os demais estados brasileiros. Na segunda fase, no entanto, vem ocorrendo uma relativa reconcentração no polígono definido por Belo Horizonte – Uberlândia - Londrina - Maringá - Porto Alegre – Florianópolis - São José dos Campos - Belo Horizonte, dentro do qual estão sendo formados os principais pólos de alta tecnologia (DINIZ, 1993, p.35 e 36).

Ao evidenciar essa área de reconcentração, várias cidades de menor porte e que, de certa forma, já tinham um destaque em seu contexto local, foram inseridas em uma lógica maior de relação com diversos aspectos sociais, culturais, econômicos, demográficos, políticos, dentre outros; que fizeram algumas cidades se destacarem para além do local e atingindo uma região maior de influência.

No contexto do planejamento urbano no Brasil, essas cidades ganharam pontos de discussão mais significativos quando se observou um aumento da intensidade da migração das zonas rurais de todo o país em direção às metrópoles nacionais. Nesse sentido, as cidades intermediárias, que ficavam nos caminhos desses fluxos, absorveriam parte desse contingente para evitar uma ampliação dos problemas urbanos, já característicos das grandes cidades.

Toda essa discussão começa a aparecer em políticas públicas como o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND). Entretanto, no primeiro PND (I PND, 1971), os olhares foram destinados mais para o aumento da produtividade da agricultura na região nordeste, não ficando explícito a preocupação com o desenvolvimento das cidades intermediárias. Apenas no II PND (II PND, 1974) que aparece um apoio maior a esses centros, enquadrados nesse contexto de contenção dos fluxos migratórios,

principalmente em direção à região sudeste. Barros (2020) destacou esse processo, quando afirmou que:

Agregado ao II PND estava o Programa Nacional de Apoio às Capitais e Cidades de Porte Médio (PNCCPM) que tinha como objetivo atuar na melhor distribuição e relacionamento entre as cidades, sobretudo, ao considerar as cidades de porte médio enquanto centrais para a difusão da economia e dos próprios valores da urbanização. Porém, apesar do programa defender o maior equilíbrio e ocupação no interior do país, ele seguiu reproduzindo as desigualdades inter-regionais por considerar as áreas menos abastadas ainda altamente dependentes das outras no que se refere a economia, ciência e tecnologia (BARROS, 2020, p.26).

Na década de 1980, a implementação do III PND (III PND, 1979) visava o desenvolvimento tecnológico e, principalmente, sua difusão pelo território nacional a fim de aumentar a capacidade produtiva. Nesse momento, emerge o olhar sobre a importância da rede de cidades para o entendimento e melhor planejamento, distribuindo de forma mais homogênea a população e os meios de produção pelo território a partir do entendimento do papel de cada cidade. Motta e Mata (2008) afirmaram que:

A política urbana do III PND (1980-1985) também destacava o papel da rede de cidades no desenvolvimento do país, na estruturação do território nacional e na estruturação interna das cidades. Essa política destacava a melhor distribuição espacial da população mediante a) a estruturação de um sistema de cidades, harmonizado com as diretrizes e prioridades setoriais e regionais de desenvolvimento, com ênfase no Nordeste, Norte e Centro-Oeste e b) o aumento da qualidade de vida urbana – melhoria das condições habitacionais, de saneamento básico e de transporte urbano. A estratégia adotada era a interiorização e a desconcentração espacial e das atividades econômicas construída a partir de áreas de decompressão, de expansão controlada, de dinamização e de funções especiais. Na base dessa política destacavam-se as funções estratégicas das RMs e das cidades médias (MOTTA; MATA, 2008, p.33).

De certa forma, mesmo ressaltando o direcionamento dos fluxos para os centros intermediários na rede urbana ao longo dos planos governamentais citados, é evidente que esse direcionamento teve caminhos previamente estabelecidos pelos interesses do capital mediados pelo Estado.

Com a diminuição do intenso fluxo migratório em direção às grandes cidades, fato que norteou por um bom tempo as políticas de desenvolvimento regional no Brasil e, atrelado a isso, a Constituição Federal de 1988 que estabelecia a parceria mais contundente entre as instâncias federal, estadual e municipal no controle e no

incentivo ao desenvolvimento, os centros intermediários foram ganhando cada vez mais destaque no cenário nacional.

É nesse conjunto de cidades que o recorte espacial da presente pesquisa (Viçosa-MG) se insere. Uma cidade que flutua entre a definição de cidade pequena ou de porte médio, mas que, para além dessa definição, assume um papel importante na sua rede urbana com a chegada de um importante equipamento, a UFV⁵.

Em uma cidade de porte pequeno ou intermediário, como é o caso de Viçosa (MG), a presença de um campus universitário ou qualquer outro equipamento urbano de influência considerável, interfere substancialmente na dinâmica urbana e nas transformações espaciais da cidade. Evidencia-se que essas transformações, sobretudo as físicas, são mais evidentes na área central, podendo ser definida como área central como o centro da cidade, definido enquanto bairro pelo zoneamento urbano, ou alguma outra área que pelas dinâmicas geradas pela presença de algum equipamento, ganhou fluxos, além de mais fixos, e se tornou central a partir disso.

A área central de uma cidade geralmente é definida a partir do direcionamento dos fluxos e da concentração dos fixos recorrentes a uma área urbana. A ideia dos fixos e fluxos aparecem em diversas obras de Milton Santos, a exemplo: Santos, 1994; Santos, 2006; Santos, 2008. Nelas, o autor colabora para entender como esses elementos podem contribuir para as transformações do espaço e também como as técnicas avançaram ao longo do tempo.

Fixo são os elementos materiais, ou seja, aquilo que é concreto e que passou por transformações, intervenções ou criação humana, adquirindo assim uma função (SANTOS, 1994). Em uma outra obra, Santos (2007) afirma:

Os fixos são econômicos, sociais, culturais, religiosos, etc. Eles são, entre outros, pontos de serviço, pontos produtivos, casas de negócios, hospitais, casas de saúde, ambulatórios, escolas, estádios, piscinas, e outros lugares de lazer. Mas se queremos entender a cidade não apenas como um grande objeto, mas como um modo de vida, há que distinguir entre os fixos públicos e os fixos privados. Estes são localizados segundo a lei da oferta e da procura, que regula também os preços a cobrar. Já os fixos públicos se instalam segundo os princípios sociais, e funcionam independentemente das exigências do lucro (SANTOS, 2007, p.142).

⁵ Inaugurada em 1922 como Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV), se integrou a Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (UREMG) em 1948 e foi federalizada em 1969, passando a ser Universidade Federal de Viçosa (UFV) (FRITZ, 2019).

Já os fluxos são entendidos com as forças, os movimentos que dão dinâmica aos fixos. “Os fluxos são um resultado direto ou indireto das ações e atravessam ou se instalam nos fixos, modificando a sua significação e o seu valor, ao mesmo tempo em que, também, se modifica” (SANTOS, 2008, p.62).

Diante do breve exposto sobre a ampla conceituação acerca dos fixos e fluxos feita por Milton Santos, admite-se aqui que os fixos presentes nas áreas centrais das cidades são resultados da interação entre os fluxos que, por conta do fenômeno global, interagem em múltiplas escalas, reproduzindo no espaço urbano suas formas como consequência.

Seguindo essas análises, a área central é aquela região da cidade que vai absorver os movimentos inerentes a produção e reprodução do capital e as facetas que ele assume de acordo com a função predominante de cada cidade e as formas como essa dinâmica vai assumir no espaço como, por exemplo, os estabelecimentos comerciais, os shopping centers, as galerias, os edifícios de serviços públicos ou privados, os terminais rodoviários, as linhas de transporte públicos, entre outros. Com isso, o local que vai exercer a centralidade em uma cidade é aquele que vai concentrar as dinâmicas pertinentes a produção do espaço urbano analisados, como destaca Lopes Júnior e Santos (2010):

A discussão a respeito da centralidade urbana envolve questões referentes ao espaço urbano e à sua reprodução, isto porque a questão da centralidade traz implícitas as dinâmicas socioeconômicas da urbanização que repercutem na cidade e, por conseguinte, no espaço urbano (LOPES JÚNIOR; SANTOS, 2010, p.108).

A história de algumas cidades caminha junta com a chegada ou o desenvolvimento de uma universidade, fato que ocorreu em todo mundo como, por exemplo, Coimbra (Portugal), Bologna (Itália) ou Oxford (Inglaterra). Posteriormente, a instalação de algumas universidades em outros países aconteceu como tentativa de reafirmar identidades nacionais em outros territórios. Porém, como já mencionado, as cidades de pequeno e médio porte conseguem absorver e refletir no espaço urbano de forma mais nítida a influência política, econômica e cultural da presença de uma universidade. Nas grandes cidades a dinamização das formas econômicas impedem essa visibilidade com mais nitidez, mas em uma cidade pequena ou média, uma universidade pode dominar por completo o espaço urbano (Baumgartner, 2015).

No âmbito do planejamento urbano, as universidades podem atuar, direta e indiretamente, no mercado imobiliário e contribuir para a avaliação e a criação de políticas urbanas e práticas para o desenvolvimento urbano e regional. As universidades participam diretamente do mercado imobiliário através das demandas por novas áreas, vinculadas à expansão de seus campi, ou mesmo pela renovação de áreas no seu entorno. Indiretamente, a necessidade de moradia, transporte e serviços por parte da comunidade acadêmica (professores, estudantes e funcionários) aumentam a demanda por estes serviços, bem como por espaço (BAUMGARTNER, 2015, p.97-98).

Ainda segundo o autor:

Nas cidades onde se instalam, as universidades demandam diretamente espaço para suas atividades de ensino e pesquisa, bem como de moradia. Indiretamente, induzem, em função das especificidades e dos anseios de professores e estudantes, uma série de atividades de lazer, de comércios e serviços (BAUMGARTNER, 2015, p.98).

É nesse argumento que a pesquisa se baseia, ou seja, a presença de uma universidade pode engendrar uma série de transformações urbanas para atender às demandas de tal equipamento, bem como de seus atores diretos e indiretos.

Entende-se que a presença de uma universidade pode ser indutora de transformações significativas para o espaço urbano em uma cidade e, como destacado na subseção anterior, as cidades de menor porte absorvem de forma mais clara essa influência.

Entretanto, uma vez já consolidada, seria possível uma universidade continuar induzindo as transformações urbanas de uma cidade? A abertura de prédios espalhados pela cidade, fora do campus, pode ser a primeira resposta para a pergunta, pois vai conduzir o fluxo para outras direções dentro do espaço urbano. Porém, o que a pesquisa aqui quer evidenciar é que essa mudança ou aumento dos fluxos e, conseqüentemente, de novas transformações na cidade podem vir a partir da implementação de políticas públicas nas universidades já existentes.

Destacou-se anteriormente o Reuni que, em resumo, reestruturou e aumentou o acesso às IFES, e o ProUni que facilitou também o acesso das camadas populares ao ensino superior nas instituições privadas. Essas duas políticas aconteceram na primeira década do século XXI, ou seja, momento em que em algumas cidades já haviam universidades e faculdades particulares instaladas e, com isso, o fluxo seria intensificado e não criado. Essa afirmação é importante pois sabe-se que um dos objetivos principais das políticas públicas educacionais no Brasil era de interiorizar a educação superior, promovendo o desenvolvimento regionais. Mas o recorte espacial

dessa pesquisa é uma cidade onde já havia a presença de uma universidade federal e de faculdades particulares, então as políticas ressignificaram o fluxo de pessoas, capital e informação no espaço urbano.

Bruno Medeiros Santana (2018), em sua dissertação de mestrado, evidenciou como a implementação de políticas públicas de expansão do ensino superior, a ressaltar o Reuni e o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), em uma cidade que já tinha um campus universitário consolidado, é capaz de criar, transformar e ressignificar o espaço urbano, sendo esse exemplo a cidade de Jataí(GO).

Santana (2018) mostrou, entre outras coisas, o que grande parte da literatura sobre a implementação do Reuni evidencia: os problemas urbanos causados pela chegada de uma nova demanda populacional e a não articulação de tal política pública, universidade e o governo municipal. Nesse sentido, ele indicou em sua pesquisa a alavancada que a especulação imobiliária ensejou em Jataí nos anos de atuação do programa citado, bem como na disseminação de problemas de circulação urbana, inclusive no deslocamento dos próprios alunos até as instituições.

O autor mostrou também que o poder público local precisou se adaptar, em pouco tempo, à nova demanda gerada pela atuação do Reuni e do Pronatec nas instituições da cidade de Jataí(GO). Nesse sentido, a pesquisa aqui dissertada objetiva também analisar se a aplicação o Reuni provocou mudanças estruturais e funcionais no espaço urbano, sobretudo no centro da cidade de Viçosa(MG), na tentativa de corroborar a argumentação de Santana (2018).

Paula, Martin e Abrantes (2020) trouxeram uma outra perspectiva sobre os impactos do Reuni nas cidades onde foi implementado. Os autores analisaram 15 cidades que receberam novos campi como ação do programa e mostraram como os indicadores socioeconômicos como população, densidade demográfica, Índice de Gini, renda *per capita*, entre outros, foram influenciados e se modificaram nos anos que sucederam às ações do Reuni. Fato é que, para além dos números de tais indicadores, o que os autores deixam evidente é que a instalação de novos campi pode melhorar os indicadores sociais e, mesmo com o fim do programa em 2012, tal política impactou o espaço urbano já consolidado, reverberando ainda nos dias atuais (PAULA, MARTIN E ABRANTES, 2020).

Com perspectivas diferentes da cidade de Viçosa(MG), os exemplos citados corroboram para o entendimento das possíveis transformações urbanas induzidas

pela presença de uma universidade, mas sobretudo destacando as recentes mudanças geradas pela implementação de políticas públicas de expansão do ensino superior, que trouxeram novos fluxos às cidades.

3. A DELIMITAÇÃO DA ÁREA CENTRAL EM VIÇOSA(MG): ANÁLISE SOBRE OS ELEMENTOS DE CENTRALIDADE.

O espaço urbano, enquanto espaço geográfico, reproduz o que o próprio sistema produtivo cria e recria de forma indissociável e solidário entre os sistemas de objetos e de ações, além de ser também contraditório e não podendo ser considerados de forma isolados, sendo fruto do que a história conduz (SANTOS, 2004). Reforçando ainda mais essa ideia, Corrêa (1995) destaca que:

O espaço urbano capitalista – fragmentado, articulado, reflexo, condicionante social, cheio de símbolos e campo de lutas – é um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem o espaço. (CORRÊA, 1995, p.11).

Exposto essas perspectivas, e entendendo que a produção do espaço urbano de Viçosa(MG) é indissociável da sua história, sobretudo com relação a consolidação da UFV enquanto o agente mais importante na rede urbana analisada, considera-se hipótese de que a área central da cidade é constituída, principalmente, por ser aquela de imediato contato com o campus da universidade. O objetivo desse capítulo é trazer alguns elementos que podem confirmar a centralidade da área mencionada, sobretudo a partir da concentração de alguns serviços e fenômenos, a exemplo da verticalização, das franquias e dos equipamentos urbanos.

O olhar para a importância da localização emerge, sobretudo, a partir do desenvolvimento do modo de produção capitalista, amplificada pela revolução industrial que, ao longo do tempo, foi suscitando um aumento na escala de produção. Esse fato trouxe à tona a importância da localização das atividades, da produção e da população, principalmente para a classe dominante que percebeu a possibilidade de ampliar os lucros a partir de vantagens locacionais (CORRÊA, 1986).

Johann Heinrich Von Thünen (1826), Alfred Weber (1909), Walter Christaller (1933), August Losch (1939) e Walter Isard (1956) foram pioneiros nas teorias sobre a importância da localização para as atividades econômicas e, mesmo com perspectivas diferentes (agricultura, indústria e comércio), todos eles demonstraram como o custo com o transporte era fundamental na lógica da minimização dos gastos e ampliação dos lucros.

Como exemplo, Santos e Sposito (2020) destacam que Weber (1909) analisou qual seria a localização ótima para as indústrias, sempre com o objetivo de diminuir os gastos com transportes e, com isso, aumentar o lucro. Para isso, o autor analisou a relação entre os custos de transportes com a mão-de-obra, a matéria-prima e o mercado consumidor. Quanto mais próximo de todos esses elementos, menor seria o custo com o deslocamento, ampliando assim a taxa de lucro.

Importante salientar ainda que o autor enfatizou o papel central dos transportes na localização do setor industrial e como isso é relacionado com a urbanização. Mesmo que o destaque da pesquisa aqui seja o setor comercial e de serviços, essa relação com a localização industrial ainda é importante. Santos e Sposito (2020) destacam que:

No que se refere à pesquisa que gera esse livro, o enfoque recaiu, no espaço urbano, na atividade do setor comercial e de serviços, mas é possível considerar que aspectos associados ao peso dos transportes têm seu impacto sobre esse setor, uma vez que, no tocante ao comércio, a distância entre os centros de produção e armazenamento de produtos industriais, sobretudo, é elemento importante para a decisão das empresas no que se refere à presença delas em cidades médias e pequenas, onde o tamanho do mercado consumidor tem que ser ponderado vis-à-vis aos custos de instalação comercial e aos custos adicionais do transporte de bens (SANTOS; SPOSITO, 2020, p.27).

Reforçando as ideias apresentadas, menciona-se o que por muito tempo serviu de base para boa parte das teorias da Geografia Urbana, a Teoria dos Lugares Centrais de Christaller, que faz uma abordagem para além da localização ótima de uma atividade, mas também sobre o seu tamanho, a natureza e a distribuição do comércio e dos serviços (BERRY, 1971).

Em síntese, na teoria de Christaller os lugares apresentam funções centrais que vão atrair consumidores de acordo com o custo do deslocamento. Esses lugares, segundo o autor, foram classificados em relação ao seu alcance espacial, máximo ou mínimo. O primeiro seria até onde os consumidores estão dispostos a se locomoverem para obter ou consumir determinado produto ou serviço. Já o segundo diz respeito a uma área mínima de que determinada função central se instale e obtenha lucro (BRAGA, 2008).

Ao pensar a posição de uma universidade, as concepções acima citadas são importantes visto que é preciso considerar que boa parte dos estudantes são oriundos de cidades menores e fazem um deslocamento diário, ou seja, vão ao encontro do

serviço, respeitando o seu raio máximo, e quando esse limite é ultrapassado, ao se instalarem definitivamente na cidade, buscam o lugar onde se concentram as atividades econômicas a partir de um custo menor com o transporte.

A área central, como já mencionado anteriormente, surge como um ponto de atração de um intenso fluxo de pessoas que buscam por diversidade em serviços, aparelhos públicos e culturais, comuns ou específicos, referentes ao comportamento do agrupamento humano pertinente ao espaço urbano analisado. Rosado (2019) destaca que:

Áreas centrais são estruturas indispensáveis para o processo de urbanização por serem responsáveis pela concentração de equipamentos necessários à fixação populacional e por servir como um ponto de partida para o desenvolvimento de todas as cidades (ROSADO, 2019, p.11).

Já mencionado também, que uma das principais dimensões de atração e fixação populacional em uma determinada área da cidade é o consumo e, por conseguinte, a área central acaba sendo o local de maior atração para as mais variadas formas do consumo. Porém, ainda segundo Rosado (2019), em cidades como Viçosa não é só o consumo que dita o balizamento da definição da área central.

Cabe a ressalva de que não apenas o consumo ou outras atividades capitalistas são capazes de produzir centralidades. Dessa maneira, em cidades de menor porte como Viçosa, por exemplo, atividades ligadas à administração pública, caráter histórico e simbólico são igualmente importantes. Embora em cidades com menor dimensão essas atividades muitas vezes coexistam em uma mesma porção do espaço (ROSADO, 2019, p.12).

É fato que o equipamento público que mais direciona os apontamentos acerca do espaço urbano em Viçosa-MG é a UFV, que tem sua história confundida com a expansão da cidade. Com o decorrer dessa história, já citada anteriormente, os setores de comércio, serviços, administração, entre outros, também vão se modificando e adaptando ao contexto.

Nesse sentido, a área central se torna, por definição e por análise perceptiva do espaço urbano local, a área imediatamente mais afetada e transformada. Sendo assim, antes de trazer os dados concretos sobre os elementos que reforçam a centralidade, serão estabelecidos aqui os logradouros que fazem parte da área central.

Para essa delimitação foi usado como parâmetro a Lei de Ocupação, Uso do Solo e Zoneamento do Município de Viçosa, aprovado pela Lei nº1420/2000. Tal lei que divide o solo urbano em zonas a partir do seu uso e das categorias permitidas em cada uma delas, define logradouros abaixo como pertencentes à área central (PREFEITURA MUNICIPAL DE VIÇOSA, 2000).

Quadro 1- Logradouros pertencentes a Área Central, segundo a lei N° 1420/2000 (continua)

RUAS	AVENIDAS	TRAVESSAS	PRAÇAS
Alameda Albano Braga	Santa Rita	Barquete Jorge	Dr. Christóvam Lopes de Carvalho
Alexis Doroffef	Bueno Brandão	Francisco Gouveia	Emílio Jardim
Antônio Ferreira Mendes	Ph Rolfs	Felício Brand	Marechal Teodoro
Arthur Bernardes	Mal. Castelo Branco (até a UFV)	José Carlos Belo Lisboa	Mário Del Giudice
Benedito Valadares		Luiz Megali	Rosário
Benjamin Araújo		Purdue	Silviano Brandão
Carmita Pacheco		Sagrado Coração de Jesus	
César San'Anna		Santa Rita	
Dos Estudantes		Simonini	
Doutor Horta		Vereador José Valentino da Cruz	
Elvira Rodrigues da Silva			
Feijó Bering			
Francisco Machado			
Gomes Barbosa (até confluência com Av. Santa Rita)			
José Braz da Costa Val			
José Carlos da Cruz			

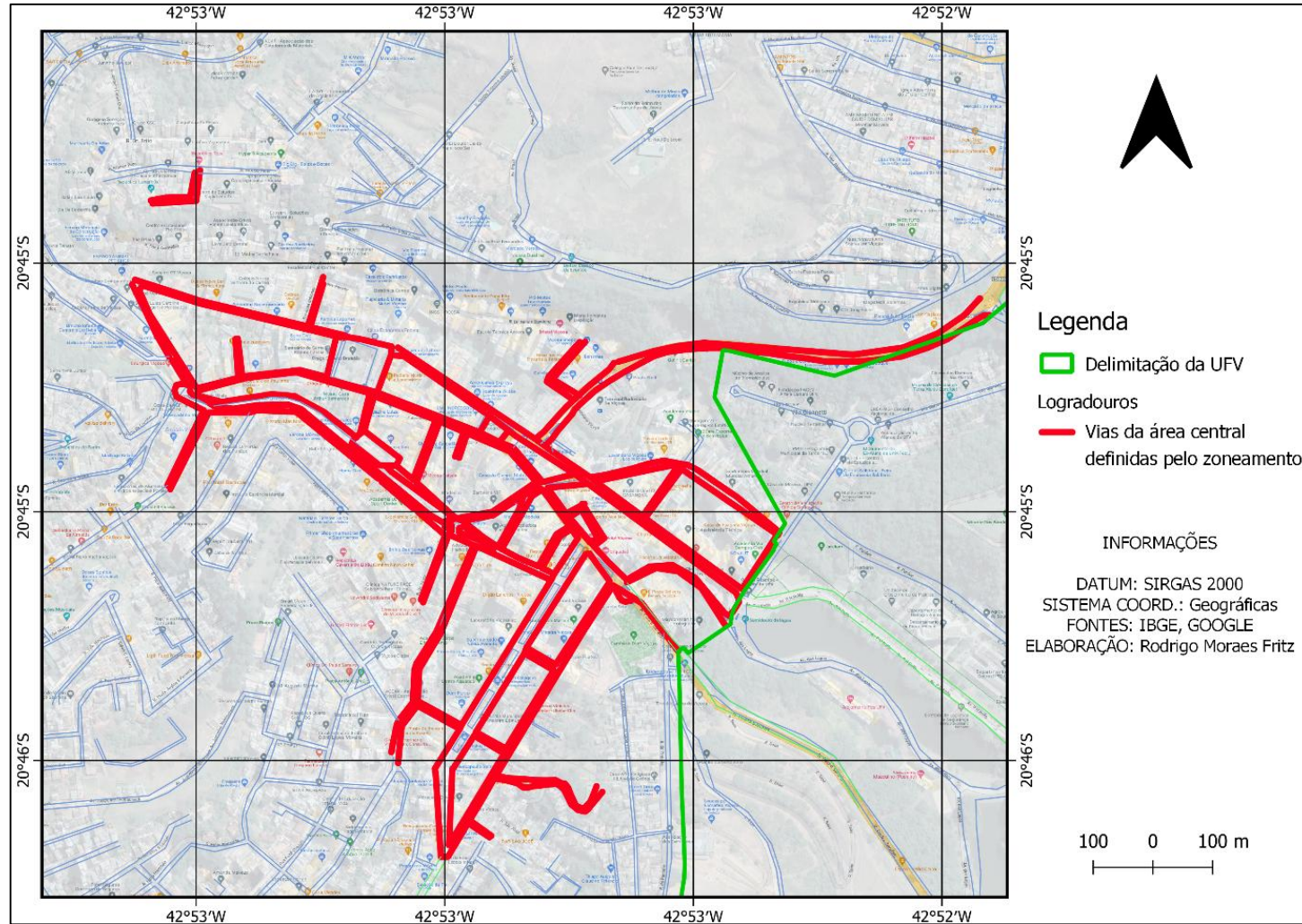
Fonte: Prefeitura Municipal de Viçosa, 2000.

Quadro 1- Logradouros pertencentes a Área Central, segundo a lei N° 1420/2000 (Conclusão)

RUAS	AVENIDAS	TRAVESSAS	PRAÇAS
José da cruz Reis			
José Rodrigues (até saída da UFV)			
Padre Serafim			
Prefeito João Francisco Da Silva			
Santo Antônio			
Sebastião Lopes de Carvalho			
Senador Vaz de Mello			
Silva Pontes			
Tenente Kummel (entre as ruas Virgílio Val e Benjamin Araújo)			
Virgílio Val			

Fonte: Prefeitura Municipal de Viçosa, 2000.

Figura 3- Mapa dos logradouros pertencentes a Zona Central definida pela Lei nº1.420/2000.



Elaboração: Rodrigo Fritz. Fonte: IBGE

De acordo com a Lei nº1.420/2000 que define a ocupação, uso e zoneamento do solo em Viçosa-MG, menciona-se assim alguns pontos importantes:

Art. 28 - O Município de Viçosa está dividido nas seguintes zonas: I - ZR1 - Zona Residencial 1; II - ZR2 - Zona Residencial 2; III - ZR3 - Zona Residencial 3; IV - ZR4 - Zona Residencial 4; V - ZC - Zona Central; VI - CP - Corredor Primário; VII - CS - Corredor Secundário; VIII - APA - Área de Proteção Ambiental; IX - ZUF - Zona da Universidade Federal; X - ZI - Zona Industrial; XI - ZRU - Zona Rural.

Além disso, outro artigo da lei menciona:

Art. 29 A organização do território municipal será feita por meio da definição de seu zoneamento, observando-se o seguinte: I - a oferta de infraestrutura urbana; II - o adensamento populacional desejado; III - a adequação do uso às características do solo.

Especificamente sobre a área central, que na lei citada é tratada como Zona Central (ZC), a lei define que ela tem como característica a predominância do uso misto, que reuni em uma mesma edificação ou em um conjunto integrada delas com duas ou mais categorias de uso permitido por zona, com possibilidade de instalação de indústrias de pequeno porte, não incômodas (PREFEITURA MUNICIPAL DE VIÇOSA, 2000).

O que se quer aqui mostrar é que, a partir da concentração de algumas atividades econômicas, serviços e fenômenos urbanos, há uma proximidade imediata entre a localização da universidade (UFV) e a área central de Viçosa(MG) evidenciando não só a influência direta de uma instituição pública de ensino no seu espaço urbano como novas transformações nessa instituição, a ressaltar a implementação de políticas públicas de expansão do acesso ao ensino superior, impactou a área central da cidade. Para isso foram analisados três elementos que podem confirmar a centralidade das localidades próximas ao campus da universidade e reafirmar a delimitação da área central feita pelo zoneamento ou mostrar alguma modificação do mesmo: o fenômeno urbano da verticalização; a presença de franquias; serviços e equipamentos urbanos

3.1. A verticalização.

Segundo Corrêa (2000), o espaço urbano pode ser entendido de forma fragmentada ou articulada, ou seja, percebido em partes, zonas, setores, bairros, ruas, etc.; dependendo da definição teórica usada, mas também pode ser compreendido na interação entre esses fragmentos de forma interna ou, também, atrelado a fatores externos.

Ainda segundo o autor, não se pode deixar de levar em consideração a sociedade que construiu e constrói esse espaço, sendo ele reflexo das ações realizadas no presente, mas também daquelas que foram realizadas no passado e que deixaram marcas que interferem e influenciam no presente (CORRÊA, 2000).

Seguindo o pensamento histórico apresentado, a localização de uma estrutura, serviço, indústria, comércio, etc, é de fundamental importância para uma série de outros fatores que poderiam interferir no lucro e no desenvolvimento de atividades. Assim, a formatação do espaço urbano passou também a se tornar importante na consolidação da cidade moderna capitalista.

A verticalização que é a forma de ocupação do solo em edifícios, que vai aglomerar mais pessoas e atividades em um espaço menor no solo urbano, se intensifica no contexto mencionado. Cassiano de Araújo (2019) destacaram que:

Essa vertente nasce com a consolidação da cidade moderna e de seus princípios capitalistas de (re) produção espacial, onde o raciocínio quanto ao aproveitamento dos espaços urbanos gerou também uma lógica no aproveitamento de seu uso, mediado pelo desenvolvimento da tecnologia do concreto armado e pela arquitetura moderna (CASSIANO DE ARAÚJO, 2019, p.69).

Atrelado a isso é importante destacar que há uma relação fundamental entre localização e valorização do uso do solo urbano. Com a reprodução capitalista que se intensificou com a modernização das últimas décadas, ligado a novas formas e facilidades em consumir além do crescimento populacional, as cidades sofreram substancialmente os impactos dessas mudanças e, conseqüentemente, muitos processos de reestruturação aconteceram. É evidente que, hierarquicamente falando, as cidades vão absorver essas transformações de formas diferentes, mas trazendo para o contexto da pesquisa que é sobre pequenas e médias cidades, essas mudanças vão ressaltar a importância da centralidade, ou seja, podem, em alguns casos, produzir novas centralidades, mas também podem reforçar uma centralidade já existente.

Isso quer dizer que o lugar central de uma cidade teve a sua localização ótima amplificada a partir da modernização e da chegada de novos elementos. Com isso, o valor de uso aumentou e mesmo assim a demanda por ocupação dessa parte do solo urbano continuou crescendo, o que acabou direcionando o processo para a verticalização, visto que quanto maior a concentração da centralidade, menor o custo com deslocamento e maior o lucro.

A urbanização é um fenômeno evidente em todo mundo e, segundo dados das Nações Unidas, a América é o continente onde se pode observar uma urbanização mais evidente (NAÇÕES UNIDAS, 2018). Na América Latina, onde se encontra uma grande concentração de países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento esse fenômeno é observado de forma acelerada e verticalizada, sobretudo nas grandes cidades.

A urbanização acentuada e, principalmente, a verticalização, inclusive das pequenas e médias cidades, serão observadas de formas mais evidentes no Brasil a partir da primeira década do século XXI, quando após um longo período de recessão a economia brasileira voltou a crescer e as políticas públicas sociais colocaram milhões de pessoas na classe média com poder de compra, principalmente pelas facilidades de acesso ao crédito (ROSO, OLIVEIRA e BEUTER, 2021); e, nas cidades já mencionadas nessa pesquisa, incluindo o recorte espacial que é a cidade de Viçosa(MG), que possuem um equipamento urbano de ensino superior, as políticas públicas de acesso e ampliação à esse ensino também foram importantes para o fortalecimento da urbanização e da verticalização.

Tal período gerou um crescimento substancial na indústria da construção civil e isso provocou um “boom” imobiliário. Esse crescimento tem relação com a ampliação da área de atuação imobiliária devido ao crescimento das cidades, diminuição das áreas privativas das unidades, espaços que passaram a ser destinados para a multiplicação de unidades a serem construídas, aumento no tamanho dos empreendimentos e principalmente no número de pavimentos construídos e consolidação de espaços de uso comum (ALAS, 2013). Essas características reforçam o modelo de empreendimento vertical e multifamiliar, o que, por sua vez, reforçou o processo de verticalização.

A habitação pode ser tida como uma mercadoria que possui características particulares e a sua produção e consumo no espaço urbano implicam diversas questões inerentes ao contexto inserido (VALENÇA, 2003). E, nesse sentido, a opção

por moradias verticalizadas não demonstra apenas uma tendência urbanísticas e sim uma opção de consumo.

Apesar do início da disseminação do fenômeno da verticalização partir dos grandes centros como São Paulo e Rio de Janeiro, ele chega também nas cidades médias e pequenas onde o centro é a principal referência, concentra os fixos e direciona os fluxos. No caso de Viçosa(MG), esse fator é potencialização pela proximidade com o campus da UFV, que por exercer uma intensa centralidade local e regional é entendido como um importante indutor da verticalização (ZACCHI, 2009).

Esse processo acontecendo na área central de uma cidade pequena ou média provoca uma dinâmica intensa na atividade imobiliária, que é organizada a partir de uma diversidade de estratégias e ações que refletem na própria produção do espaço urbano e nas diferentes formas de consumi-lo (RAMIRES, 1998).

Partindo dessa perspectiva, a necessidade da proximidade com o equipamento urbano exemplificado pelo campus da universidade, bem como a presença cada vez mais evidente de novas formas de consumo, deram à atividade imobiliária de Viçosa(MG) uma nova perspectiva e um público alvo constante.

Mais do que a produção e sistema de trocas, o capital imobiliário tem a cidade como a própria mercadoria a ser vendida. Maricato (1997) destaca que:

Para o capital imobiliário a mercadoria a ser vendida é a própria cidade, isto é, são seus edifícios com suas localizações específicas; em outras palavras, são seus edifícios com suas vizinhanças e oportunidades (MARICATO, 1997, p. 44).

Reforçando essa ideia, Zacchi (2009) mencionou que:

Assim, o capital imobiliário, materializado na figura dos incorporadores imobiliários, apresenta atuação complexa e decisiva na conformação espacial e na determinação da valorização de determinadas áreas da cidade. Estas ações atuam na valorização/desvalorização de determinadas porções espaciais de acordo com as suas características naturais e artificiais, restringindo o acesso do espaço a determinadas parcelas da população, de acordo com a capacidade que cada um tem de pagar por este acesso, conformando e acentuando a segregação socioespacial (ZACCHI, 2009, p.20).

Assimilando essas ideias, observa-se que em Viçosa(MG) a especulação imobiliária dos edifícios que representam a verticalização no centro da cidade são ocupados em sua maioria por moradores de classe média alta e por estudantes que alugam os apartamentos e dividem o mesmo com outros estudantes, as conhecidas

repúblicas. Apesar de serem públicos alvos diferentes, ambos atendem à demanda da valorização do espaço, pagos individualmente pelas famílias de classes mais favorecidas ou por estudantes que dividem os valores. Além disso,

Para se viabilizar, o capital imobiliário tem que promover o empreendimento certo no lugar certo para o consumidor certo. Com esse objetivo, ele age no sentido de organizar o espaço da cidade, adequando o uso do solo aos seus interesses, o que nem sempre respeita critérios sociais de eficiência da cidade (PEREIRA e SILVA, 2007, p. 82).

O que se tem, nessa perspectiva é uma especulação imobiliária voltada para a dinâmica ocasionada pelo fluxo que é gerado anualmente pelo ingresso de novos estudantes na universidade. Tal movimentação teve momentos distintos ao longo da história, substancialmente potencializado pela federalização da universidade em 1969, e que vai sofrer nova mudança no início do século XXI, agora com as políticas de expansão do ensino superior que aumentaram o número de cursos e vagas na UFV.

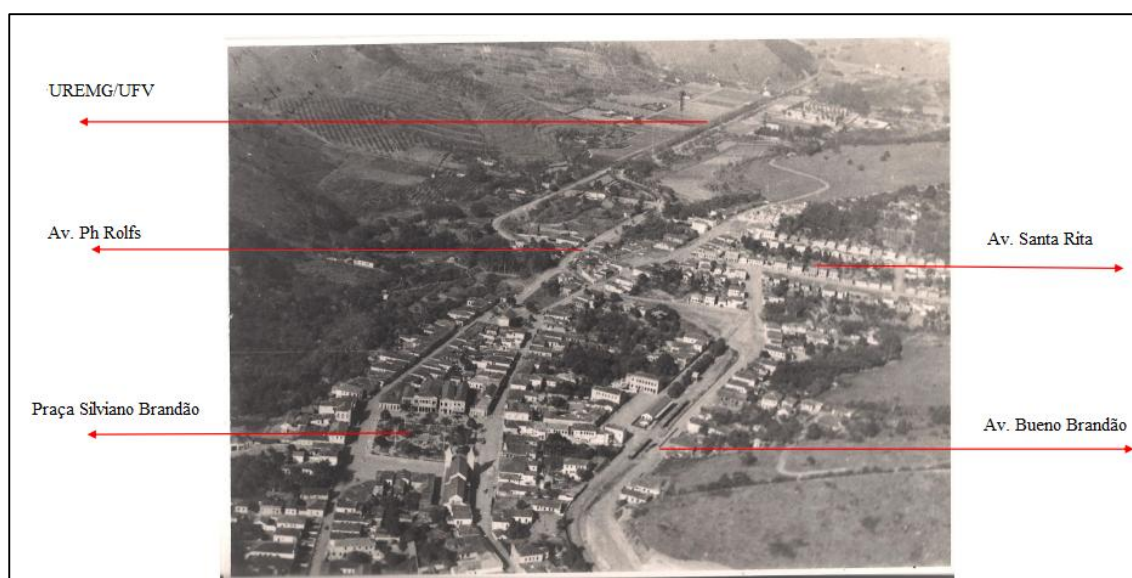
Além da relação entre esses períodos da história, Zacchi (2009) aponta alguns motivos apresentados pelos empresários da construção civil e setor imobiliário para a intensa verticalização da área central, entre eles estão:

a) a falta de terrenos amplos e bem localizados a custo acessível para 28
Informações recolhidas no site da instituição. b) o custo elevado dos lotes na
área central, local em que as pessoas preferem morar, limitando,
comercialmente, outro tipo de edificação, no caso de construtos horizontais;
c) a demanda, principalmente do público universitário, como os estudantes e
os professores da UFV; d) e a valorização que esta demanda gera nas áreas
centrais (ZACCHI, 2009, p. 74).

O relevo é um fator limitante para a expansão da malha urbana de Viçosa(MG). Maria (2016) menciona que a topografia foi indutora desde o início da formação da cidade, visto que ela “nasce” às margens do ribeirão São Bartolomeu, priorizando a área mais plana às margens do curso d’água, mas cresce para os morros ao redor que são faces de um relevo ondulado marcante da região. A autora ainda colabora com estudos mostrando que o relevo majoritariamente de mares de morro induz a concentração populacional em pontos mais baixos do relevo, sendo a verticalização um fenômeno importante para esse processo de adensamento populacional.

Tal processo de verticalização vai se intensificar a partir da década de 1970 coincidindo com a federalização da UREMG e para exemplificar observa-se a figura 4 que é uma visão da cidade em 1949 com a universidade em destaque e as principais vias de ligação.

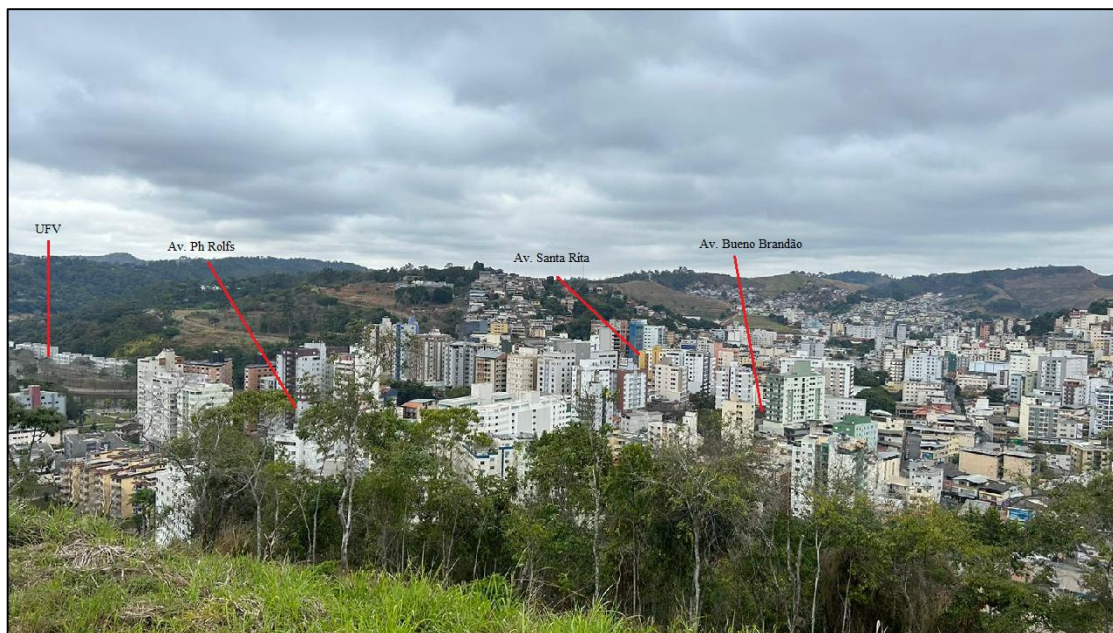
Figura 4- Vista aérea da área central de Viçosa em 1949.



Fonte: Arquivo da Universidade Federal de Viçosa. Adaptado pelo autor.

A figura 5 representa a configuração urbana atual da cidade de Viçosa(MG), com destaque para a proximidade da UFV com as suas principais vias de ligação, sendo elas a Av. Ph Rolfs, a Av. Santa Rita e a Av. Bueno Brandão.

Figura 5- Vista parcial do Centro de Viçosa em 2023.



Fonte: Rodrigo Moraes Fritz, julho 2023.

Com base na grande diferença representada pelas imagens anteriores também com a nova modificação no fluxo, ou seja, uma crescente demanda por novas moradias, a construção de novos prédios foi ocorrendo ao longo dos anos e o estudo de Paula (2019) retrata justamente essa realidade. A autora constatou, a partir de dados fornecidos pelo Instituto de Planejamento Municipal de Viçosa (IPLAN), que a Zona Central da cidade possuía 94 edificações verticais, com 4 pavimentos ou mais, construídos entre 1980 e 2000.

Ainda sobre esse levantamento, a autora dividiu as edificações Residencial/Comercial, Residencial e Comercial/Serviços e identificou que na década de 1980 foram construídos 5 do tipo Residencial/Comercial, 12 do tipo Residencial e 4 do tipo Comercial/Serviços. Já na década de 1990 foram 10 Residencial/Comercial, 7 Residencial e 7 Comercial/Serviços. Por fim, na década de 2000 foram 33 Residencial/Comercial, 13 Residencial e 3 Comercial/Serviços (PAULA, 2019).

Com base nos dados mencionados, percebe-se duas direções. A primeira é pela preferência ao longo do tempo na construção de edificações de uso misto, ou seja, que mescla o uso residencial com o comercial. E o segundo direcionamento diz respeito ao crescimento expressivo do número de construções na década de 2000, passando de 24 na década anterior para 49 edificações de 4 ou mais pavimentos. Paula (2019) ainda reforça:

Na década de 2000 foram construídos 49 novos edifícios, ou seja, o dobro do que na década anterior, configurando-se um verdadeiro *boom* imobiliário, que contribuiu para consolidar a paisagem já verticalizada na zona central (PAULA, 2019, p.79).

Ainda com base no estudo de Paula (2019), a autora destacou que em 2011 foram construídas 5 edificações do tipo Residencial/Comercial e 1 do tipo Residencial; Já em 2012 foram 8 do tipo Residencial/Comercial e nenhum dos outros tipos.

No que diz respeito à década de 2010, não é possível fazer uma análise definitiva considerando-se que os dados dizem respeito apenas aos dois primeiros anos. No entanto, pode-se identificar a consolidação da tendência observada na década anterior entre os promotores imobiliários ao darem preferência para a construção de edifícios de uso misto, contabilizando-se 13 unidades (PAULA, 2019, p.80).

Apesar de não possuir os dados concretos e separados por anos a partir do último período observado por Paula (2019), que foi o ano de 2012, um levantamento em campo identificou 207 edificações verticais de 4 ou mais pavimentos nas ruas da Zona Central estabelecida pela Lei de Ocupação, Uso do Solo e Zoneamento do Município de Viçosa. Nesse caso, analisando os dados a partir de 1980 até 2012 citados anteriormente, cujo total é de 108, tem-se uma diferença de 99 edificações, concluindo que esse é o número de construções a partir de 2013⁶.

Na posse de tais dados, entende-se que há de fato um crescimento das edificações verticais o que justifica o fenômeno da verticalização, no recorte espacial da Zona Central. Além disso há uma relação de coincidência temporal entre o crescimento do número de edificações na década de 2000 e o Reuni, que aconteceu de fato a partir de 2007, mas que já era anunciado nos anos anteriores. Assim, os empreendimentos construídos antes de 2007 já indicavam a expectativa dos agentes imobiliários no aumento da demanda com a chegada de um novo quantitativo de estudantes (PAULA, 2019).

⁶ É importante destacar que esse levantamento das edificações com 4 ou mais pavimentos nas ruas da Zona Central foi feito por contagem simples em trabalho de campo, visto que o Instituto de Planejamento do Município de Viçosa, que hoje possui a sigla de GEOPLAN, não respondeu às solicitações do pesquisador para ter acesso aos dados necessários para a contagem. Mas, mesmo que de forma precária, os dados ainda servem como referência para entender o fenômeno da verticalização na área central da cidade nos anos recentes.

Contudo, é evidente que, além da relação temporal com a implementação do Reuni como uma política pública de ampliação do acesso ao ensino superior, a preferência locacional das edificações construídas e visivelmente a proximidade com as UFV. Os logradouros com maior número de edificações verticais com mais 4 pavimentos são: Rua Milton Bandeira (27), Rua Gomes Barbosa (17), Rua dos Estudantes (16), Avenida Ph Rolfs (15), Rua Padre Serafim (15), Avenida Santa Rita (15) e Rua Senador Vaz de Melo (10). Essa constatação mostra a tendência pela escolha do lugar central por parte dos agentes imobiliários pois é justamente nesse local onde irão se concentrar os estabelecimentos comerciais e a prestação de serviços voltadas sobretudo para um consumo imediato por parte da população foco que são os estudantes, além de serem as principais vias de circulação e ligação com demais ruas e bairros da cidade.

3.2. As franquias.

No mundo globalizado existem várias formas de interação entre as pessoas e o espaço e, no tocante às cidades, o comércio é um dos principais exemplos dessa relação. Entretanto, o comércio assumiu ao longo do tempo variadas formas que foram se adaptando ao contexto e à realidade temporal.

Atualmente, uma das facetas do comércio que mais chama atenção pelo seu rápido crescimento e expansão para cidades fora das regiões metropolitanas são as franquias. Esse sistema se tornou um dos setores mais importantes da economia mundial e é um exemplo essencial quando se trata da lógica do consumo. Nesse setor, as empresas não usam apenas o produto em si, além disso criam uma série de valores que fazem os significados da mercadoria na vida do consumidor (FRITZ, 2017).

A definição de franquia é muito ampla e pode variar de acordo com as legislações vigentes no país ou região analisada. Para a presente pesquisa usou-se uma relação importante na definição do que é uma franquia, qual seja, o acordo feito entre franqueador e franqueado. Segundo o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), o franqueador é o detentor de uma marca ou patente que vai fornecer a terceiros o direito de uso e todo o conhecimento e técnicas já desenvolvidas, sendo remunerado por isso. Já o franqueado é aquele que vai aderir ao sistema de franquias e, por meio de pagamento de taxas, vai possuir o direito de uso e divulgação da marca, sendo fiel aos modelos estabelecidos pelo franqueador

(SEBRAE, 2013). A franquia, então, é a materialização dessa relação no espaço. Ainda segundo SEBRAE (2013):

De acordo com o texto da Lei de Franquia Empresarial (Lei 8.955/94), franquia é um sistema pelo qual um franqueador cede ao franqueado o direito de uso da marca ou patente, associado ao direito de distribuição exclusiva ou semiexclusiva de produtos ou serviços. Eventualmente, diz a lei, o franqueador também cede o direito de uso de tecnologia de implantação e administração de negócio ou sistema operacional desenvolvidos ou detidos pelo franqueador, mediante remuneração direta ou indireta, sem que, no entanto, fique caracterizado vínculo empregatício (SEBRAE, 2013, p. 7-8).

Entende-se que há uma relação de motivo e oportunidade por trás da instalação de uma franquia em um determinado contexto espacial, principalmente ao entender que cada uma possui uma estrutura e um público alvo muito bem definido e o franqueado, ou seja, aquela pessoa que compra o direito de uso da marca, vai assumir o papel de intermediador entre ela e o público.

Para melhor compreensão sobre o universo do *franchising* defina-se, brevemente, quatro pontos importantes sobre o assunto: *Know How*, *Target*, *Royalties* e *Marketing*. O primeiro deles se trata do início do processo, pois é o conhecido prévio sobre algum produto ou serviço, ou seja, antes de ingressar no sistema de franquias, o futuro franqueado precisa conhecer o serviço ou o produto que quer vender. Já o *target* diz respeito ao público alvo ou mercado que se quer atingir com aquela marca, produto ou patente.

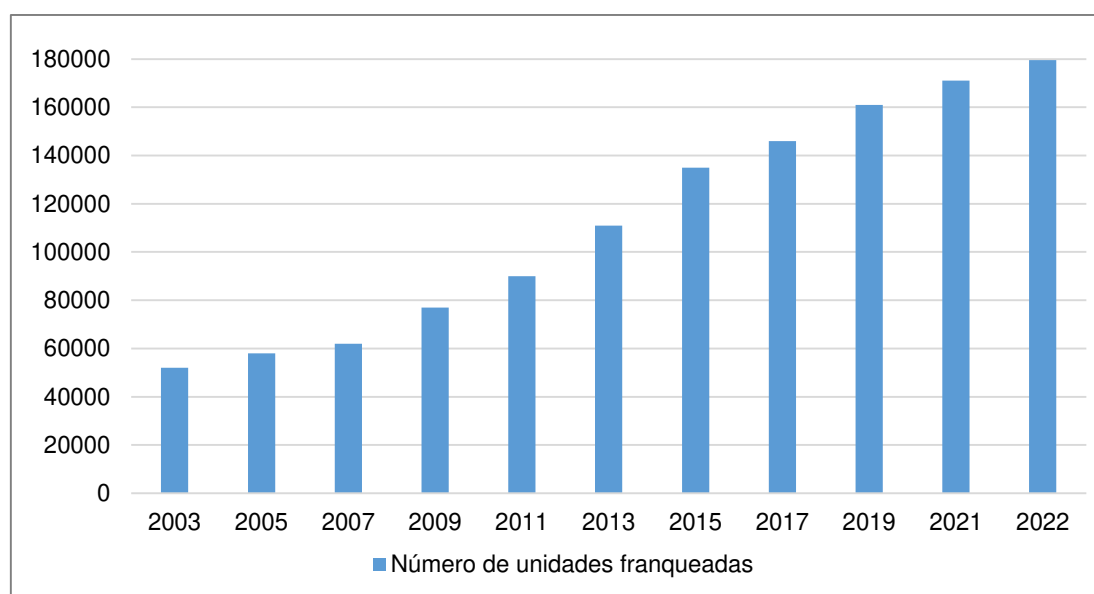
Sendo assim, é necessário analisar e compreender se o público local faz parte do grupo que será atingido por aquele produto específico. Ao aderir ao sistema e comprar o direito de uso de uma determinada franquia, o franqueado paga o valor definido para esse uso, mas também paga uma taxa fixada que serve de remuneração ao franqueador pelos serviços que serão prestados como treinamentos, manuais, assistência técnica, entre outros, conhecida como Taxa de Franquia. Mas além dela, costuma-se pagar um valor mensal, que pode variar entre 5 e 10% do valor total da franquia, chamado de *royalties*, que serve para ressarcir o franqueador pelo direito de uso da marca, pelo uso do sistema e por assistências fornecidas.

Por fim, o *marketing* é uma estratégia fundamental para a disseminação da ideia por trás da franquia. Um valor também pode ser cobrado para isso, chamado de Fundo de Propaganda (FRITZ, 2017).

Estudos indicam que a primeira loja franqueada no Brasil foi uma unidade da rede de *fast food* Bob's, em 1952, no Rio de Janeiro, mas o sistema vai ser tornar popular de fato com a instalação da primeira loja do Mc Donald's, também no Rio de Janeiro, em 1979 (MERLO, 2000).

O que se observa é um crescimento imponente do setor a partir dos anos 2000, como demonstra o gráfico abaixo:

Gráfico 1- Número de unidades franqueadas no Brasil (2003-2022).



Fonte: Associação Brasileira de Franchising (ABF), 2023.

Evidencia-se, assim, que em 20 anos o número de estabelecimentos franqueados no Brasil mais que triplicou, o que pode estar relacionado tanto ao crescimento do setor terciário e do poder de compra do brasileiro, mas também à interiorização mais efetiva da urbanização e consequentemente de elementos do urbano que até então era pertinente ao grandes centros, sobretudo nas regiões metropolitanas.

A lógica do sistema de franquias direciona a instalação das unidades em espaços urbanos que possuem algum atrativo locacional. Algumas em específico instalam-se apenas em cidades com um número mínimo de habitantes, outras analisam os fluxos além do tamanho populacional. Fato é que uma cidade que mesmo com uma população considerada pequena ou média, pode atrair o investimento, desde que o estudo identifique a viabilidade e o público necessário para isso.

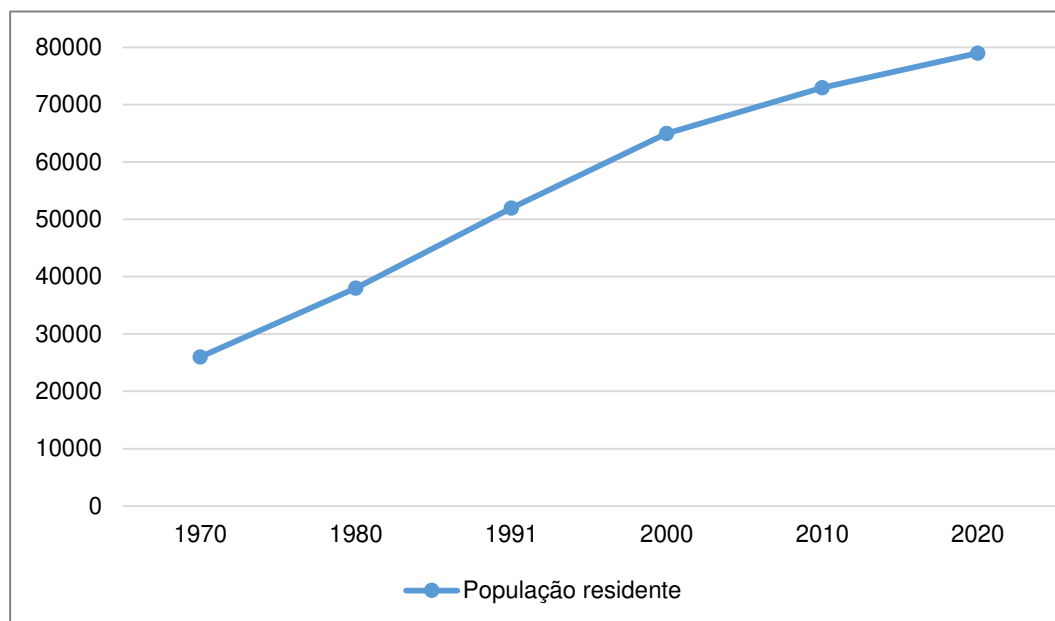
O sistema franquias oferece muito mais do que apenas o consumo do produto, indo em direção ao *status* que a marca pode oferecer. Além disso, a ideia é oferecer o mesmo produto e o mesmo ambiente em qualquer lugar, favorecendo o ideal simbólico do setor. Nesse sentido, a franquia precisa de um público que vai buscar essa relação entre o espaço físico e a simbologia do uso da marca através do consumo do produto.

Uma vez inserida no espaço urbano, o franqueado, como qualquer agente econômico, vai buscar o local que irá proporcionar melhor divulgação, estrutura e retorno ao seu investimento. A escolha da localização é um ponto fundamental na instalação de uma franquia e a área central de uma cidade, na maioria dos casos, é o ponto mais acessível no que diz respeito ao fluxo de mercadorias, pessoas e capital. Porto-Sales (2012) ressalta esse ponto ao falar que:

A consideração da centralidade urbana como critério para instalação da empresa – a franquia – é fundamental na maximização do lucro, por isso a busca do *target* e do ponto comercial são ações prioritárias e racionalmente instituídas na lógica operacional dessas empresas, o que, por sua vez, possibilita a identificação de um consumidor específico (PORTO-SALES, 2012, p.91).

Em Viçosa(MG) já ficou identificado que a centralidade urbana é exercida principalmente pela proximidade com o campus da universidade e a presença das franquias é um reforço a essa centralidade. Segundo Paniago (2001) o registro da primeira franquia na cidade é de 1978 com a instalação da escola de idiomas *Number One*. Essa informação reforça a lógica que é reproduzida na cidade que é a influência do setor educacional, em suas diversas variações. Outra informação é a relação entre a data da instalação dessa primeira franquia com o processo de federalização da universidade que, ainda segundo a autora, se consolida em 1979, período em que há o começo de um expressivo crescimento populacional na cidade, evidenciado no gráfico abaixo.

Gráfico 2- Evolução da população da cidade de Viçosa-MG (1970-2020).



Fonte: IBGE (2020).

O setor de educação é um dos segmentos elencados pela Associação Brasileira de Franchising (ABF). Segundo a associação, são 11 categorias: Alimentação; Casa e Construção; Comunicação, Informática e Eletrônicos; Educação; Entretenimento e Lazer; Hotelaria e Turismo; Limpeza e Conservação; Moda; Saúde, Beleza e Bem-Estar; Serviços Automotivos; Serviços e Outros Negócios (ABF, 2023).

Em levantamento feito em campo, Viçosa(MG) possui atualmente 34 franquias (quadro 2), espalhadas pela cidade. São atendidos 6 dos 11 segmentos existentes o que demonstra uma variedade considerável de produtos e serviços ofertados pelo setor na cidade.

Quadro 2- Franquias em Viçosa(MG), 2023.

NOME	SEGMENTO	NOME	SEGMENTO
ABC da Construção	Casa e Construção	Farmácias FTB	Saúde, Beleza e Bem-Estar
Água de Cheiro	Saúde, Beleza e Bem-Estar	Fisk	Serviços Educacionais
Arezzo	Moda	Hakuna Batata	Alimentação
Barbearia Vip	Saúde, Beleza e Bem-Estar	Hering Store	Moda
Belíssima Flor	Moda	Improve.com	Serviços Educacionais
Box Mineiro	Alimentação	Johnnie Gril	Alimentação
Cacau Show	Alimentação	Kumon	Serviços Educacionais
Carmen Steffens	Moda	Mundo Verde	Alimentação
Casa do Biscoito	Alimentação	Natura	Saúde, Beleza e Bem-Estar
Castor	Casa e Construção	Nobel	Comunicação, Informática e Eletrônicos
CCAA	Serviços Educacionais	O Boticário	Saúde, Beleza e Bem-Estar
Chilli Beans	Moda	OdontoCompany	Saúde, Beleza e Bem-Estar
Constance	Moda	Oraldents	Saúde, Beleza e Bem-Estar
CVC	Hotelaria e Turismo	Orthocrin	Casa e Construção
Deligeli	Alimentação	Ortobom	Casa e Construção
Digão Lanches	Alimentação	Piscinas IGUi	Casa e Construção
Dr. Resolve	Casa e Construção	Serafine	Moda
Espaço Laser	Saúde, Beleza e Bem-Estar	Subway	Alimentação
Espetinho Bom	Alimentação		

Fonte: ABF, 2023.

Tabela 1- Maiores franquias no Brasil (2022).

Nome	Número de Unidades
1 Cacau Show	3.763
2 O Boticário	3.687
3 McDonald's	2.595
4 Ortobom	2.373
5 OdontoCompany	1.998
6 Subway	1.861
7 Am/Pm	1.775
8 Seguralta – Bolsa de Seguros	1.774
9 Lubrax +	1.711
10 Óticas Carol	1.460

Fonte: ABF, 2023.

A tabela 1 mostra as 10 maiores franquias no Brasil com relação ao número de unidades. Dessas, Viçosa(MG) possui 5, quais sejam Cacau Show, O Boticário (2 lojas), Ortobom, OdontoCompany e Subway, o que também reflete a variedade e a presença de marcas de grande abrangência espacial.

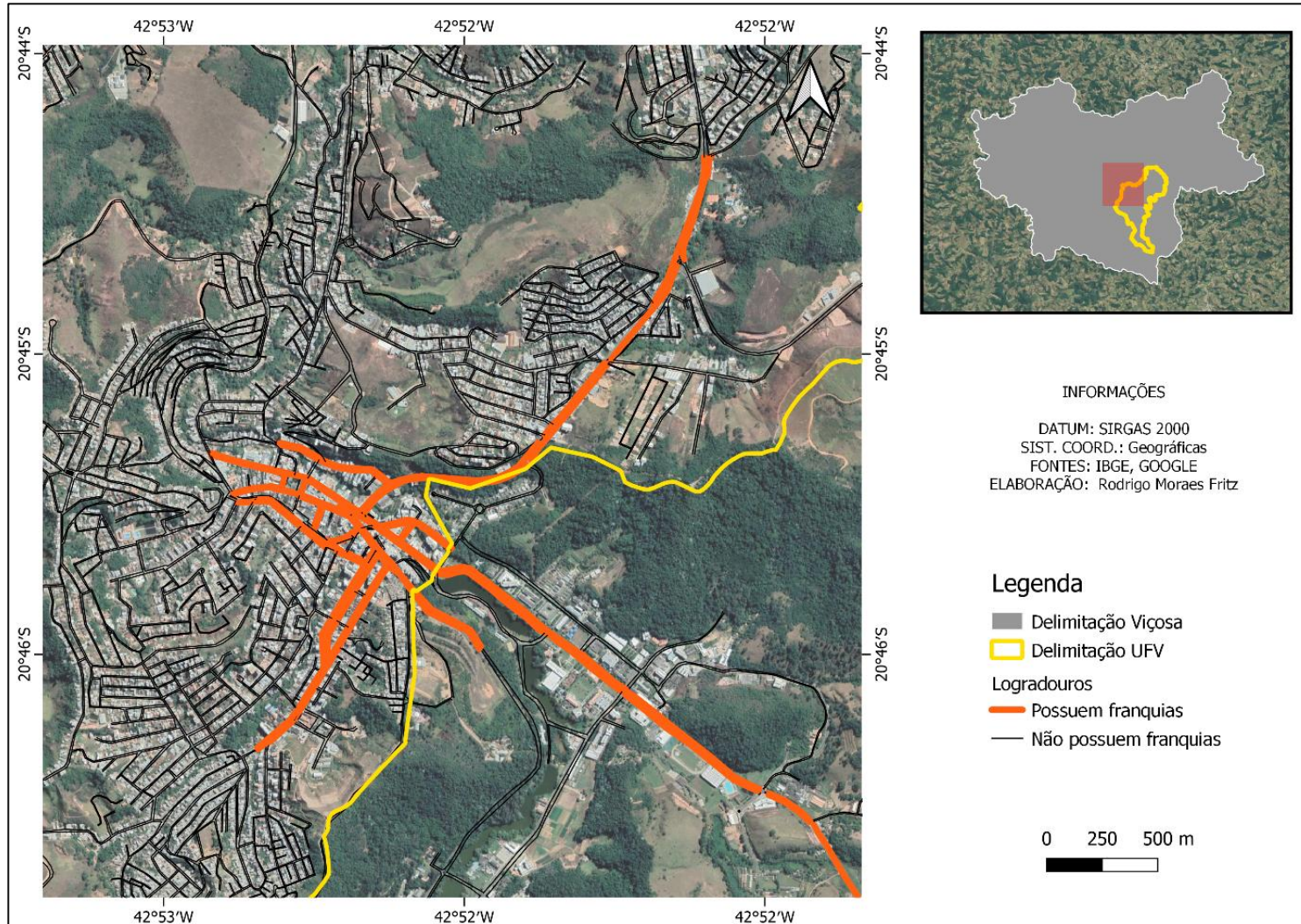
O levantamento das franquias presentes em Viçosa, realizado em 2023, trata-se de uma atualização de uma pesquisa feita pelo autor em 2017. Nesse caso foram identificadas 37 franquias, de 9 segmentos diferentes (FRITZ, 2017). Fazendo uma análise comparativas, observa-se que houve uma manutenção no número de franquias, mas também uma redução na representação dos segmentos, passando de 9 para 7. Além dessa pequena mudança, houve também uma oscilação nas marcas presentes nos dois levantamentos, sendo que foram fechadas 15 lojas e abertos novos 15 estabelecimentos diferentes. Essa variação pode estar relacionada à própria dinâmica do setor, mas também pode ser reflexo do período pandêmico vivido nesse intervalo de tempo. Apesar da identificação dessas mudanças, a quantidade e a variedade de franquias ainda são pertinentes para fortalecer a centralidade regional exercida pela cidade, bem como a concentração dessas franquias nas ruas da área central reforçam a centralidade urbana que se quer evidenciar nessa pesquisa.

É importante ressaltar na atualização do levantamento das franquias feito em 2023 houve um maior equilíbrio entre a quantidade de franquias dos segmentos Serviços Educacionais; Alimentação; Moda; Beleza; Saúde e Bem-Estar; Casa e Construção. Esses segmentos representam a maior quantidade de unidades na cidade reforçando o peso da função educacional que a mesma exerce, visto que o público alvo dessas franquias, no caso de Viçosa(MG), está direcionado para os estudantes. Apesar do número de escolas de idiomas ter diminuído em comparação ao levantamento de 2017, os segmentos de Serviços Educacionais e de Alimentação ainda são os mais representativos do contexto funcional da cidade. Fritz (2017) destacou que:

Tida como uma cidade universitária, atrai um público específico e que necessita de auxílios educacionais como escolas de idiomas, centros de treinamento, reforço escolar e escolas que utilizam sistemas integrados com as mais respeitadas instituições de ensino, além de um serviço rápido e prático de alimentação (FRITZ, 2017, p.25).

Contudo, a análise feita acerca das franquias serviu para destacar como a área central de uma cidade como Viçosa(MG) tem o fator locacional latente para a instalação de um setor do comércio que é reflexo do mundo contemporâneo, sobretudo sendo demanda do público itinerante da cidade que são os estudantes.

Figura 6- Mapa de Logradouros com presença de franquias em Viçosa(MG), 2023



Elaboração: Rodrigo Fritz. Fonte: IBGE (2023).

A figura 6 mostra as ruas com unidades das franquias mencionadas no levantamento e ao observá-lo fica evidente a escolha pelo lugar central ao instalar um comércio desse tipo. Apenas 1 franquias (Piscinas Igui) fica fora das ruas da área central considerada no Zoneamento.

3.3. Prestação de Serviços, equipamentos urbanos e órgãos públicos.

Boa parte dos estudos sobre prestação de serviços, ou seja, o setor terciário, estão relacionados às Ciências Econômicas, principalmente no que se refere ao desenvolvimento de políticas ou no que tange o desempenho das empresas e sua participação na administração e marketing (VARGAS, 2020).

Para o estudo urbano, o que se torna mais importante é o rebatimento das atividades terciárias no espaço, ou seja, como a oferta e a demanda desses serviços provocam transformações no espaço urbano e na relação entre esse espaço e a sociedade que o ocupa. No entanto,

(...) a diversidade das atividades de comércio e serviços, quer em razão de sua composição, que envolve as mais diversas categorias de bens e serviços, quer em virtude do domínio público ou privado a que pertencem, ou por sua relação com o consumidor (empresas ou indivíduos), ou ainda pela alta capacidade de incorporar mudanças, carece de estudos sistemáticos com o propósito de compreender mais efetivamente as especificidades de suas demandas locacionais. Essas preferências locacionais, nas sociedades capitalistas, que têm como objetivo a viabilidade dos respectivos negócios, apresentam relação direta com a dinâmica urbana (usos e fluxos) e, se bem compreendidas, podem auxiliar na implementação de políticas públicas de dinamização e requalificação urbana (VARGAS, 2020, p.4).

A autora citada colabora para o entendimento já destacado nas subseções anteriores, nas quais foram destacadas a escolha da localidade ótima para instalação de comércios e serviços e, preferencialmente, como a área central costuma ser esse lugar “ideal” para a instalação das atividades do setor terciário.

Até a década de 1980, as atividades terciárias eram tidas com pouco prestígio na produção acadêmica, visto que até então o setor não tinha relevância econômica e era considerado como improdutivo, já que a riqueza, até então, tinha sua maior ênfase no setor industrial. A partir dos anos de 1980, com o trabalho de Say (1983), e na década seguinte com Mill (1996) e Walras (1996), a demanda por bens e serviços são consideradas geradoras de riquezas (VARGAS, 2020)

Outra importante contribuição foi de Schumpeter (1983), que colaborou para o entendimento de que os serviços também podem ser considerados produtos, ou seja, o trabalho em si não é um produto, mas seria o meio pelo qual se chega a ele e, por isso, o produto resultante de um trabalho é considerado produto.

A classificação proposta por Meirelles (2006) deve ser considerada, visto que direciona para uma divisão do terciário em serviços intermediários, que estão ligados ao atendimento de empresas, e serviços finais, que estão direcionados ao consumidor individual ou coletivo.

Outra consideração importante é de que o terciário é composto de uma variedade de atividades como destaca Vargas (2020):

Entre outras categorias, é possível indicar serviços imobiliários, de profissionais liberais, de transportes, editorial e gráfica, comunicação, publicidade, turísticos, financeiros, culto, correio/delivery, educacionais, saúde, alojamento, alimentação, pessoais, manutenção, limpeza, diversão e lazer, assistenciais, segurança, entre outros. Enquanto alguns exigem a presença do consumidor no local da prestação de serviços (alojamento, culto, educação), há os que são realizados à distância ou no local demandado pelo consumidor (serviços de limpeza, manutenção e segurança) (VARGAS, 2020, p.10).

Dentro dessa variedade de possibilidades é necessário destacar a diferença na possível localização dos estabelecimentos de comando e dos estabelecimentos de produção em si dos bens ou serviços. Nas atividades de comando, a proximidade com o consumidor não se faz necessária pois apenas produz as decisões da empresa. Por outro lado, os locais de prestação de serviços e comércio precisam estar próximos ao seu público alvo (ROCHEFORT, 1976).

Apesar de não necessitar estar próxima à clientela, as atividades terciárias de comando acabam gerando um fluxo significativo em direção ao local onde estão instaladas, pois demandam quantitativo de funcionários, o que pode atrair para as redondezas outros serviços e comércios. Seguindo esse raciocínio, as instituições de administração pública também possuem esse poder de atração, pois condicionam o deslocamento de servidores com remuneração estável, podendo consumir o que tiver sendo oferecido nas proximidades e também a própria população que vai em busca do serviço também vira público alvo do comércio local. Vargas (2020) reforça que:

São os estabelecimentos de comando públicos ou privados que, como geradores de fluxos, ao atrair outros comércios e serviços espontaneamente, dão conta da criação ou do fortalecimento de centralidades (VARGAS, 2020).

Levando em consideração todos esses aspectos da importância das atividades do terciário, incluindo comércio, prestação de serviços e administração pública, foi feito um levantamento da quantidade de cada tipo de variedade dentro das atividades terciárias em Viçosa(MG) na área central.

Quadro 3- Quantitativo da atividade terciária na área central de Viçosa(MG), 2023 (Continua).

O Tipo de serviço / comércio / equipamento urbano	Quantidade / Unidades
Lojas de Vestuário ⁷	249
Farmácias	36
Bares e Lojas de alimentação ⁸	179
Bancos/Loterias/caixas eletrônicos/lojas de empréstimo	31
Lojas de saúde, beleza e bem-estar ⁹	143
Lojas de móveis e eletrodomésticos	27
Papelarias/Livrarias/Copiadoras	17
10Educação	31
Consultórios e Escritórios ¹¹	308
Shopping e galerias	6

Fonte: Construído com base nos resultados da pesquisa de campo

⁷ Inclui lojas de roupas e calçados.

⁸ Inclui, além dos bares, restaurantes, padarias, pastelarias, sorveterias, hamburguerias, entre outros estabelecimentos ligados ao serviço de alimentação.

⁹ Inclui lojas de maquiagem, perfumarias, depilação, salões de beleza, barbearias e estúdios de tatuagem.

¹⁰ Inclui escolas, cursinhos, treinamentos, reforço escolar, escolas de idiomas e faculdades.

¹¹ Inclui consultórios médicos de todas as especialidades, dentistas, escritórios de advocacia, engenharia, arquitetura, design, entre outros.

Quadro 3- Quantitativo da atividade terciária na área central de Viçosa(MG), 2023 (Conclusão).

Tipo de serviço / comércio / equipamento urbano	Quantidade / Unidades
Imobiliárias	28
Lojas de telefonia	6
Estabelecimentos Religiosos ¹²	13
Academias/Studios	19
Estacionamentos	5
Posto de combustível/ Lava-jatos/oficinas mecânicas	42
Museus/Cinema	2
Supermercados / quitandas / hortifruti / sacolão / açougues	29
Hotel ¹³	6
Autoescola	10
Hospital / Clínica / PSF / Laboratórios / Planos de Saúde	23
Transportadora	2
Distribuidora	4
Espaço de evento	2
Outros comércios ¹⁴	317
Serviços Públicos ¹⁵	18
Outros Serviços ¹⁶	17

Fonte: Construído com base nos resultados da pesquisa em campo.

¹² Inclui estabelecimentos de variadas religiões.

¹³ Inclui Hotel e Hostel.

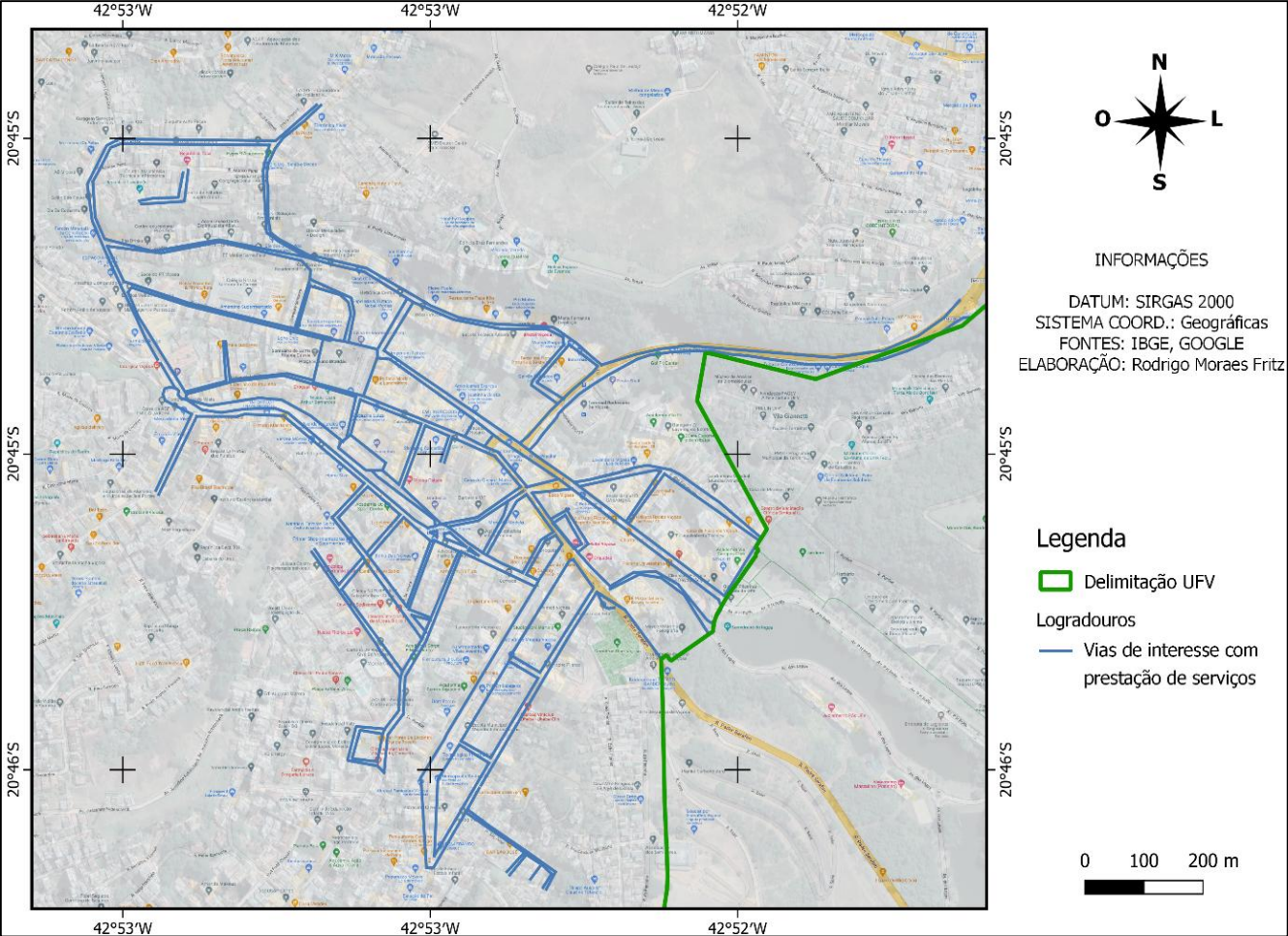
¹⁴ Inclui todas os comércios com a exceção de roupas e calçados que foram separados na categoria vestuário. São considerados por exemplo lojas de construção, acessórios, petshop, produtos agrícolas, concessionárias, entre outras.

¹⁵ Inclui serviços ligados a administração pública como Prefeitura, Câmara dos Deputados, Ministério Público Estadual, Secretarias Municipais, Detran, entre outros.

¹⁶ Inclui outros serviços diretos à população como cartórios, cemitérios, delegacias, clubes, rodoviária, entre outros

O quadro anterior evidencia a quantidade de estabelecimentos ligados a atividades terciárias, incluindo comércio, prestação de serviços privados e públicos. É importante destacar que esse quantitativo não representa todo o espaço urbano da cidade, sendo exposto apenas tais serviços nas ruas da Zona Central estabelecida pelo zoneamento e nas ruas adjacentes ou próximas a elas, como mostra o mapa da figura 7.

Figura 7- Mapa de logradouros com comércios, prestação de serviços e equipamentos urbanos em Viçosa(MG), 2023.



Elaboração: Rodrigo Fritz. Fonte: IBGE (2023).

3.4. Atualização da Zona Central em Viçosa(MG).

De acordo com a Lei nº1420/2000 que define a ocupação, uso e zoneamento do solo em Viçosa-MG na Zona Central é permitido os seguintes usos:

Quadro 4- Categorias de uso permitido na Zona Central (Continua)

Uso	Tipo	Categoria
Comercial	Varejista	Gêneros Alimentícios
		Eventual
	Diversificados	Consumo Excepcional
		Consumo Local / Diversões
		Local
		Setorial
	Atacadista	Postos de estabelecimentos
		Diversificado
Serviços	Local	Pessoais e domiciliares
		Educação
		Socioculturais
		Hospedagem
		Diversões
		Estúdio e oficinas
	Diversificados	Escritórios e negócios
		Pessoais e de saúde
		Educação
		Socioculturais
		Hospedagem
		Diversão
		Estúdio – Laboratórios e oficinas técnicas
		Oficinas de manutenção e assistência técnica
		Aluguel, distribuição e guarda de bens móveis

Fonte: Prefeitura Municipal de Viçosa, 2000.

Quadro 4-Categorias de uso permitido na Zona Central (Conclusão)

Uso	Tipo	Categoria
Institucional	Local	Educação
		Lazer e Cultura
		Saúde
		Assistência Social
		Culto
		Comunicação
	Diversificados	Educação
		Lazer e cultura
		Saúde
		Assistência Social
		Administração de serviços públicos
		Transporte e comunicação
	Regional	Educação
		Lazer e cultura
		Transporte e comunicação
Industrial	Geral	Não incômodas
Residencial	Unifamiliar	
	Multifamiliar	

Fonte: Prefeitura Municipal de Viçosa, 2000.

Diante das categorias de uso listadas no quadro acima e que são permitidas na Zona Central definidas pela lei de uso, ocupação e zoneamento do município de Viçosa(MG), o levantamento em campo da verticalização, das franquias e das atividades terciárias, identificou que alguns logradouros que não estão listados como pertencentes a ZC poderiam estar incluídas pois possuem pelo menos uma das categorias permitidas e, além disso, não possuem as categorias que não são permitidas, quais sejam:

Quadro 5- Categorias de uso não permitido na Zona Central

Uso	Tipo	Categoria
Comercial	Diversificado	Urbano
		Regional / Depósito de materiais em geral (até 1000m ²)
	Atacadista	Gênero alimentícios
		Materiais de grande porte
		Produtos perigosos
		Produtos agropecuários e extrativos
Serviços	Diversificados	Motéis e similares
Institucional	Regional	Administração e serviços públicos
Industrial	Geral	Toleradas
		Incômodas
		Perigosas
Agropecuário	Hortifrutigranjeiro	

Fonte: Prefeitura Municipal de Viçosa, 2000.

Nesse sentido, estão listados no quadro 6 os logradouros¹⁷¹⁸ que pelas considerações feitas acima serão incluídas na delimitação da área central devido às categorias de uso permitidas, pela proximidade e ligação transversal com alguma das ruas, avenidas, travessas ou praças mencionas no Zoneamento do solo urbano. Além disso, na figura 8 está representado essa atualização feita na Zona Central com destaque para as ruas que já pertenciam de acordo com o Zoneamento e as novas ruas incluída com o estudo feito nessa pesquisa.

¹⁷ Levando em consideração o levantamento feito em campo das edificações verticais com 4 pavimentos ou mais, as novas ruas elencadas como parte da Zona Central adicionariam mais 43 edificações, elevando o total para 250, o que aumentaria a diferença do estudo feito por Paula (2019) de 99 para 142 edificações construídas de 2012, que é o último ano analisado pela autora, até 2023.

¹⁸ No levantamento constatou-se que 3 dessas edificações ainda estão em construção.

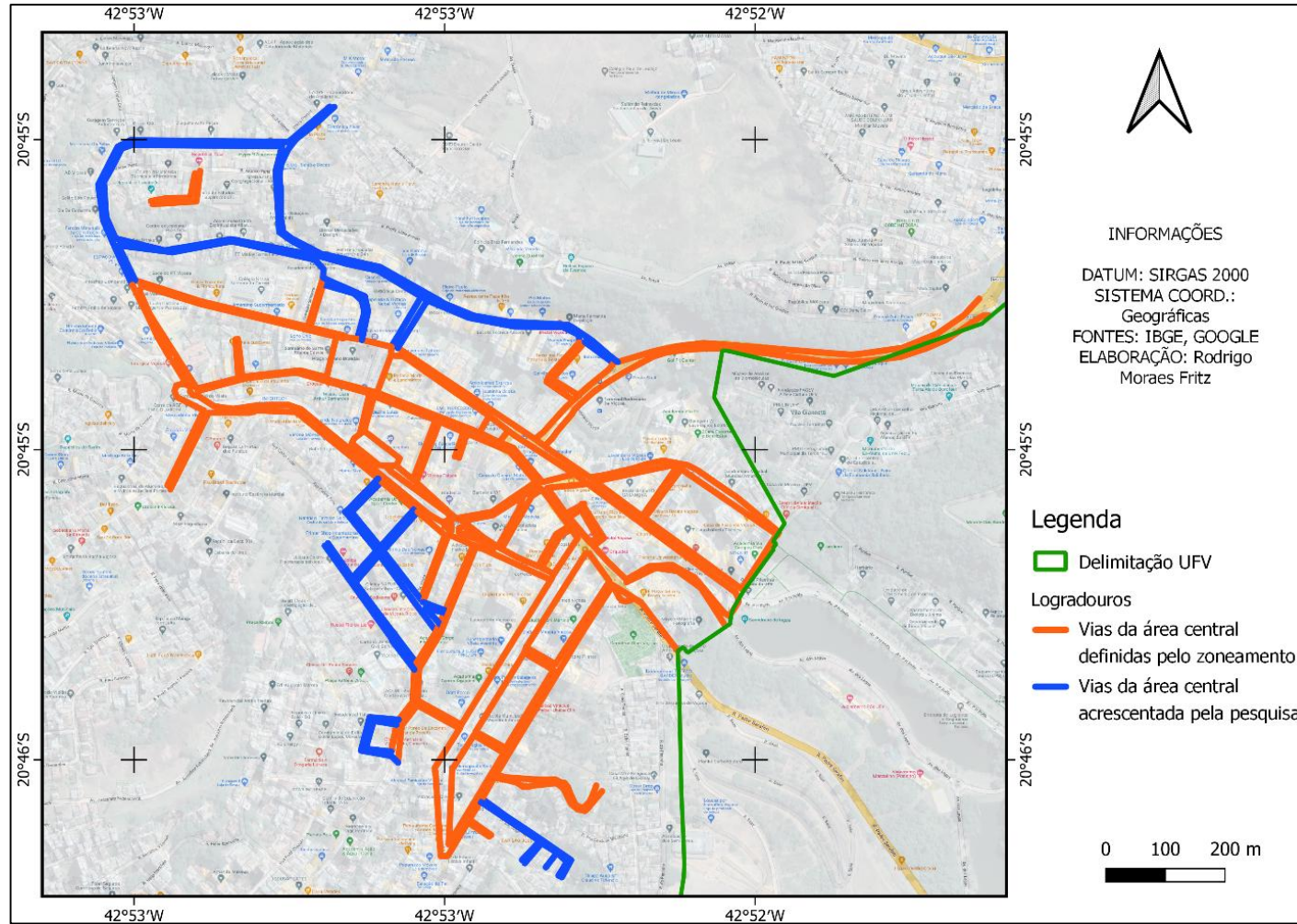
Quadro 6- Logradouros incluídos à Área Central

RUAS	PRAÇA
São José	Alice Loureiro
Doná Gertrudes	
Dos Passos (até Rua Milton Bandeira	
Dr. Brito (até rua Doná Gertrudes)	
José Ubaldo de Paiva	
Padre Anchieta	
Presidente Tancredo Neves	
Professor Alberto Pacheco (até Rua Carlos Pinto)	
Silvio Romeu	
Tenente Kummel (completa)	
Verano Faria	

Fonte: Prefeitura de Viçosa, 2000.

A figura 8 que se encontra a seguir mostra os logradouros compreendidos como pertencentes à Área Central de Viçosa (MG).

Figura 8- Mapa de logradouros compreendidos como pertencentes à Área Central de Viçosa (MG).



Elaboração: Rodrigo Fritz. Fonte: IBGE, 2023.

4. AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR E AS TRANSFORMAÇÕES URBANAS EM VIÇOSA (MG)

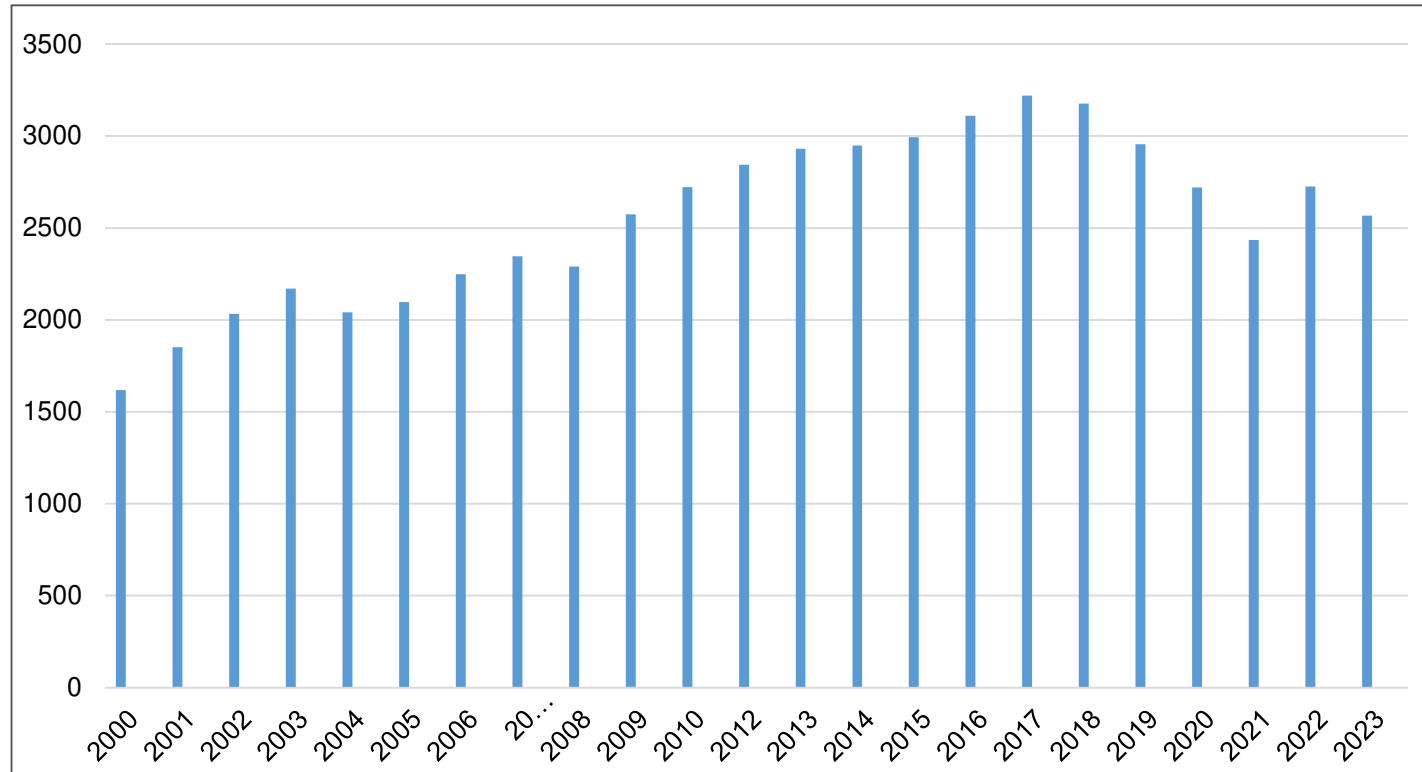
Nos capítulos anteriores foram destacadas as políticas públicas de expansão do ensino superior em âmbito nacional que foram aplicadas na UFV, a ressaltar o Reuni, além do ProUni que é um programa voltado para o ingresso nas faculdades particulares.

Além, foram evidenciados alguns elementos urbanos capazes de confirmar a centralidade de uma área, no caso a Zona Central de Viçosa(MG), e que podem sofrer alterações ao passo que mudanças no principal agente estruturador da cidade vão acontecendo. A construção de edificações verticais (verticalização), a presença de atividades comerciais em rede e que atuam em várias partes do Brasil e do mundo (franquias) e as atividades comuns do terciário como comércio e prestação de serviços, além da administração pública, são elementos que foram destacados para mostrar a importância da área central que está em contato imediato com a UFV e que a aplicação das políticas públicas de expansão do ensino superior podem ter modificado ou ampliado tal centralidade.

Na UFV, o plano de adesão ao programa foi apresentado para os quatro centros de ciências, discutida e aprovada no conselho universitário. Segundo Roberto (2011), foram projetadas 3.335 matrículas para a graduação até 2012, um aumento de 42%, atendendo às condições de expansão.

O gráfico 3 mostra as matrículas feitas em cada ano entre 2000 e 2023, segundo dados fornecidos pelo Serviço de Graduação do Registro Escolar da UFV

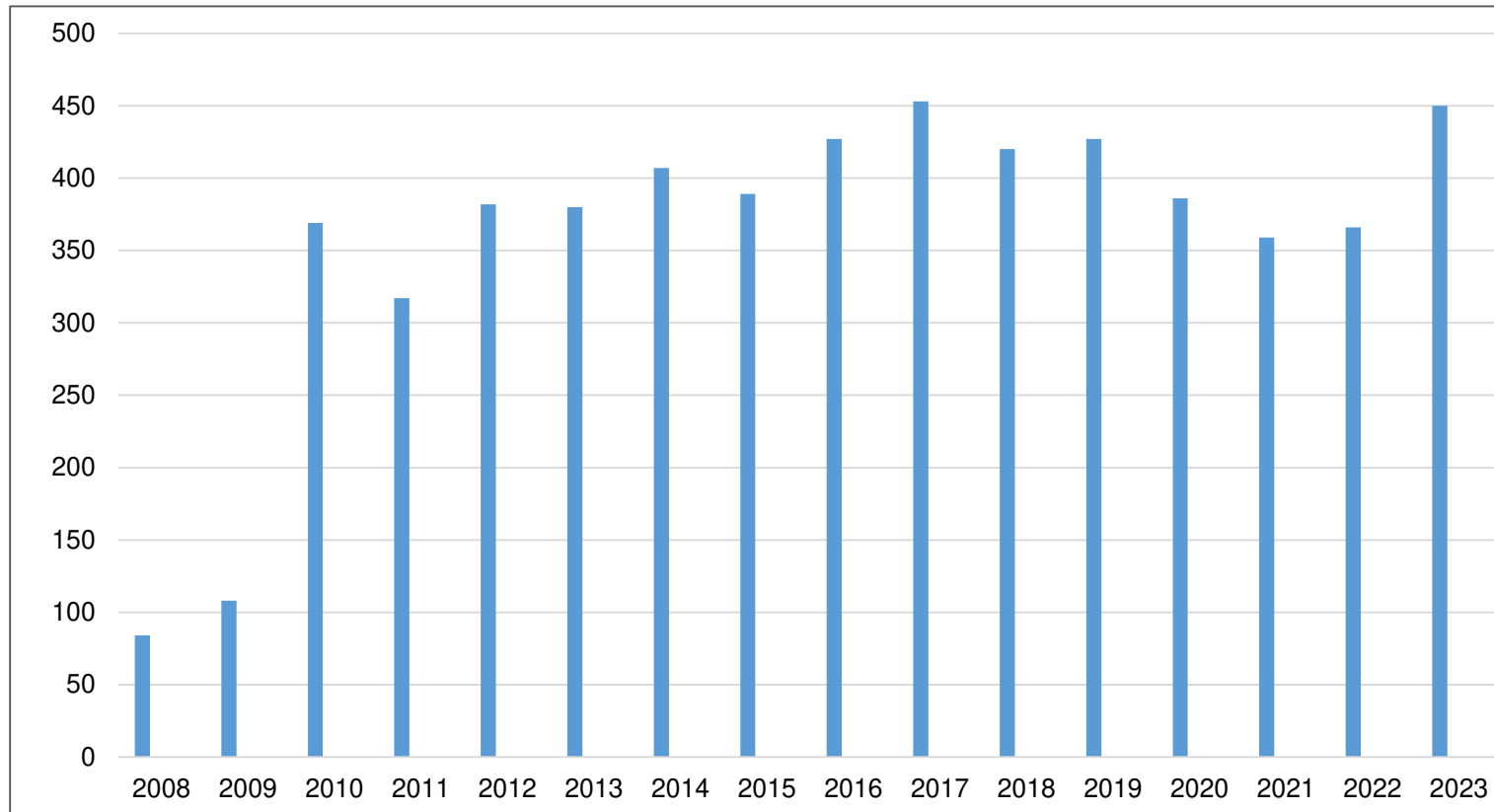
Gráfico 3 – Número de matrículas por ano na UFV – Campus Viçosa (2000-2023).



* Ano de implementação do Reuni.

Fonte: Registro Escolar –Serviço de Graduação, UFV (2023).

Gráfico 4- Número de matrículas por ano na UFV – Campus Florestal* (2000-2023).



* Os dados de matrículas do Campus Florestal foram incluídos no gráfico pois também foi inserido na aplicação do Reuni, mesmo que o campus não faça parte da análise dessa pesquisa

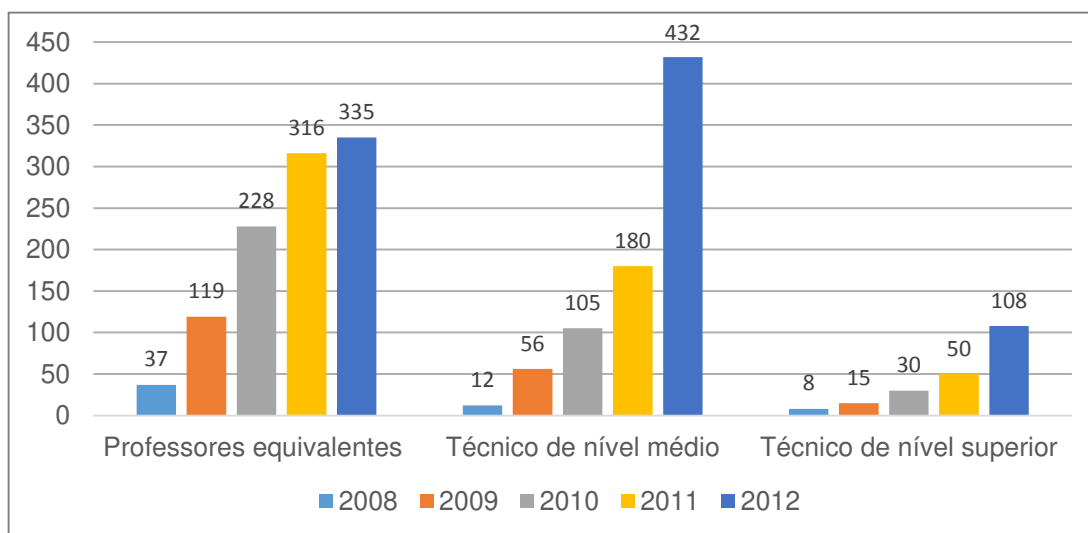
Fonte: Registro Escolar – Serviço de Graduação, UFV (2023).

Tanto no campus Viçosa, quanto no Campus Florestal, a tendência ao aumento no número de matrículas já vinha acontecendo e foi reforçada pela implementação do programa e, mesmo com o seu fim em 2012, os anos seguintes ainda absorveram as novas demandas.

Nas diretrizes do Reuni, o aumento no número de matrículas é um dos pontos a serem alcançados, visto que também são importantes à permanência e melhor rendimento dos estudantes. Com isso, também houve um aperfeiçoamento nos programas de Monitoria, Tutoria, Assistência Estudantil e maior integração entre Graduação e Pós-graduação. Também foram ampliadas as disciplinas ofertadas nas férias escolares; aprimoramento da avaliação das disciplinas; mais apoio didático-pedagógico; desenvolvimento de um programa para recuperação acadêmica de estudantes com baixo rendimento; entre outros (ROBERTO, 2011).

Antes de demonstrar mais sobre o aumento de vagas, é preciso considerar também que houve a necessidade de ampliar o quadro de servidores que atenderiam à essa nova demanda, o que também desperta o interesse por moradia e serviços. O gráfico 5 evidencia esses dados sobre a contratação de novos servidores públicos nos anos de implementação do Reuni.

Gráfico 5- Contratação de pessoal (UFV), 2008-2012.



Fonte: Pró-Reitoria de Planejamento (2010), balanço do primeiro ano do Reuni na UFV.

Como o foco é o aumento no número de novas matrículas devido ao impacto que um quantitativo maior de estudantes causaria na cidade, Roberto (2011, p.338-339) destaca os cinco eixos da proposta de expansão do ensino na UFV:

- a) consolidação de recente expansão de cursos de oferta de vagas iniciais: a UFV passou a oferecer, em 2007, dois novos cursos de graduação, Engenharia Mecânica e Engenharia Química, além de aumentar o número de vagas iniciais do curso de Química, já existente. No curso de Química, passaram a ser ofertadas, a partir de 2007, mais 20 vagas no concurso vestibular;
- b) ampliação do oferecimento de cursos no período noturno e criação do curso de Ciências Sociais: planejou-se, no Campus de Viçosa, turmas específicas no período noturno das licenciaturas em Ciências Biológicas, Física, Matemática e Química, até então oferecidas unicamente em período diurno, além de incluir a habilitação em Espanhol no atual curso de Letras, e ainda a criação do curso de Ciências Sociais, a ser oferecido também no turno noturno;
- c) consolidação da área de saúde, coma criação dos cursos de Enfermagem e Medicina: visando a mais efetiva inserção na área de saúde, a UFV identificou a necessidade de criação dos cursos de graduação em Enfermagem e Medicina, completando, assim, uma importante lacuna de sua atuação institucional. Neste contexto, planejou reformular suas atividades educacionais e implementar novas propostas pedagógicas para a formação de profissionais da saúde adequados às demandas contemporâneas;
- d) oferecimento de cursos superiores no Campus de Florestal: criação do Campus de Florestal, visando ao oferecimento de cursos superiores: Licenciaturas em Matemática, Física, Química e Ciências Biológicas e cursos Superiores de Tecnologia: Gestão Ambiental, Desenvolvimento de Sistemas, Turismo e Mecanização;
- e) expansão da pós-graduação: criação de novos programas em níveis de mestrado e doutorado.

Apesar dessas mudanças se efetivarem a partir de 2007, as notícias sobre o Reuni já circulavam nos anos anteriores e já movimentavam o mercado imobiliário. A notícia da abertura do curso de Medicina, segundo Paula (2019), foi o que mais animou os empreendedores da cidade. Mesmo que na prática essa animação não foi confirmada, visto que o número de vagas no curso de Medicina se limitou a 50 por ano, entendeu-se que a demanda por imóveis viria com o tempo.

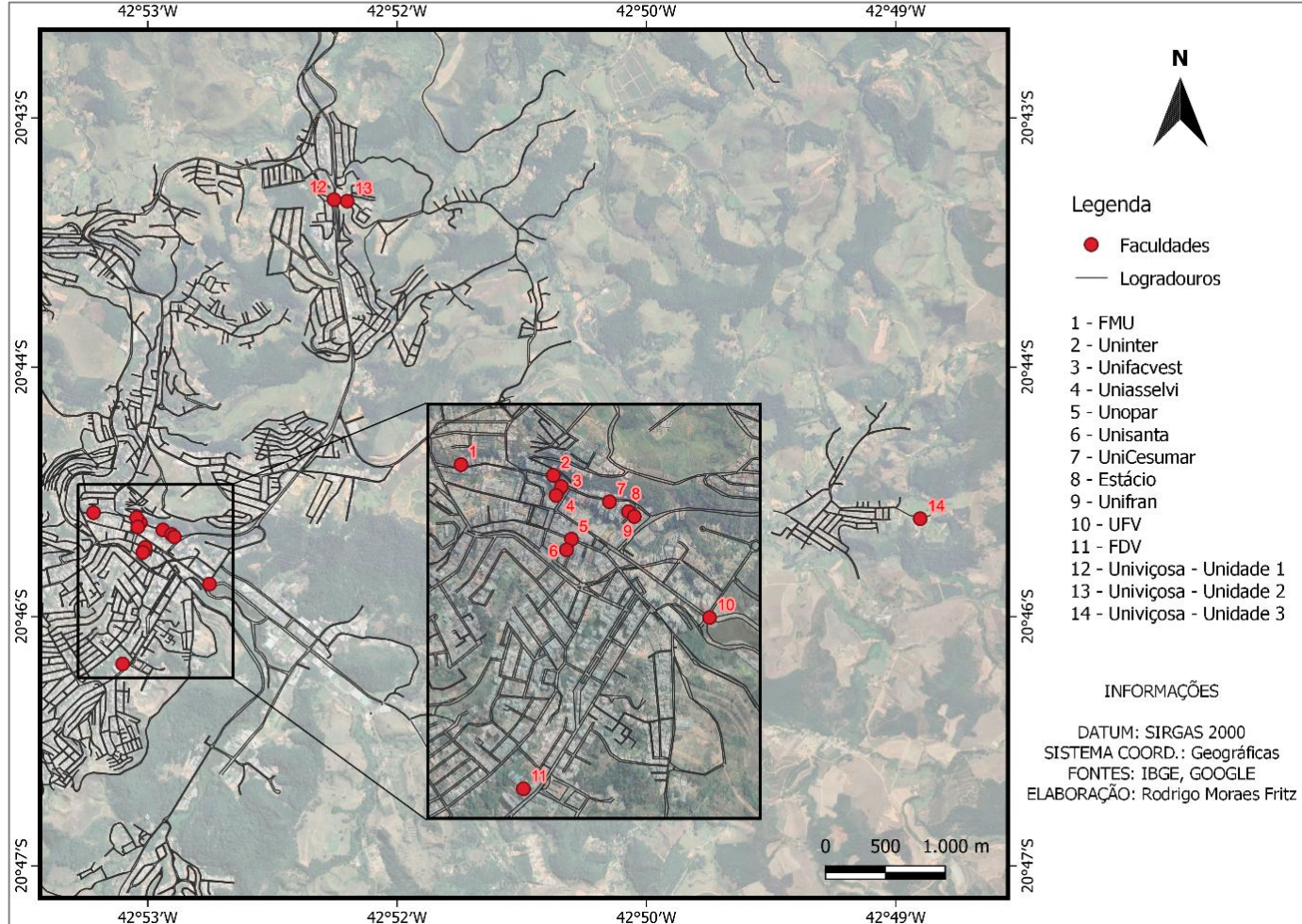
O mercado percebeu que o processo de absorção de imóveis, por parte desses estudantes, ocorreria de forma gradual e que não impactaria tanto quanto imaginavam ou quanto foi alardeado pelos meios de comunicação locais. Esta constatação não chegou a diminuir o ânimo dos empreendedores, uma vez que não houve diminuição no número de grandes edifícios construídos na cidade (PAULA, 2019, p.80).

Na verdade, o que aconteceu foi um expressivo crescimento no número de edificações construídas após 2012, ano que marca o fim da implementação do Reuni. Com base no levantamento de Paula (2019) e nos levantamentos em campo, de 2012 até 2023, foram mais 99 construções de 4 ou mais pavimentos. Importante destacar que por falta de acesso aos dados do órgão da prefeitura que controla a liberação

dessas edificações, esse número de 99 construções representam a diferença em relação aos dados que autora citada apresentou até 2012. Além disso não é possível distribuir esses prédios ao longo dos anos e também não é preciso classifica-lo de acordo com seu uso de forma arbitrária, ou seja, sem a confirmação dos documentos oficiais. Outro ponto importante é essas 99 edificações verticais de 4 ou mais pavimentos estão nas ruas elencadas na Zona Central definida pelo Zoneamento. Ao incorporar as novas ruas evidenciadas pela nossa pesquisa no capítulo anterior, o número passa de 99 para 142.

A presença das edificações, dos comércios e serviços na área central coincidem com a localização das IES, federal, privadas e em modalidade EAD, como mostra o mapa da figura 9.

Figura 9- Mapa de localização das Instituições de Ensino Superior presentes em Viçosa(MG), 2023



Elaboração: Rodrigo Fritz. Fonte: IBGE, 2023.

A figura 9 é um mapa que mostra a localização das IES presentes no espaço urbano da cidade. Das 14 unidades, 11 se localizam na área central, sendo 1 federal (UFV), 1 privada (FDV) e 9 em formato EAD (FMU, Uninter, Unifacvest, Uniasselvi, Unopar, Unisanta, UniCesumar, Estácio e Unifran). A Univiçosa, importante centro privado de ensino, possui 3 unidades, todas foram da área central, sendo 1 localizado no bairro Silvestre, 1 no bairro Liberdade e outro no distrito de São José do Triunfo.

Esses dados sobre a verticalização e a localização das IES demonstram como continua a tendência pelas construções verticais que aproveitam o disputado o solo da área central, aglomerando a população e deixando-as próximas aos usos cotidianos. Entre esses usos, destaca-se a quantidade de comércios, serviços públicos, equipamentos urbanos e franquias na Zona Central aqui definida.

4.1. A Cidade e a universidade: uma relação indissociável

As universidades vão ser importantes para o desenvolvimento urbano e regional (social, político e econômico), trazendo as cidades onde são instaladas para a dinâmica da rede urbana colocando-as, muitas vezes, em posição de destaque (BAUMGARTNER, 2015).

Além disso, é importante salientar que a história de algumas cidades se coincide com a instalação de uma universidade. Baumgartner (2015) destaca que:

As histórias das universidades e de muitas cidades caminham juntas, desde a criação das primeiras universidades nas cidades medievais europeias, geralmente cidades médias e pequenas que não eram capitais ou grandes centros comerciais/religiosos (BAUMGARTNER, 2015, p.94)

Apesar de um fato comum no período e local citado pelo autor, as universidades no Brasil são tardias em comparação com as demais colônias europeias na América, aparecendo as primeiras faculdades de medicina no Rio de Janeiro e na Bahia no início do século XIX. A partir disso, foram surgindo pelo país Faculdades isoladas ou Escolas Superiores disciplinares como Enfermagem, Direito, Engenharia, Agronomia, Pedagogia, entre outras. Mas é só no início do século XX, por iniciativa dos governos locais de alguns estados que foram surgindo as primeiras universidades, tendo seu processo de federalização iniciado na década de 1940 (BIZERRIL, 2020).

Ainda segundo as constatações de Bizerril (2020), a partir de processo de federalização, a abertura de novos campi teve um processo lento até 1980, quando novos campi são criados, sobretudo na região Norte. A década de 1990 é marcada por redução significativa no investimento na educação pública e uma ampliação importante no ensino superior privado. Mas é de fato o início do século XXI que marca uma expressiva expansão do ensino superior público no Brasil (BIZERRIL, 2020).

Como já mencionado ao longo da pesquisa, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) é marcado, entre outras coisas, por uma importante política de reestruturação e expansão das universidades federais, o Reuni. Além disso, é importante salientar que antes disso, houve um primeiro momento de crescimento, chamado de Expansão I, de 2003 a 2007, e depois uma continuidade na criação de novos campi no governo de Dilma de Rouseff, de 2011 a 2016 (BARROS, 2015).

O Reuni não ampliou apenas o número de vagas nas universidades, mas também foi responsável por intensificar o processo de interiorização do ensino superior, ampliando a quantidade de município com a presença de uma Ifes. Segundo o MEC, o número de município contemplados com uma universidade passou de 114 em 2003 para 237 em 2011 (BRASIL, 2017).

Esse destaque feito nesse momento ao Reuni serve para ressaltar que antes dessa política a educação superior público fora das grandes cidades e das regiões metropolitanas ficava mais a cargo das Universidades Estaduais. Como foi o caso da UFV, federalizada a partir da então Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (UREMG) e que antes era Escola Superior de Agronomia e Veterinária (ESAV). Ou seja, o Reuni foi uma importa política que mudou a dinâmica do ensino superior do país dando mais acesso e mais amplitude espacial de atuação da educação pública no Brasil.

Boa parte dos estudos sobre o impacto do Reuni nas cidades vai em direção aos locais onde houve a criação de novos campi, a exemplo de Bazerril (2020), Niquito, Ribeiro e Portugal (2018) e Vinhais (2013). A análise aqui foge um pouco dessa lógica pois trata-se de uma cidade onde já havia o campus principal da UFV e o Reuni foi responsável pela criação de novos cursos e ampliação de vagas em cursos já existentes.

Nesse caso, a análise, apesar de um pouco mais relativa, ainda é possível observando a intensificação de processos já existentes, como a verticalização e o setor terciário. A construção de edificações é a forma mais evidente do crescimento

da demanda por moradia, mas as variações no comércio e na prestação de serviço também evidencia esse fenômeno.

Com o recorte da área central destacada aqui nessa pesquisa, observa-se que em Viçosa(MG), a construção de edifícios cresceu à medida que a demanda foi aumentando com a chegada de mais quantitativo de alunos, com destaque temporal a partir da federalização em 1969, e as primeiras décadas do século XXI, incluindo os anos de implementação do Reuni e os anos seguintes.

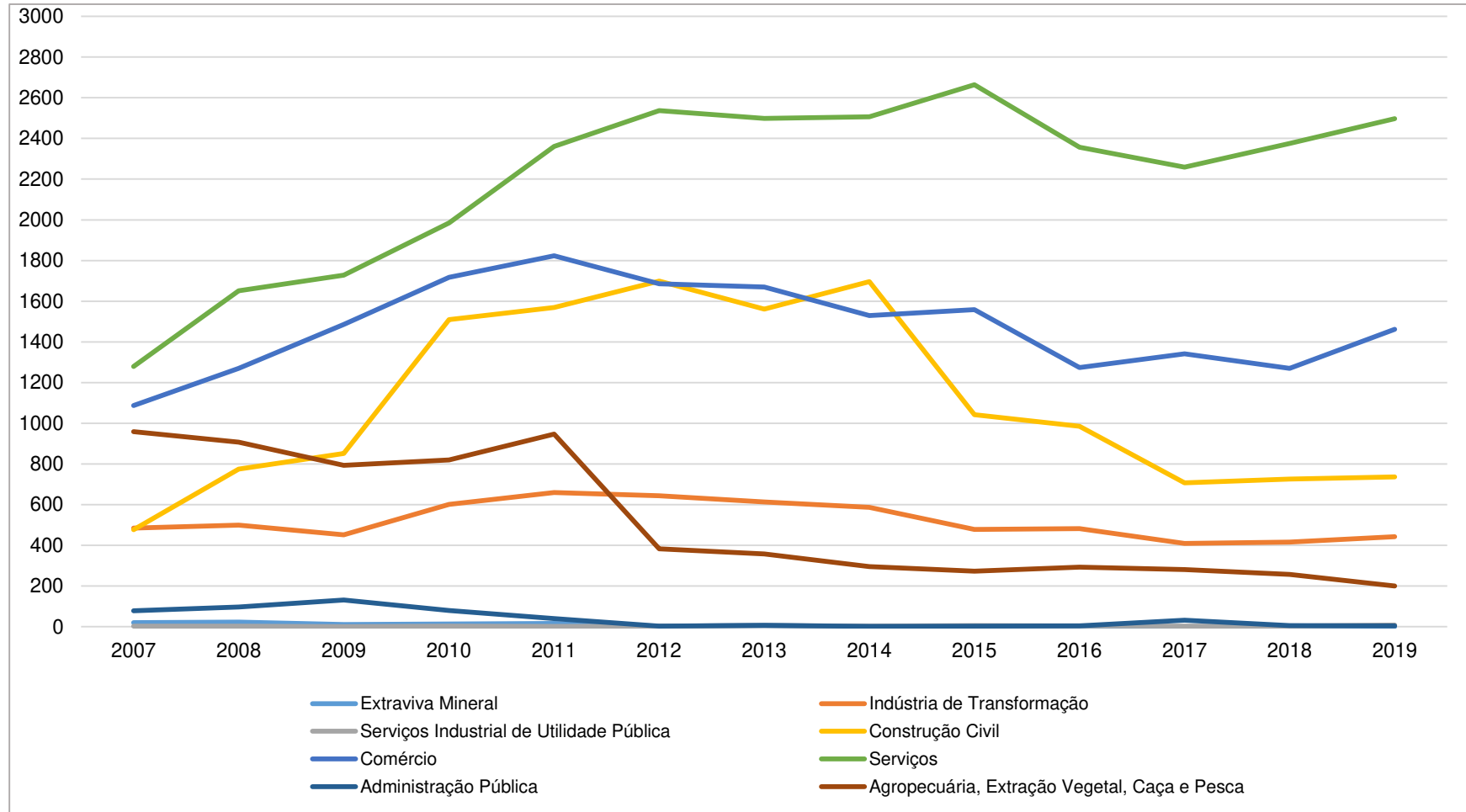
Uma das formas de entender o impacto de uma universidade no espaço urbano pode ser pela definição de Polos Geradores de Tráfego. Portugal e Goldner (2003), em síntese, definem esses polos como instalações de variados usos que conseguem exercer atratividade sobre a população e com isso gerar um expressivo fluxo que pode ser indutor no aumento no número de viagens, circulação e trânsito. Universidades são consideradas como um desses polos que atraem a população e podem gerar centralidade independente da sua posição no espaço urbano.

No caso da UFV, o campus foi de fato instalado no que é considerado o bairro Centro e passou a exercer sua centralidade com as demandas geradas pela instituição. São nas ruas da área central já destacada aqui que estão a maior quantidade de edificações e de variados tipos de comércio e serviço.

Outro fator que pode ser analisado para concluir que a presença da universidade é um polo gerador de tráfego diz respeito à circulação do serviço de transporte público. Em viçosa, apenas uma empresa é responsável por esse serviço, a empresa União, criada em 1976. Segundos dados disponíveis no site da empresa, são 42 linhas que circulam na cidade e todas possuem ruas da Zona Central no seu trajeto. Além disso, 16 dessas linhas possuem algum ponto localizado dentro do campus da UFV como rota inicial e/ou final.

Além disso, uma análise importante de ser feita diz respeito aos empregos gerados na cidade ao longo do tempo. Em análise desses dados pode-se perceber quais setores empregaram mais. Abaixo seguem tais dados.

Gráfico 6- Admissões por setor em Viçosa(MG), 2007-2019.



Fonte: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CEGED), 2023.

Analisando os dados anteriores, percebe-se que os setores que mais empregaram em Viçosa durante o período analisado foram respectivamente Serviços, Comércio e Construção Civil. Entende-se também que tais setores estão diretamente ligados ao fluxo gerado pela função educacional exercida pela cidade.

Outro ponto importante sobre a análise das admissões é que considerando o período de execução do REUNI (2007-2012) e pelo menos mais 2 anos de implementações que ainda poderiam ser executadas, ou seja, até 2014, o setor que proporcionalmente mais admitiu foi o da Construção Civil. Além disso percebe-se que outros setores como indústria e extrativismo tem pouco peso no total de pessoas empregadas na cidade o que mais uma vez indica relação direta com o setor educacional e o período de expansão aqui estudado.

Contudo, essas informações são pertinentes para corroborar com as ideias apresentadas nessa pesquisa que vão em direção ao entendimento de que a presença da universidade em uma cidade de pequeno e médio porte, como é o caso de Viçosa, é um forte indutor de transformações urbanas e, mais recentemente, a abertura de novos cursos e ampliação de vagas em cursos já existentes pode ser responsável variações nos fenômenos e equipamentos urbanos já existentes.

4.2. Breve Visão sobre o setor imobiliário de Viçosa em relação a UFV

A instalação de um campus de uma universidade em cidades de pequeno e médio porte não causa impacto apenas no setor educacional, mas movimenta toda a economia local, sobretudo de forma mais imediata o setor imobiliário.

Como evidenciado anteriormente, um equipamento como o campus de uma universidade é responsável pela atração populacional e gera fluxos, sobretudo para acessar o serviço em questão e também as demandas geradas por ele como as variações do setor terciário como franquias, restaurantes, lojas de roupas, entre outros. No caso de Viçosa(MG), todo esse fluxo está direcionado para o a área central, que está imediatamente ligada ao campus.

As cidades de pequeno porte tendem a ter, tradicionalmente, uma organização mais centralizada, e à medida que vão se inserindo na lógica de um processo capitalista mais amplo e globalizado, elas começam a reproduzir as lógicas de produção do espaço de cidades maiores, como, por exemplo, a segregação, a

descentralização (SPOSITO, 2007), a verticalização e um comércio mais diversificado, a exemplo das franquias.

Nesse sentido, a cidade enquanto espaço geográfico vai ser reflexo das ações dos agentes produtores do espaço (HONÓRIO, 2012). Sobre essa afirmação, adota-se as ideias de Castells (1976), nas quais ele colabora para o entendimento de que se o espaço é produto de uma formação social, em destaque para a sociedade capitalista, a cidade e o espaço urbano vão ser o reflexo dessa sociedade.

Corrêa (1995) vai identificar 5 agentes que podem ser responsáveis pela produção do espaço (cidade) capitalista: os promotores imobiliários, os proprietários fundiários, os industriais, as classes sociais excluídas e o Estado. Para o caso de Viçosa(MG) e o recorte desta pesquisa, destaca-se os proprietários fundiários, o Estado e os promotores imobiliários.

Os proprietários fundiários que são aqueles que possuem toda ou boa parte dos seus recursos fracionados em pedaços de terra, usam a escassez de terra para valorizar e circular seu capital. Sobre isso, Honório (2012) destacou que:

(...) sua reprodução não se dá por meio da circulação de seu capital, mas, ao contrário, ocorre pela retenção e especulação sobre a escassez da terra. Estes, ainda, podem ter suas terras valorizadas por meio do investimento público, especialmente em obras viárias (HONÓRIO, 2012, p.33).

Em Viçosa(MG), o solo urbano valorizado pela escassez e pela circulação gerada a partir da universidade é a área central, que como já demonstrado teve um crescimento importante no número de edificações verticais que se demonstram como a melhor opção para a configuração espacial da cidade.

Já o Estado, que pode exercer diferentes papéis na produção do espaço (CORRÊA, 2011), realiza suas ações tanto na escala intraurbana, quanto na interurbana, que varia desde a ação de políticas que modificam diretamente o espaço como a criação de moradias, como a exemplo do Minha Casa Minha Vida, mas também ações que podem induzir à modificações no espaço urbano de forma indireta e a médio e longo prazo, como a instalação de uma universidade ou ampliação das vagas em instituições já consolidadas, como é o caso da UFV.

Segundo Harvey (1980), o mercado imobiliário vai abranger a atuação de agentes como os incorporadores, construtores, corretores, proprietários, instituições governamentais, financeiras, entre outros. Além disso, há uma divisão entre os

locatários e os proprietários, onde primeiros vão usar do espaço pagando pelo valor estabelecido pelos proprietários que vai usar do valor da terra como base (HONÓRIO, 2012). Em uma cidade universitária tudo isso acontece de forma simultânea, orquestrada pelas demandas contínuas geradas pela universidade, visto que o fluxo de novos moradores é constante e o espaço para novos empreendimentos é escasso, valorizando, assim, o valor e uso do solo urbano, em particular da área central. Afirmando essas ideias, Honório (2012) ainda destacou que:

Considera-se que as cidades universitárias são aquelas cuja economia é impulsionada pelas atividades, direta ou indiretamente, ligadas à universidade. No conjunto dessas atividades destacam-se a prestação de serviços especializados (hotelaria, manutenção de computadores, fotocopiadoras, etc), o comércio, principalmente no ramo da alimentação, e o setor imobiliário. Em Viçosa são as exterioridades da atividade universitária que potencializam o seu processo de urbanização (HONÓRIO, 2012, p.40).

Com base nessas perspectivas, o setor imobiliário de Viçosa(MG) vai organizar, sobretudo, as dinâmicas provenientes da atividade universitária e, como já destacado, essas atividades se concentram no que considerou-se aqui como área central. Para reforçar ainda mais, destaca-se que 28 imobiliárias se localizam nas ruas da zona central definida nessa pesquisa, o que quantitativamente é um expressivo por se tratar de uma cidade da dimensão de Viçosa(MG).

Entretanto, apenas o número de imobiliárias e essa relação do setor com a produção do espaço urbano de uma cidade universitária não é suficiente para relacionar com o recorte temporal da pesquisa que diz respeito ao período de implementação do Reuni. Para isso, um questionário foi enviado para as imobiliárias localizadas na área central. Entretanto, apenas 3 questionários foram respondidos o que não representa um número satisfatório e conclusivo, mas ainda assim destaca-se algumas perguntas feitas e suas respostas.

Em umas das perguntas foi questionado ao agente imobiliário se ele(a) tinha conhecimento de que a UFV aderiu a um programa federal que ampliou o número de vagas e abriu novos cursos a partir de 2007 (Reuni) e os(as) três responderam que sim. Em outra pergunta, eles(as) tinha que responder se observaram alguma mudança no setor imobiliário por conta dessa adesão ao Reuni e as três resposta foram positivas. Uma terceira pergunta questionava se eles(as) observavam que o mercado imobiliário se mostrava promissor para os próximos anos, e mais uma vez as três respostas foram sim. A próxima pergunta destacada é a que eles tinham que apontar

qual Zona da cidade, de acordo com a Lei de Zoneamento, teve mais crescimento na procura por imóveis a partir dos anos 2000, e a única que apareceu nos três questionários foi a Zona Central, sendo que além dela apareceu também como resposta a Zona Residencial 1 – Norte, que abrange bairros como João Braz, Silvestre e Novo Silvestre, a Zona Residencial 2 que diz respeito ao Bairro Santo Antônio e a Zona Residencial 4 – Sul que é o condomínio Acamari. Por fim, destaca-se outras respostas que foram iguais nos três questionários respondidos, onde os agentes imobiliários consideram que a maior procura por imóveis por parte dos estudantes é do tipo aluguel, não diminuíram durante a pandemia, há de fato uma preferência pela área central e consideram que os setores estão saturados nessa área pela baixa quantidade de imóveis disponíveis com relação à demanda.

Nesse ponto é importante um pequeno recorte acerca do momento pandêmico (Covid-19) vivido nos últimos 3 anos que afetou o espaço urbano em diversos aspectos. Apesar do fato dos agentes imobiliários terem argumentado que o período da pandemia não afetou substancialmente a procura pelos imóveis deve-se relacionar esse argumento com a permanência dos estudantes em seus cursos. Mesmo em situação de ensino remoto, adotado pela UFV durante o período da pandemia, os estudantes residentes em imóveis alugados na cidade permaneceram com os mesmos, na expectativa do retorno presencial que aconteceu quase 2 anos depois do início desse momento. Nesse sentido, os agentes imobiliários concordaram que por conta do retorno que aconteceria em algum momento, a maioria dos inquilinos não entregaram os imóveis alugados, o que aconteceu, na verdade, foram negociações de valores e formas de pagamento durante esse período em que a maioria dos estudantes retornaram para suas cidades de origem.

Além disso, de acordo com o jornal Estado de Minas, apenas durante os primeiros 6 meses da pandemia foram fechadas 105 empresas na cidade, o que é um número elevado para um período curto, fato relacionado ao fechamento dos estabelecimentos para atendimento presencial afetando principalmente aqueles que não tinham opção *delivery* por conta do produto que produzia ou vendia. Fato é que o momento vivido desde 2020 foi marcado sem dúvida pela crise sanitária, mas que afetou todos os setores da sociedade e, no espaço urbano, os setores que movimentam a economia viçosense sentiram o impacto da não circulação de pessoas nas ruas nos primeiros meses e o retorno dos estudantes às suas cidades diminuíram

o fluxo no comércio e serviços destinados preferencialmente a eles como alimentação, vestuário e, sobretudo, o setor imobiliário.

Contudo, diante das respostas dos agentes imobiliários e das considerações feitas sobre a produção do espaço urbano em cidades com a presença de uma universidade e que passaram por modificações recentes a partir da aplicação de uma política pública, entende-se que o setor imobiliário se apropriou do momento e se reestruturou para atender à novas demandas, sobretudo na construção de novas edificação, mas também no aproveitamento das já existentes.

4.3. Considerações sobre o ProUni e a tendência ao crescimento do ensino superior privado de Viçosa (MG).

Que o ensino superior público, representado pela UFV, é o motor econômico, político e social de Viçosa(MG) é uma constatação e alguns elementos foram apresentados ao longo dessa pesquisa. Mas para ir em direção às conclusões é necessário, mesmo que de forma breve, evidenciar o crescimento do setor privado da educação superior na cidade.

Se o ensino superior no Brasil é considerado tardio de forma geral, o ensino privado é mais recente. Mesmo assim se demonstra forte, e nos últimos anos vem atuando de forma direta e paralela com o ensino público.

Durham (2003) vai destacar que, sobretudo a partir da década de 1960, a lógica da educação superior no Brasil vai deixar de tratar o público e o privado como opostos e vai coloca-los de forma complementar e, basicamente, com os mesmos objetivos. Além disso, o ensino privado vai trazer uma lógica de mercado para a educação, podendo inclusive utilizar de instrumentos públicos como os programas de financiamento do governo para atrair alunos e investidores (FRITZ, 2017).

Para entender esse contexto é necessário fazer uma comparação. Na Europa o ensino superior tem a sua maioria nas Universidades Estatais Laicas e nas Universidade Católica que dependem ou não do Estado. Nesse caso os estabelecimentos privados são minoria e não possuem grande nível de representatividade. Já no Brasil, as Universidades não representavam até 1980 parcela tão significativa, ficando a cargo das Escolas Superiores essa responsabilidade. Essas últimas, vale lembrar, foram na sua maioria iniciativas das elites locais sem fins lucrativos, a fim de promover o crescimento e desenvolvimento dos lugares onde foram fixadas, como no caso de Viçosa com a ESAV (FRITZ, 2017, p.51).

Essas observações levam à conclusão que além do crescimento importante do ensino superior público no Brasil, já comentado anteriormente, houve, paralelo a isso, uma proliferação dos estabelecimentos privados de ensino superior.

As primeiras faculdades privadas em Viçosa(MG) datam de 2001, a Escola de Estudos Superiores de Viçosa (ESUV) e a Faculdade de Viçosa (FDV). A última foi instalada no centro, reforçando a centralidade já existente, mas a primeira se localiza no Bairro Liberdade, que faz parte da Zona Residencial 1 – Norte, mencionada nos questionários aplicados aos agentes imobiliários, evidenciado no tópico anterior.

Em 2013, a Esuv foi comprada pela Univiçosa, que é a faculdade privada de maior destaque atualmente na cidade.

Localizada às margens da BR-120, no distrito de Silvestre, a faculdade é uma das mais importantes da região e cresce a cada ano, contando com 3 unidades atualmente (a sede no Distrito de Silvestre, a ESUV no bairro Liberdade, e a Fazenda Escola no distrito de São José do Triunfo). A Univiçosa foi instalada nas dependências da antiga fábrica de melaço em pó INDUMEL, empresa importante para a economia do distrito até o início dos anos 2000 pois era local de trabalho para grande parte dos moradores da área. Com o fim da empresa e com o anseio de alguns empresários, a faculdade foi criada e teve suas atividades iniciadas em 2005 com os cursos de Bacharelado em Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Medicina Veterinária e Nutrição (FRITZ, 2017, p.55).

O crescimento da faculdade é expressivo, e, atualmente, conta com os seguintes cursos:

Quadro 7- Cursos oferecidos pela Univiçosa (2023) (Continua).

Graduação	Pós-Graduação
Arquitetura e Urbanismo	MBA – Inovação e Gestão em Saúde
Desenvolvimento de Software	MBA – Gestão de Negócios, Inovação e Desenvolvimento de Líderes
Engenharia Ambiental	MBA – Finanças, Planejamento Tributário e Auditoria
Engenharia Civil	Ciências Criminais
Engenharia de Computação	Direito Tributário, Trabalhista e Previdenciário

Fonte: Site Oficial Univiçosa, 2023.

Quadro 7- Cursos oferecidos pela Univiçosa (2023) (Conclusão)

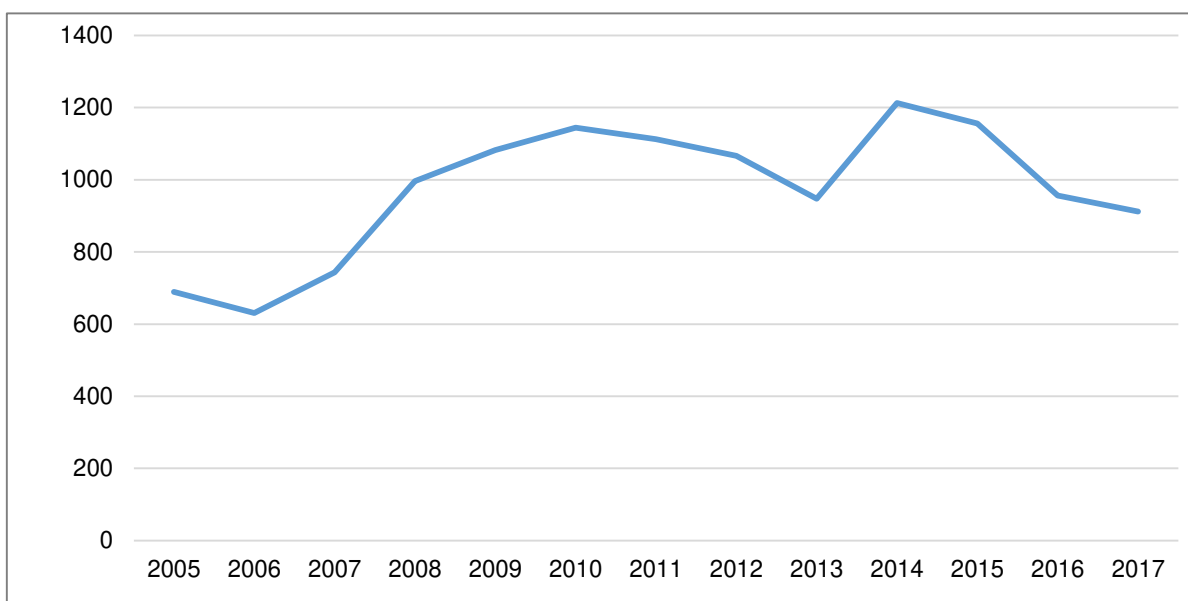
Graduação	Pós-Graduação
Engenharia Química	Terapias Cognitivas e Comportamentais – ênfase em terapias de terceira onda
Enfermagem	Engenharia Geotécnica
Farmácia	Hematologia e Hemocompetentes aplicadas à saúde
Fisioterapia	Clínica Médica e Cirúrgica de Pequenos Animais
Nutrição	Saúde e Estética Avançada
Odontologia	Ciências da Reabilitação
Medicina Veterinária	Gestão e Produção de Bovinos
Administração	Gestão e Produção em Suínos
Ciências Contábeis	Mestrado em Psicologia
Direito	Mestrado em Ciências Contábeis
Psicologia	Mestrado em Direito

Fonte: Site Oficial Univiçosa, 2023.

A Univiçosa, sobretudo após incorporar a Esuv, possui uma grande influência na produção do espaço nos arredores das suas sedes, pois ela oferece alguns serviços que fazem a população desses bairros não precisar se deslocar ao centro. Além do serviço educacional propriamente dito, ela oferece assistência jurídica, atendimento fisioterápico, nutricional e de enfermagem, além de atendimento veterinário e uma Farmácia Escola.

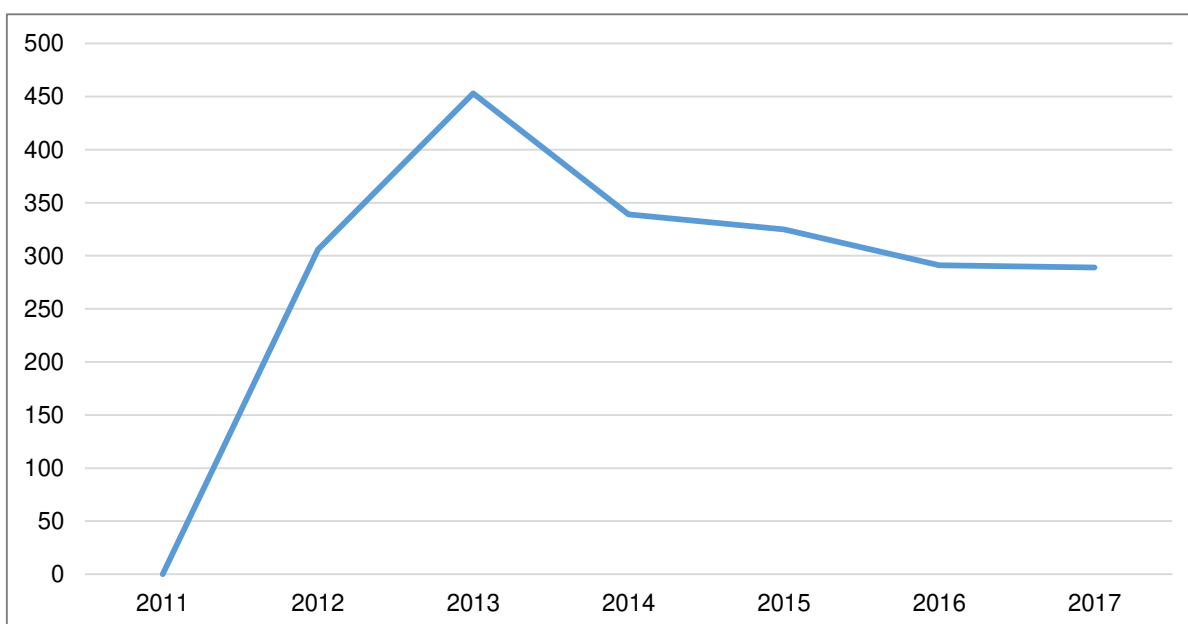
Importante destacar também que a especulação imobiliária se intensificou nos últimos anos nos bairros vizinhos à faculdade. Além da modificação da paisagem com a construção de prédio, o valor do IPTU dos Bairros Liberdade e João Braz cresceu mais do que no centro nos últimos anos (Lopes, 2011).

Gráfico 7- Número de matrículas por ano na Univiçosa (2005-2017)



Fonte: Secretaria da Direção Administrativo-Financeiro da Univiçosa, 2017

Gráfico 8- Total de alunos matriculados nos cursos de graduação da Esuv (2011-2017).



(*) Esse número representa o total de aluno ativos no ano 2011 quando a ESUV passou a fazer parte da Univiçosa como Unidade 2.

Fonte: Secretaria da Direção Administrativo-Financeiro da Univiçosa, 2017.

Os gráficos 7 e 8 mostram o número de matrículas na principal faculdade privada de Viçosa(MG) servem para corroborar com uma outra política pública do Governo Lula (2003-2010) voltada para o ensino superior, o ProUni.

O Programa Universidade para Todos (ProUni) foi implementado em 2005 pelo Governo de Luiz Inácio Lula da Silva, com o objetivo de conceder bolsas de estudos integrais e parciais (25 a 50%) a estudantes de baixa renda em cursos de graduação de instituições particulares, as quais seriam beneficiadas com isenções fiscais (ALMEIDA, ANO, p. 2).

Segundo o MEC, os últimos dados abertos sobre as bolsas oferecidas pelo ProUni são de 2020 e nesse levantamento foram constatadas 148 bolsas parciais e integrais oferecidas para faculdades no município de Viçosa. Dentre essas bolsas, foram contempladas as 2 faculdades presenciais da cidade, Univiçosa e FDV, além de outros 6 pólos de Educação à Distância (EAD), como mostra o quadro a seguir.

Quadro 8- Quantidade de bolsas concedidas pelo ProUni no município de Viçosa(MG), 2020.

Instituição	Modalidade	Quantidade de Bolsas
Univiçosa	Presencial	73
FDV	Presencial	40
Universidade Pitágoras Unopar	EAD	20
Universidade de Franca	EAD	5
Centro Universitário de Lins	EAD	5
Centro Universitário de Maringá	EAD	3
Centro Universitário Leonardo da Vinci	EAD	1
Centro Universitário Estácio	EAD	1

Fonte: Ministério da Educação. Dados abertos sobre o ProUni, 2020.

Os dados acima destacados nos ajudam a evidenciar a importância das duas principais faculdades privadas na cidade, e a quantidade de bolsas oferecidas pelo ProUni no ano de 2020 também é importante para corroborar com a ideia de que, mesmo se tratando de uma instituição particular, ela pode e vem cada vez mais utilizando de mecanismos públicos, como uma política de ampliação do acesso ao ensino superior, a exemplo do ProUni.

Por fim, como também ficou evidente na tabela anterior, algumas bolsas do ProUni são concedidas a estabelecimentos privados que oferecem cursos em modalidade EAD. O sistema de ensino à distância vem facilitando o acesso de uma porção maior da população no ensino superior.

A EAD tornou-se a modalidade fundamental de aprendizagem e ensino, no mundo inteiro. Antes cercada de mistério, hoje é até mesmo reivindicada por sindicatos poderosos, no Brasil, onde o seu prestígio cresce de forma bastante visível. Parte-se de um conceito extremamente simples: alunos e professores separados por uma certa distância e, as vezes pelo tempo. A modalidade modifica aquela velha idéia de que, para existir ensino, seria sempre necessário contar com a figura do professor em sala e de um grupo de estudantes (NISKIER, 2000, p.49).

Contudo, seja na forma EAD ou presencial, os estabelecimentos privados de educação superior na cidade de Viçosa(MG) são também pontos de análise importante para entender a produção e reprodução do espaço urbano, que vai afetar a área central mas que de forma mais evidente vai atingir outras regiões da cidade, sendo um recorte espacial para futuras investigações.

5. CONCLUSÕES

A presença de uma universidade no espaço urbano pode ser o motor para diversos fenômenos e dinâmicas que anteriormente não eram comuns. Em cidade de pequeno e médio porte, essa presença se faz de forma mais imponente onde um campus universitário é capaz de gerar fluxos e criar fixos diretamente relacionadas a ele, e que se modificam ao longo do tempo de acordo com as transformações do próprio setor educacional.

Percebe-se que em Viçosa(MG) a história de instalação e modificações da principal instituição de ensino se confunde com a história de crescimento da cidade. A Universidade se federaliza em 1969, se tornando a Universidade Federal de Viçosa (UFV) e com isso o incremento populacional adicionado ao espaço urbano vai se ampliar significativamente, fazendo inclusive que o município tenha maior parte dos seus habitantes vivendo na cidade, em relação ao espaço rural.

Outra importante modificação na UFV com relação ao aumento no número de vagas vai acontecer a partir dos anos 2000, de forma mais concreta a partir de 2007, com a implementação de uma política pública de expansão e reestruturação do ensino superior no Brasil, conhecido como Reuni. O programa foi aplicado em todo o país e em Viçosa(MG) foi responsável pela abertura de novos cursos de graduação e ampliação no número de vagas em cursos já existentes. Essas mudanças provocaram as expectativas, principalmente do mercado imobiliário e do setor terciário que tem os estudantes como principal gerador de capital e investimento.

Para fazer uma relação entre a implementação do Reuni com as transformações na cidade de Viçosa(MG), foi necessário delimitar o local na cidade que absorve mais as demandas pertinentes ao setor educacional representado pela UFV. Esse local, nesse caso, foi a área central, que está em contato imediato com o campus e que, coincidentemente, boa parte das ruas pertencem ao bairro Centro.

Sabe-se que o Centro, como bairro estabelecido, não representa necessariamente uma centralidade urbana, ou seja, pode não ser aquele local para onde se direcionam os fluxos de capital, pessoas, serviços, entre outros. Para isso, foi preciso destacar na pesquisa alguns elementos que confirmaram ou não essa centralidade. Nesse sentido, foram evidenciadas as ruas com edificações verticais com mais de 4 pavimentos, que representa o fenômeno da verticalização; franquias, que representa um ramo do comércio que traz o global para a realidade de uma cidade

pequena e fora das regiões metropolitanas; e a presença de prestação de serviços, equipamentos urbanos e outros comércios, que representam o setor terciário.

Constatou-se que além das ruas da Zona Central definidas pela Lei de Zoneamento do Município, outras ruas próximas e adjacentes também possuíam prédios dentro do padrão analisado. Além disso, boa parte dessas ruas também contava com franquias, prestação de serviços, equipamentos urbanos e outros tipos de comércio, reforçando a ideia do lugar central. Com isso, delimitou-se uma nova área central com base no Zoneamento já existente e com as novas informações levantadas.

Definida a área central que é o recorte espacial da pesquisa, se tornou importante entender o olhar do setor imobiliário. Para isso alguns questionários foram aplicados e os agentes evidenciaram que possuem conhecimento sobre o fato de a UFV ter sido afetada pelo Reuni e que isso impactou de certa forma no setor, sobretudo na Zona Residencial que compreende o Centro da cidade.

Por fim, a partir das respostas dos questionários dos agentes imobiliários, identificou-se que eles entendem que uma outra área vem ganhando destaque para o setor, a Zona Residencial Norte, que compreende bairros como Silvestre e Liberdade. Esse fato coincide com o local de instalação de uma importante faculdade particular e que utiliza, inclusive, uma política pública com uma das formas de ingresso, o ProUni. Setores público e privado da educação superior vem caminhando cada vez mais atrelados gerando o anseio para futuras investigações.

Contudo, compreende-se que o Reuni enquanto uma política nacional responsável pela reestruturação e ampliação do ensino superior público teve importante impacto na UFV e isso trouxe novas demandas, sendo responsável por transformações e incrementos do aspectos que reforçam a centralidade da área central de Viçosa(MG).

REFERÊNCIAS

Alas, P. (2013). O Fenômeno dos Supercondomínios: verticalização na metrópole paulistana no início do século XXI. 172 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

ALMEIDA, W. M. . O ProUni e a Democratização do Ensino Superior: explorações empíricas e conceituais. In: 33a. Reunião Anual da ANPED, 2010, Caxambu. Anais da 33a. Reunião Anual da Anped. RIO DE JANEIRO: ANPED, 2010.

AMORIM FILHO, O. B.; SERRA, R. V.. Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento urbano e regional. In.: ANDRADE, Th. A. e SERRA, R.V.. (Org.). Cidades Médias Brasileiras. 1ed. Rio de Janeiro: IPEA, 2001, v. 1, p. 1-34.

BARROS, A.S.X. Expansão da Educação Superior no Brasil: limites e possibilidades. Educ.Soc., Campinas, v. 36, n. 131, p. 361-390, 2015.

BARROS, S. F. S. Análise comparativa de três cidades médias mineiras: Ponte Nova, Viçosa e Ubá no contexto da rede urbana da Região Geográfica Intermediária de Juiz de Fora/MG. 2020, 194f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Geografia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2020.

BAUMGARTNER, Wendel Henrique. Universidades públicas como agentes de desenvolvimento urbano e regional de cidades médias e pequenas: uma discussão teórica, metodológica e empírica. Geotextos (Online). V. 11, p. 91-111, 2015.

BERRY, Brian. Geografía de los centros de mercado y distribución al por menor. Barcelona: Vicens-Vives, 1971 [1967].

BIZERRIL, M. X. A. . The process of expansion and interiorization of brazilian federal universities and their developments / O processo de expansão e interiorização das universidades federais brasileiras e seus desdobramentos. revista tempos e espaços em educação, v. 13, p. e-13456, 2020.

BRAGA, Rhalf Magalhães. “Tendências e perspectivas das teorias locacionais no período contemporâneo”. In: Geografares, n. 6, 2008, pp.167-179.

BRASIL. I PND. I Plano Nacional de Desenvolvimento 1972-1974. Distrito Federal, 1971.

_____. II PND. II Plano Nacional de Desenvolvimento 1975-1979. DistritoFederal, 1974.

_____. Projeto do III Plano Nacional de Desenvolvimento – III PND (1979-1981). Brasília, DF: Senado, 1980.

_____. Ministério da Educação. Diretrizes Gerais do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, 2005.

_____. Plano de Desenvolvimento da Educação. PDE. Razões, Princípios e Programas. Brasília: MEC, 2007.

_____. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 abr. 2007.

CAMPOS, I. M. B. M. ; CARVALHO, C. H. A. . Análise do Reuni como política pública de financiamento da expansão da educação superior. 2014. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Da organização à produção do espaço no movimento do pensamento geográfico. In: CARLOS, A. F. A; SOUZA, M.L.; SPOSITO, M.E.B. A produção do espaço urbano. Agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2011. p. 53-74.

CASSIANO DE ARAUJO, C. . O Processo de Verticalização: uma revisão bibliográfica sobre as suas origens e implicações no espaço urbano. Revista Eletrônica Espaço Acadêmico (Online) , v. 19, p. 68-79, 2019.

CASTELLS, M. Theory and ideology in urban sociology. In: PICKVANCE, C. (ed). Urban Sociology. Londres: Tavistock Publications. 1976, pp. 60 – 84.

CORBUCCI, Paulo Roberto. Financiamento e democratização do acesso à educação superior no Brasil: da deserção do Estado ao projeto de reforma. Educação e Sociedade. Campinas, 2004, vol. 25, n. 88, p. 677-701.

CORRÊA, Roberto Lobato. O Enfoque Locacional na Geografia. Terra Livre, v. 1, ano 1, 1986, p.62- 66.

_____. O espaço urbano. São Paulo: Ática, 1995.

_____. O espaço urbano. São Paulo: Ática, 2000.

_____. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: CARLOS, A. F. A; SOUZA, M.L.; SPOSITO, M.E.B. A produção do espaço urbano. Agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2011b. p. 41-53.]

CUNHA, Luiz Antônio. A universidade temporã. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1980.

_____. A universidade reformada. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

_____. O desenvolvimento meandroso da educação brasileira entre o Estado e o mercado. Educação e Sociedade. Campinas, 2007, vol. 28, n. 100, p. 809-829

DINIZ, C. C.. Desenvolvimento Poligonal no Brasil: nem desconcentração, nem contínua polarização. In: Nova Economia, Belo Horizonte, v. 31, n.11, set. 1993, pp.35-64.

DURHAM, E. R. O Ensino Superior no Brasil: público e privado. Documentos de Trabalho NUPES, São Paulo, 2003, v. 3.

EASTON, David (Org.). Modalidades de Análise Política, Rio de Janeiro, Zahar, 1970. Capítulo 7.

FRITZ, Rodrigo Moraes. O setor educacional privado em Viçosa-MG: um passado recente, novas formas e os reflexos no espaço urbano. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, 2017.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6ªed. São Paulo: Atlas, 2008.

HARVEY, David. A justiça social e a cidade. São Paulo: HUCITEC, 1980.

_____. Condição pós-moderna. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HIRSCH, Joachim. Teoria do Estado materialista. Processos de transformação do sistema capitalista de Estados. Tradução: Luciano Cavini Martorano. Rio de Janeiro: Revan, 2010.

HONÓRIO, Letícia de Melo. A produção do espaço em uma cidade universitária: o caso de Viçosa, MG. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-graduação do Departamento de Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2012.

LOPES JUNIOR, W. M. ; SANTOS, R. C. B. dos. Reprodução do espaço urbano e a discussão de novas centralidades: o Espaço Geográfico em Análise, v. 19, p.107-123, 2010.

LOPES, Vinicius Sales. O Plano Diretor do Município de Viçosa-MG e a política de ordenamento territorial: avanços e limitações nas localidades de João Braz, Liberdade e Silvestre (2000 a 2010). Departamento de Geografia, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2011.

MARIA, Ana Cristina de Souza. A produção do espaço urbano da zona sul de Viçosa(MG): empreendimentos horizontais na bacia do ribeirão São Bartolomeu. Viçosa, MG, 2016.

MARICATO, E. Habitação e Cidade. São Paulo: Atual, 1997.

MARTINS, Carlos Benedito. O novo ensino superior privado no Brasil (1964-1980). MARTINS, Carlos Benedito (Org.). Ensino superior brasileiro: transformações e perspectivas. São Paulo: Editora Brasiliense, 1998, p. 11-48.

MEIRELLES, D. S. O conceito de serviço. Revista de Economia Política, v. 26, n. 1, pp. 119-36, jan.-mar. 2006.

MERLO, E. M. O desempenho do setor de franquias no Brasil: um estudo exploratório dos principais condicionantes de performance. 2000. 113f. Tese (Doutorado em Administração) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, USP, São Paulo, 2000.

MILL, J. S. Princípios de Economia Política. São Paulo: Nova Cultural, [1848] 1996.

MOTTA, D.M.; MATA, D. Crescimento das cidades médias. Regional e Urbano, 01,2008, pp. 33-38.

Nações Unidas (2018). The World's Cities in 2018. https://www.un.org/en/events/citiesday/assets/pdf/the_worlds_cities_in_2018_data_booklet.pdf.

NIQUITO, T. W. ; RIBEIRO, F. G. ; PORTUGAL, M. S. . Impacto da criação das novas universidades federais sobre as economias locais. Planejamento e políticas públicas, v. 51, p. 367-394, 2018.

NISKIER, A. Educação a distância: a tecnologia da esperança. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2000.

NOGUEIRA, J. F. F. Reforma da Educação Superior no Governo Lula: Debate sobre ampliação e democratização do acesso. [s.l.] Universidade de Brasília, mar. 2008.

NUNES, Edson. Desafio estratégico da Política Pública: o ensino superior brasileiro. Revista de Administração Pública (Impresso) , v. 000000, p. 103-147, 2007.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de; CATANI, Afrânio Mendes. Estudo da dimensão territorial do PPA. Estudos prospectivos setoriais e temáticos – módulo 4. Tema: Educação superior. Nota Técnica. Brasília: CGEE, 2006.

PANIAGO, Maria do Carmo Tafuri. Viçosa retratos de uma cidade. São Paulo: Scortecci, 2001.

PAULA, Karine de Almeida. O processo de verticalização na zona central da cidade de Viçosa-MG: uma análise a partir da expansão da Universidade Federal de Viçosa e do seu impacto na estruturação do espaço urbano. GEOTEXTOS (SALVADOR), v. 15,9p. 65-87, 2019.

PAULA, C. H. ; MARTIN, D. G. ; ABRANTES, L. A. . O impacto do reuini nos indicadores socioeconômicos dos municípios de Minas Gerais beneficiados com a expansão das universidades federais. reat - revista eletrônica de administração e turismo , v. 14, p. 105-124, 2020.

PEREIRA, G. e SILVA, M. N. da. Mercado imobiliário e estruturação do espaço na Região Metropolitana de Curitiba. Cadernos Metrôpole, v.18, p. 77- 93. São Paulo: EDUC, 2007.

PORTO-SALES, Andréa Leandra. A Situação Espacial de Franquias na América do Sul: morfologia e centralidade urbanas em cidades médias da Argentina, Brasil e Chile. UNESP, Presidente Prudente – 2014.

PORTUGAL, L. da S.a; GOLDNER, L. G.. Estudo de polos geradores de tráfego e de seus impactos nos sistemas viários e de transportes. São Paulo: Edgard Blücher, 2003.

POSTONI, Moishe. Teorizando o mundo contemporâneo. Tradução de Fernando Rugitsky. Novos Estudos CEBRAP, 2008.

RAMIRES, J. C. de L. A Verticalização do Espaço Urbano da Cidade de Uberlândia: Uma Análise da Produção e do Consumo da Habitação. 1998. 310f. Dissertação (Doutorado em Geografia Humana). Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1998.

ROBERTO, R. F. . O programa de apoio a planos de reestruturação e expansão das universidades federais: o caso REUNI na Universidade Federal de Viçosa. Administração Pública e Gestão Social , v. 3, p. 300-323, 2011.

ROCHEFORT, M. Les activités tertiaire: leur rôle dans l'organisation de l'espace. Tomo I: Formes de relations entre activités tertiaires e l'organization de l'espace. Paris: CDU/Sedes, 1976.

ROSADO, V. B. Emergência de novas centralidades intraurbanas aliadas ao ciclo de vida da população. 2019. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2019.

ROSO, MATEUS ; OLIVEIRA, TARCISIO DORN DE ; BEUTER, NUBIA CRISTINA . Por que verticalizar? Um estudo sobre o processo de verticalização nas cidades. RESEARCH, SOCIETY AND DEVELOPMENT , v. 10, p. e250101724737-9, 2021.

RUA, M. G. . Análise de Políticas Públicas: Conceitos Básicos. In: Maria das Graças Rua; Maria Carvalho. (Org.). O Estudo da Política: Tópicos Seleccionados. Brasília: Paralelo 15, 1998, v. , p.

SANTANA, Bruno Medeiros. Reestruturação dos espaços urbanos em cidades médias a partir da chegada de unidades de ensino técnica e superior. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Goiás. Jataí, 2018.

SANTOS, L. C. O ReUNI e a democratização do acesso à Universidade federal da Bahia: estudo a partir da dimensão operacional. 2014. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).

SANTOS, Milton. 1979. Espaço e sociedade. Petrópolis: Vozes.

_____. Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Meio técnico-científico

informacional. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.

_____. O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 2. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2004. 440 p.

_____. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

_____. O espaço do cidadão. São Paulo: Edusp, 2007.

SANTOS, F. R., SPOSITO, M. E. B. Teorias de localização: do espaço absoluto e relativo ao espaço relacional. In.: MAIA, D. S., MARAFON, G. J., eds. O programa Minha Casa Minha Vida: habitação e produção do espaço urbano em diferentes escalas e perspectivas [online]. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2020, pp. 19-51.

SAY, J.-B. Tratado de Economia Política (1803). São Paulo: Abril Cultural, 1983.

SCHMITTER, Philippe C. Reflexões sobre o conceito de “política”. Rev. Dir. Públ. e Ciência Política - Rio de Janeiro -Vol. VIII, nº 2 -Maio/A, 1965.

SCHUMPETER, J. A. A teoria do desenvolvimento econômico. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

SOUSA, A. N. L. de. Globalização: origem e evolução. Caderno de Estudos, Ciência e Empresa, Teresina, Ano 8, N. 1, Jul. 2011.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Cidades médias: espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p.89-112. (Geografia em movimento).

TRINDADE, Hélió. A república em tempos de reforma universitária: o desafio do governo Lula. Educação e Sociedade, 2004, vol 25, n. 88, p. 819-844.

VARGAS, H. C. . Comércio, serviços e Cidade. Subsídios para Gestão urbana. REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS URBANOS E REGIONAIS , v. v.22, p. 5-15, 2020.

VALENÇA, M. M. Habitação: Notas sobre a natureza de uma mercadoria peculiar. Cadernos Metrôpoles, n. 9. p. 165-17. São Paulo: EDUC, 2003.

VIÇOSA. Prefeitura Municipal de Viçosa. Lei n. 1383/2000. Institui a Ocupação, Uso do Solo e Zoneamento do Município de Viçosa e dá outras providências. 25 maio 2000.

VIEIRA, Sofia Lerche. Reforma(s) da educação superior. Educação Brasileira. Brasília: CRUB, 2005, vol. 27, n. 55, p.13-37

VINHAIS, H. E. F. Estudo sobre o impacto da expansão das universidades federais no Brasil. 2013. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

WALRAS, L. Elementos de economia política pura. São Paulo: Nova Cultural, [1874] 1996.

ZACCHI, Raquel Callegario. Processo de verticalização da área central da cidade de Viçosa (MG) (1970-2007). Monografia (Bacharelado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, 2009.